



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE ENSINO

Av. Ene Garcez, 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR CEP: 69.304-000
E-mail: secretariadosconselhos@ufrr.br
Site: ufrr.br/conselhos



DECISÃO Nº 005/2022-CENS/CEPE/UFRR

O **PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que foi deliberado pela Câmara durante a reunião extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2022 e o que consta no Processo Eletrônico nº 23129.007363/2022-79,

DECIDE:

Art.1º Aprovar as alterações do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, conforme anexo, o qual passa a fazer parte integrante desta decisão como se nela estivesse escrito.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas as disposições contrárias.

Secretaria dos Conselhos Superiores, Boa Vista, 05 de julho de 2022.

Prof. Dr. Antonio Carlos Sansevero Martins
Presidente da Câmara de Ensino/ CENS/CEPE/ UFRR



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

BOA VISTA - RR

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

REITOR DA UFRR

Prof. Dr. José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Prof. Dr. Silvestre Lopes de Nóbrega

PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Antônio Carlos Sansevero Martins

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva

COORDENADORA DO CURSO DE HISTÓRIA

Profa. Dra. Mariana Cunha Pereira

PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Prof. José Darcísio Pinheiro

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Alfredo Ferreira de Souza

Carla Monteiro de Souza

José Darcísio Pinheiro

Maria Luiza Fernandes

Mariana Cunha Pereira

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	05
II. JUSTIFICATIVA	13
III. OBJETIVOS DO CURSO	15
IV. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E NO ÂMBITO DO CURSO	16
V. PERFIL DO EGRESSO	24
VI. COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	27
VII. MATRIZ CURRICULAR	29
VIII. ESTRUTURA CURRICULAR	31
IX. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E ELETIVOS	38
X. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO	39
XI. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – ECS	40
XII. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	43
XIII. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	44
XIV. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	47
XV. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO DISCENTE	48
XVI. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS DO MEC	50
XVII. GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA	52
XVIII. RECURSOS HUMANOS	55
XIX. APOIO AOS DISCENTES	58
XX. INFRAESTRUTURA MATERIAL E TECNOLÓGICA	66
XXI. TRANSIÇÃO E MIGRAÇÃO CURRICULAR	68
XXII. EXTENSÃO	72
XXIII. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	75
XXIV. APÊNDICE	78
XXIV. ANEXO	239

I APRESENTAÇÃO

Sobre a UFRR

A Universidade Federal de Roraima – UFRR, registrada com o CNPJ nº 34.792.077/0001-63, foi implantada em 1989, quatro anos após sua autorização pela Lei nº 7.364/85¹, sendo a primeira instituição federal de Ensino Superior em Roraima. Iniciando as suas atividades logo após a transformação do Território Federal de Roraima em estado federativo, foi a primeira experiência brasileira de implantação de uma universidade federal sem o aporte de instituições e estruturas pré-existentes.

Iniciou suas atividades em março de 1990, em três prédios cedidos pelo Governo do Estado de Roraima, no atual Campus Paricarana. Seu quadro era composto por 51 professores, 59 técnicos e 14 colaboradores. Os primeiros cursos a serem implantados foram as licenciaturas em Matemática, História e Letras e os bacharelados em Administração, Economia e Contabilidade, que somados perfaziam 240 alunos.

Localizada em uma região de fronteira nacional, com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, a implantação da UFRR foi um fator importante no processo de transformação do Território Federal em estado de Roraima. Nesse sentido, sempre é importante ressaltar que à época da implantação da UFRR, o recém-criado estado de Roraima² tinha uma população de cerca de duzentos mil habitantes, precisada no censo de 1991 como sendo de 217 583, destes mais de 60% residentes na capital Boa Vista. Hoje, segundo estimativas dos IBGE, o estado tem uma população de 652.713, distribuído desigualmente em 15 municípios, pois a capital segue concentrando mais de 60% da população.

O estado tem a menor população do Brasil e umas das menores densidades demográficas, 2,01hab/km². Segundo o IBGE, o rendimento nominal mensal domiciliar per capita, em 2020, era de R\$ 983,00, ocupando o 17º lugar no país, alcançando um índice de desenvolvimento humano de 0,707, o 13º do país, e um IDEB de 4,1, o 12º no país.

Neste contexto, ao longo dos seus 32 anos, a UFRR vem se caracterizando como um agente fundamental na dinâmica socioeconômica e sociocultural da região, tendo em vista a formação de recursos humanos especializados e a disseminação de novos padrões e perfis

¹ Sobre o histórico da UFRR e demais informações institucionais, ver: <https://ufr.br/historia>; Texto preliminar do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI , 2021/2025 (destacamos que o PDI encontra-se em processo de revisão).

² Sobre os dados do estado de Roraima, ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>.

profissionais e éticos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e das políticas públicas, assim como da educação em todos os níveis de ensino, do básico ao superior. Nessa trajetória, a UFRR formou mais de 12 mil discentes nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A UFRR tem se colocado na Região Norte como uma instituição fortemente enraizada, tanto no nível local como regional, tendo como missão e visão, respectivamente, “produzir, integrar e socializar conhecimentos para formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento cultural, social, econômico e ambiental”; e “ser referência nacional e internacional em educação superior, reconhecida pela excelência no saber amazônico e fronteiriço” (PDI-2021/2025, p. 22).

Hoje a UFRR conta com cerca de 720 professores (incluindo substitutos) e 381 técnicos, oferece 48 cursos de graduação, além de mestrados, doutorados, cursos técnicos e tecnológicos e o ensino médio, e, ainda, 3 cursos de licenciatura a distância, oferecidas por meio do Núcleo de Educação Distância – NEAD/UFRR. Os seus cursos presenciais são desenvolvidos em três campi: Paricarana, na zona urbana da capital Boa Vista, Cauamé e Murupu, localizados na zona rural desse município; no Colégio de Aplicação – CAP/UFRR (Campus do Paricarana) e a Escola Agrotécnica – EAGRO (Campus do Murupu).

Na atualidade, a UFRR atende cerca de doze mil alunos no Ensino Básico, Técnico, na Graduação e Pós-graduação. Buscando capacitar seu corpo de funcionários, a UFRR desenvolve ampla política de capacitação, em nível continuado, como nos cursos ofertados pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Servidor – CAPS, e em nível de formação em mestrado e doutorado. Hoje, tem aproximadamente 80% de seu quadro composto por mestres e doutores(as), destes 35% doutores e 45% mestres.

O nível de qualificação de seu corpo docente, possibilita que a UFRR ofereça 10 mestrados e 2 doutorados de programas próprios, Agronomia (POSAGRO) e Recursos Naturais (PRONAT). Participando de redes nacionais, conta com 5 mestrados, dos quais destacamos o Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, e 2 doutorados, Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) e Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte (PPG-BIONORTE). Hoje, os cursos de nível lato sensu são ofertados por demanda, não havendo, portanto, cursos regulares.

Como forma de agregar pesquisadores, a UFRR conta com núcleos e unidades de pesquisa em várias áreas do conhecimento, aqui destacamos o nosso Núcleo de Documentação Histórica (NUDOCHIS). Nos últimos anos a instituição vem envidando

esforços para que todas as unidades de pesquisa contem com instalações adequadas às suas áreas de atuação.

Na área da pesquisa, estão registrados 242 projetos, desenvolvidos junto aos cursos de graduação e de pós-graduação e nos núcleos de pesquisa. Neste sentido, a UFRR participa de todos os editais nacionais e regionais de fomento, bem como dispõe de programas próprios de incremento da pesquisa e da divulgação científica, notadamente voltado para publicações qualificadas em revistas e periódicos. A Instituição também mantém um setor que fomenta diretamente as publicações científicas de seus docentes e discentes, por meio da Editora da UFRR, criada em 2002 e filiada a Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU e a Asociación de Editoriales Universitárias de América Latina y El Caribe – EULAC.

Como forma de aperfeiçoar a formação de seu corpo discente, a UFRR oferece programas na área de ensino, como Monitoria, Mobilidade Acadêmica e Educação Tutorial - PET, da pesquisa, PIBIC, PIBIC Jr., PICI, e da extensão, como o Compartilhando Saberes. Outras importantes iniciativas voltadas para os alunos(as) estão no campo da assistência estudantil, no qual programas de bolsas trabalho, alimentação e transporte urbano e, ainda, o Restaurante Universitário e Residência Universitária. visam possibilitar a permanência de discentes carentes nos seus cursos.

Além de sediar os programas de assistência estudantil, a PRAE congrega variadas atividades de extensão por meio de cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica. Na atualidade, possui 124 ações de extensão cadastradas, sendo em andamento e finalizadas, e 90 ações extensionistas, com a certificação de mais de seis mil participantes.

A instituição atua também na área da internacionalização e de intercâmbios, por meio de programas e ações constantes voltadas à recepção de alunos(as) estrangeiros e o envio dos nossos estudantes para realizar experiências acadêmicas em outros países. Neste sentido, destacamos a participação da UFRR no Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras – GCUB (Grupo Coimbra) e as diversas ações sediadas na Coordenação de Relações Internacionais.

Contamos também com o Instituto Insikiran de Formação Indígena, voltado para a formação intercultural para professores indígenas e de bacharéis em saúde indígena e gestão territorial indígena, sendo o INSIKIRAN uma das primeiras ações direcionada exclusivamente para a capacitação de profissionais indígenas no país. Destacamos ainda na área da promoção de ações inclusivas, o Núcleo Construir de Acessibilidade e a Comissão Permanente de Heteroidentificação (CPH).

Por fim, vale ressaltar que na busca por um ensino de qualidade, que promova avanços na produção do conhecimento e nos processos de ensino-aprendizagem, a UFRR investe em suas três bibliotecas, localizadas nos *campi* do Paricarana, Cauamé e Murupu, que oferecem ambiente adequado e amplo acervo composto por livros, periódicos, trabalhos de pós-graduação, dentre outros materiais, além da biblioteca virtual composta de 30 bases de dados nacionais e estrangeiras.

Curso de História

Sendo um dos primeiros seis cursos implantados na UFRR, o curso de História acompanhou de perto o desenvolvimento da nossa instituição. Criado pela Resolução 002/90 do Conselho Universitário – CUNI, foi também o primeiro curso a ser reconhecido pelo MEC, por meio da Portaria Ministerial de nº 484 de 05 de maio de 1995, publicada no D.O.U. nº 86, de 08 de maio de 1995.

Iniciou suas atividades acadêmicas em março de 1990, com a realização do primeiro vestibular que ofertou trinta vagas anuais. Além dos trinta alunos oriundos do vestibular, o curso de História incorporou ao seu corpo discente, por meio de transferência, 84 alunos do curso de Licenciatura Plena em História do Centro de Ensino Superior de Roraima (CESUR), mantido pela Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima (FECEC). Esse curso tinha sido autorizado pelo Decreto nº 96.393, de 21/07/1988, com base no Parecer nº 459/88, e funcionava desde o segundo semestre de 1988.

Nesse percurso, merece destaque a participação do curso de História na parceria entre a Universidade e a Secretaria de Educação do Estado de Roraima, na oferta de cursos de licenciatura em municípios do interior voltados para capacitar professores. O curso de História formou 40 professores leigos da rede estadual no município de São João do Baliza, sendo esta iniciativa finalizada em 2002.2.

Além disso, nosso corpo docente investiu no aperfeiçoamento dos egressos, ao formar especialistas por meio do Curso de Especialização em História Socioeconômica da Amazônia Brasileira, iniciado em 1994, e realizando, mais adiante, um curso de especialização voltado para a História Regional, ministrado por mestres e doutores aproveitando o avanço na qualificação dos docentes. Nesse sentido, foram de importância a realização do Mestrado Interinstitucional com a UFRJ, na área de História Social, que formou 13 alunos, sendo que dois do nosso quadro permanente e, em continuidade o desenvolvimento do Doutorado

Interinstitucional em História Social, também em parceria com a UFRJ, que capacitou sete professores sendo um do curso de História. No ano de 2019, com um corpo docente formado basicamente por doutores com uma produção acadêmica consolidada, o curso conseguiu a adesão a rede de Mestrado Profissional em Ensino de História, iniciando as atividades da primeira turma em 2020.

Desde então, a partir de algumas mudanças curriculares, o curso de História foi adequando sua oferta de disciplinas, buscando criar um fluxo ordenado segundo o qual cada disciplina seria ofertada uma vez por ano e, também, fomos adequando nosso horário de funcionamento, posto que em alguns períodos foram oferecidas disciplinas no horário vespertino e noturno. Hoje, o Curso de História concentra suas atividades letivas no período noturno, tendo em vista que a maioria dos nossos alunos são trabalhadores.

Nosso primeiro projeto pedagógico, aprovado através da Resolução nº 005/2006-CEPE, criou o Curso de Licenciatura e Bacharelado em História integrado, instituído pela Resolução nº. 013/2006-CUni. A estrutura do Projeto Pedagógico coadunava-se com a realidade local e com o crescimento da Universidade, com destaque na expansão de sua infraestrutura e no aumento de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. Por seu turno, o quadro de professores(as) do curso de História vinha mudando qualitativamente nos últimos anos, contando com um número cada vez mais expressivo de mestres e doutores.

Este novo curso tinha como objetivo oferecer uma formação integrada, certificando o(a) aluno(a) em licenciado e bacharel. O PPC de 2006 visava um processo de ensino e aprendizagem “voltado para uma aderência mais eficiente entre o ensino e a produção do conhecimento histórico, criticamente ligado à realidade atual e local da Amazônia – palco de grandes intrigas – onde descortinamos apenas suas franjas”. Naquele momento, o documento estruturou “uma série de mudanças, algumas delas radicais, como a quebra de todos os pré-requisitos, o surgimento de novas disciplinas, uma reformulação completa na prática de ensino, a institucionalização do bacharelado”³.

Assim, esse novo curso, Habilitação em Licenciatura e Bacharelado, passou a ser ofertado em “dois turnos – matutino e noturno”; incluiu os Tópicos Especiais, ou seja, disciplinas eletivas ofertadas pelo próprio curso, com vistas a uma formação complementar; reformulou as disciplinas de Prática de Ensino, tornando-as temáticas; além de institucionalizar a monografia (antes inexistente)⁴.

³ Ver: Projeto Político Pedagógico do Curso de História (Resolução nº 005/2006-CEPE), p. 7.

⁴ Ver: Projeto Político Pedagógico do Curso de História (Resolução nº 005/2006-CEPE), p. 3.

A primeira turma desse novo modelo de curso, ingressou em 2007, por meio de vestibular, destacando que a UFRR, por meio de seus conselhos superiores, encampou nossa nova proposta de curso e operacionalizou a emissão do diploma que, em um só documento, atestava as duas formações. No entanto, a Lei nº 12.089, de 11/11/2009, proibiu a continuidade da oferta do curso de História integrado, tendo em vista o disposto nos seus artigos 1º e 2º, que proíbe “que uma mesma pessoa ocupe, na condição de estudante, 2 (duas) vagas, simultaneamente, no curso de graduação, em instituições públicas de ensino superior em todo o território nacional”.

Neste sentido, o PPP teve que ser reformulado, gerando a Resolução nº 019/2010-GR, que alterou o Projeto Político Pedagógico do Curso de História, alteração esta referendada pela Resolução nº 027/2010-CEPE – passando o curso a funcionar apenas como licenciatura, com a oferta de 50 vagas para o turno noturno.

Temos certeza de que ao longo desse tempo, o curso de História amadureceu, cresceu e deu respostas às contingências que se apresentaram, sendo capaz de fazer as mudanças que o tempo presente exige. Neste novo PPC, seguimos nos contrapondo à valorização dos conteúdos específicos em detrimento da “formação teórica” e da “formação prática”, processo que, como afirma Schmidt⁵, “não leva em consideração a relevância da função social da educação e a finalidade da História para a formação do cidadão crítico”. Hoje, temos plena consciência que vivemos em uma Região que ainda precisa formar professores e especialistas na área de História, destacando neste contexto a regularização da profissão de historiador⁶, que pode nos abrir novas perspectivas de atuação.

A atuação do Curso de História, sob o projeto pedagógico instaurado em 2007, muito contribuiu para a expansão da historiografia roraimense, em grande parte frente a variedade e o ineditismo dos temas abordados nos trabalhos de conclusão de curso. Não obstante, ainda que tenha avançado muito nos últimos vinte anos, a historiografia local segue repleta de lacunas a serem preenchidas, de campos a serem abertos, de questões a serem propostas. Por outro lado, precisamos ampliar nosso papel na historiografia amazônica, expandir os nossos horizontes historiográficos por meio da divulgação científica e do diálogo com outros pesquisadores, assim como consolidar nossas experiências na área do ensino de História em nível local e regional, notadamente a partir da implantação do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/UFRR, implantado em abril de 2020. Assim, a

⁵ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Formação do professor de história no Brasil: embates e dilaceramentos em tempos de desassossego. **Revista Educação**, Santa Maria/RS, v. 40, n. 3, 2015.

⁶ Ver: Lei Nº 14.038, de 17 de agosto de 2020.

presente proposta tem como norte habilitar um tipo de profissional de História que tenha condições de atuar tanto na área do ensino como na da pesquisa.

Neste sentido, a promulgação da Lei Nº 14.038, de 17/08/2020, que regulamenta a profissão de historiador, endossa o princípio aqui adotado, tendo em vista que não faz diferenciação entre a formação em licenciatura e bacharelado para o exercício pleno da profissão, pois o caput do Artigo 3º diz que: “O exercício da profissão de Historiador, em todo o território nacional”, fica assegurado “aos portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino”.

Transcorridos vários anos, e após tantas adequações, a presente proposta reafirma o princípio que norteou o PPC anterior, o qual destacava que o(a) professor(a) de História formado(a) pela UFRR “seja também um pesquisador, uma vez que só assim saberia como o conhecimento é produzido, podendo atuar na sua produção obtendo uma melhor compreensão do mesmo”⁷. Cientes da impossibilidade legal de ofertarmos um diploma com as duas habilitações, antes como agora, reafirmamos nosso propósito fundamentado pelo que nos diz António Nóvoa⁸, que “o professor pesquisador e o professor reflexivo” é aquele que reflete “sobre a sua prática, que pensa, que elabora em cima dessa prática”, é, portanto, “um professor indagador, [...] que assume a sua própria realidade escolar como um objeto de pesquisa, como objeto de reflexão, como objeto de análise” (2001, p. 3-4).

Nóvoa⁹ explicita que ação pedagógica dos(as) professores(as) se consubstancia no conhecimento da sua disciplina, associado à compreensão didática e pedagógica, na dimensão geral e específica a disciplina, que possibilite uma transposição didática eficiente dos conteúdos. Neste sentido, a prática docente não pode ser encarada como ato rotineiro, mas como processo constante de (re)organização e (re)elaboração do fazer e do saber. No processo de formação docente, junto aos saberes adquiridos é preciso reflexionar epistemologicamente, para entender que o conhecimento não é um dado, mas construção contínua, assim como as práticas que o envolvem, sendo responsabilidade da instituição formadora desenvolver em seus estudantes uma postura observadora e investigadora, questionadora e crítica, reflexiva e compreensiva do seu papel como docente frente a realidade na qual está inserido.

Nossa proposta de formação segue pautada pela premissa de que a formação integrada entre ensino e pesquisa, mediada por atividades de extensão, é fundamental para formar

⁷ Ver: Projeto Político Pedagógico do Curso de História (Resolução nº 005/2006-CEPE), p. 3 e 4.

⁸ Entrevista de António Novóia, concedida em 13/09/2001, à TVE, programa Salto para Educação. Disponível em: https://ledum.ufc.br/arquivos/didatica/3/Professor_Pesquisador_Reflexivo.pdf. Acessado em 31/10/2021.

⁹ Ver: NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. (Org.). **Os Professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

profissionais de História habilitados e competentes frente os grandes desafios colocados à educação brasileira, amazônica e roraimense nestes tempos. Portanto, como no Projeto anterior, o presente “não parte de uma simples mudança curricular”¹⁰, mas configura-se com uma nova proposta de Curso, mantendo os acertos anteriores e incorporando atualizações e adequações pertinentes e necessárias.

¹⁰ Ver: Projeto Político Pedagógico do Curso de História (Resolução nº 005/2006-CEPE), p. 3 e 4.

II. JUSTIFICATIVA

A necessidade de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História surgiu, além da própria previsão de ajustes que se impõe com as mudanças que soem acontecer, da necessidade de ser adequado a legislação vigente, e algumas questões mais específicas do curso que precisavam ser revistas. Assim sendo, vários debates foram travados, e também adiados em decorrência de novas mudanças na legislação, até contarmos com a nova proposta que ora se apresenta.

Dessa forma, foram realizadas algumas mudanças, como a volta de alguns pré-requisitos, notadamente nas disciplinas de ensino e teóricas, o surgimento de novas disciplinas, importante para a adequação à legislação vigente, uma reformulação nas disciplinas de prática de ensino, e, finalmente, a reestruturação de todas as ementas e dos conteúdos programáticos. No entanto, este não é um documento fechado, pronto, acabado, sendo possível reestruturá-lo conforme necessidade.

Assim, todos os envolvidos neste processo de ensino e aprendizagem sentem a necessidade de um curso atualizado, voltado para uma aderência mais eficiente entre o ensino e a produção do conhecimento histórico, criticamente ligado à realidade atual e local da Amazônia – palco de grandes contendas – onde descortinamos apenas suas franjas.

Vivemos numa Região que ainda está formando seus quadros de professores, de especialistas na área de História, e em outras áreas do conhecimento. Nossa historiografia, por exemplo, ainda está repleta de lacunas a serem preenchidas. Ainda há enormes hiatos sobre a história regional que carecem de uma análise por parte dos historiadores, antes que se percam definitivamente. Mesmo se tratando de um curso de licenciatura temos que habilitar um professor que tenha condições de atuar tanto na área do ensino como no da pesquisa.

Assim sendo, o curso de História da UFRR deve criar condições objetivas para pensar o ser humano enquanto construtor de uma realidade na qual está inserido, isto é, pensar historicamente o processo de construção da humanidade. Para isso, devemos propiciar a reflexão sobre a importância de como a humanidade representa as estruturas que a domina e os fatos que acontecem.

Nesse sentido, objetivamos observar os diversos fatores da história e a sua não definição como um assunto essencialmente de política, diplomacia ou fato militar; uma história estanque, em caixas. Sendo assim, poderíamos afirmar que o objetivo de qualquer curso de História é fazer uma análise da rede social, com o sentido de descobrirmos o seu funcionamento essencial, as desigualdades nela existente, bem como as suas particularidades culturais.

Essa história, exame do todo e das partes, compõe-se inclusive de ações que permitam o conhecimento das realidades locais e regionais. A partir disso, poder-se-á colaborar com a

inserção do Curso no papel transformador do contexto regional amazônico por meio das salas de aulas, colaborando com outras áreas acadêmicas da UFRR e de outras instituições.

III. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Tendo como fundamento os objetivos precípuos constantes do Artigo 4º do Estatuto da UFRR, é objetivo do Curso de História possibilitar o desenvolvimento de saberes que proporcionem os recursos necessários para o exercício da docência e da pesquisa, tendo em vista a leitura e a compreensão das mais diferentes sociedades e suas realidades, instrumentalizadas pelo princípio do professor pesquisador e reflexivo.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Formar professores com saberes exigidos no campo da História para que possam exercer a docência em sua plenitude;
- Instrumentalizar a atuação no campo da pesquisa visando a produção e a difusão de uma historiografia nacional e regional que contribua para a ampliação do conhecimento histórico;
- Capacitar professores com domínio didático-pedagógico para o ensino da História, contribuindo para uma prática educativa e reflexiva sobre o cotidiano escolar na promoção de uma educação socialmente referenciada;
- Fomentar entre estudantes e egressos o aperfeiçoamento profissional e o intercâmbio intelectual, por meio da participação de projetos e atividades de pesquisas e de extensão.

IV. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E NO ÂMBITO DO CURSO

4.1 Política de Ensino

As instituições de ensino devem ofertar a educação escolar básica segundo as normatizações advindas do ministério da educação e de acordo com a autonomia dos sistemas de ensino estadual e municipal, porém, o ensino deve levar em conta o mundo do trabalho e à prática social. Nesse sentido, a política de ensino das universidades públicas deve estar correlacionada ao projeto político de sociedade que está presente por meio do que sejam a relação com o mundo do trabalho e das práticas sociais que referenciam a formação humana e o tipo de profissional que se quer formar.

De acordo com uma política de ingresso regimental a UFRR tem a oferecer nos cursos de graduação a formação em Licenciatura ou em Bacharelado. Em ambas o currículo escolar deve dialogar com a educação básica e suas modalidades a fim de que sejam promovidas parcerias que se consolidam com a extensão, os estágios e as pesquisas relacionadas à escola.

A política de ensino de uma instituição do ensino superior, portanto, constitui parte da formação dos cidadãos pois de um lado se tem a educação básica que irá oferecer a formação inicial daqueles que iniciam o gerenciamento e a manutenção do trabalho que exige conhecimentos básicos e de outro a formação superior para dar conta da complexificação das atividades do mundo do trabalho, sendo que ambas se complementam.

4.2. Política de Extensão

Extensão aqui é entendida como todas as atividades de atendimento sócio científico que a universidade possa oferecer ao público externo, ou seja, à sociedade. Paulo Freire (1983) nos ensina, ao discutir sobre a função de extensionista atribuída ao agrônomo, que a ação de extensão não deve ser compreendida como estender os conhecimentos e técnicas e sim que ela deve ter uma dimensão de educação como prática de liberdade. Neste sentido, se constituiu o termo extensão nos anos 1960 no Brasil. Entretanto, a universidade por meio da produção científica que desenvolve, nos mais diferentes campos de ensino e área de conhecimento, não pode deixar de estabelecer essa relação de processo de ensino-aprendizagem nas relações que estabelece com o restante da sociedade. E, assim sendo, entende-se que a ação extensionista com a perspectiva de integração entre saberes pode se

realizar tanto dentro, internamente à universidade, quanto para fora desta. Isto porque é uma prática social para a valorização e emancipação das relações sociais estabelecidas.

Sendo assim, são consideradas práticas extensionistas:

- 1) Os eventos científicos dirigidos à comunidade acadêmica, sejam eles de quaisquer natureza prática e discursiva;
- 2) Os eventos científicos dirigidos à sociedade em geral, sejam eles de quaisquer natureza prática e discursiva;
- 3) Os programas, os projetos, as oficinas, os cursos que visam proporcionar a experiência das práticas de pesquisa que estão sendo realizadas na universidade;
- 4) As atividades de atendimento a um grupo específico (seja por razões de vulnerabilidade ou pobreza) as quais foram solicitadas apoio técnico e científico;
- 5) As atividades de atendimento técnico e científico que visam levar à sociedade local a prática educativa de seus discentes e docentes, a exemplo de um atendimento na área de saúde ou na área de lazer.

Exposto isso, situamos como extensão no curso de Licenciatura as atividades de ensino por meio de cursos de pequena duração, palestras, seminários, oficinas e colóquios organizados pelo corpo docente e discente que visam a complementar ou ampliar os saberes historicamente construídos. Considerando que a universidade tem uma lógica de tempo-espço-conteúdos definida nos currículos se faz necessário propor uma alternativa para o desenvolvimento da extensão de modo a ser contemplado uma carga horária valorizando assim a extensão como parte significativa da formação técnica profissional que se busca nesses cursos.

4.3 Política de Acesso e Permanência

A Política de Acesso e Permanência envolve desde ações que expliquem o modo de entrada na universidade até projetos e programas a serem desenvolvidos para garantir que o estudante não se evada. Nesse sentido, o curso de História deve estar concatenado com as ações da Pró-Reitoria de Extensão, PRAE, da UFRR, a fim de realizar alguns dos projetos e programas instituídos por aquela Pró-Reitoria para esse fim.

São projetos e programas desenvolvidos com ações voltadas ao ingresso e permanência dos discentes, com foco nas dimensões pedagógicas e acadêmicas ou por meio de apoio em bolsas de trabalho. Tais projetos ou programas podem ser iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação, PROEG, Núcleo de Acessibilidade (NA) e outras unidades acadêmicas como: Centros de Ensino e Institutos. Pode-se citar como exemplos de projetos e programas que visam fortalecer a permanência: programas de Monitoria Acadêmica; promoção de cursos de extensão de curta duração para promover equivalência de saberes; divulgação das formas de ingresso nos cursos de graduação por meio de política de divulgação; programas de bolsa permanência; Programas de Iniciação à Docência e de Residência Pedagógica.

4.4. Política de Pesquisa

Após argumentar sobre o Ensino e Extensão, e por entender a relação com à pesquisa, recorre-se a Paulo Freire (1996) para pensar que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (p.32).

Nesse sentido, percebe-se que é importante ressaltar que a pesquisa e a extensão são um processo educativo, cultural e científico que se articula ao ensino de forma indissociável, respondendo entre outros, aos desafios da sustentabilidade ambiental e voltados para a integração, produção e disseminação do conhecimento. Para tanto são essenciais o intercâmbio e a mobilidade universidade-professor-aluno-sociedade em uma dinâmica de transformações mútuas, pela via da aprendizagem, produção e socialização de conhecimentos. Assim distribuídos em objetivos:

- Desenvolver pesquisas que intensifiquem a colaboração e o intercâmbio com pesquisadores tanto internamente à UFRR, quanto externamente, e com grupos de pesquisa das diversas instituições da América Latina no campo da História;
- Participar da construção de uma ampla produção acadêmica de estudos, mediante livros, artigos, vídeos e outros meios digitais na área do ensino de História;

- Realizar ações que integram a pesquisa, o ensino e a extensão diante o objeto de estudo proposto no ensino de História;
- Desenvolver ações que articulem seminários e congressos para momentos de síntese nos campos conceituais que subsidiam a pesquisa sobre o ensino de História.

A política de Pesquisa, também, deve desenvolver-se mediante apoio institucional para que os professores/pesquisadores possam realizar suas pesquisas com apoio financeiro oriundos de projetos instituídos na Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e órgãos similares da UFRR.

4.5. Políticas de Gestão

O Centro de Ciências Humanas da UFRR é composto de três cursos acadêmicos, sendo na modalidade Licenciatura apenas o curso de História, os outros dois cursos, Relações Internacionais e Ciências Sociais, são ofertados na modalidade bacharelado. O curso de Licenciatura em História conta hoje com 10 (dez) professores, dentre eles é escolhido um coordenador de curso. Não há servidor Técnico Administrativo lotado no curso, porém se faz muito necessário.

O conselho de curso, também denominado de Colegiado, é o órgão deliberativo e normativo, vinculado a unidade, responsável pelo funcionamento do curso de graduação em História, bem como seu desenvolvimento e avaliação permanente. O conselho de curso de Graduação é composto: pelo coordenador do curso, seu Presidente; pelos docentes, representante dos discentes e pelo técnico administrativo, quando houver.

Compete ao Colegiado de curso de Graduação: elaborar, aprovar e desenvolver o projeto pedagógico do curso, com base na legislação vigente, no Projeto Político Pedagógico da Universidade, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade; acompanhar e avaliar o curso para, a partir dos resultados, propor e executar ações que propiciem a melhoria qualitativa; promover a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação prevista no projeto pedagógico; adotar e sugerir providências para melhoria do nível de ensino do curso; deliberar sobre aproveitamento de disciplinas; deliberar, em primeira instância, sobre contratação de professores para o curso, indicando as áreas de demanda; sugerir ao conselho da unidade, os

nomes dos membros das bancas examinadoras de concurso público para contratação de professores para o curso; elaborar seu regimento, submetendo-o à apreciação do conselho da unidade ou seja, o Centro de Ciências Humanas e depois encaminhado ao Conselho Universitário, CUni.

Compete, ainda, ao colegiado do curso: deliberar sobre problemas relativos ao ensino, atribuindo encargos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes nele lotado, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Planejamento Anual do Centro; adotar ou sugerir, quando for o caso, providências para viabilizar a realização das atividades acadêmico-administrativas; aprovar os projetos de pesquisa, cursos de pós-graduação e atividades de extensão em seu âmbito de atuação; adotar providências para o aperfeiçoamento do seu pessoal docente e técnico-administrativo; deliberar sobre o afastamento temporário e a mudança do regime de trabalho do pessoal docente ou técnico administrativo que lhe seja vinculado, ouvido o conselho de curso; distribuir a carga horária de seu pessoal docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, ouvido o conselho de curso; apresentar ao conselho de centro projetos que propiciem o desenvolvimento da universidade e o melhor atendimento à comunidade acadêmica e a toda sociedade; exercer as atribuições previstas no estatuto, no regimento geral e no seu próprio regimento; aprovar o plano de trabalho docente (PTD) anual e o relatório anual de atividades dos docentes.

Do ponto de vista da organização e desenvolvimento da gestão do curso a mesma se organiza em formato de colegiado com uma coordenação que deve ser escolhida por eleição direta entre professores e estudantes. O colegiado, por meio do CCH, faz-se representar nos órgãos deliberativos da universidade, são eles: os Conselho Universitário (CUni); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); Conselho de Ética (CEP). No âmbito do Centro de Ciências Humanas o curso de faz representar pelo coordenador, um representante docente e um representante discente no Conselho de Centro. E, na esfera do Colegiado, a gestão é coletiva e consultiva formada pela: Coordenação de Estágio, Coordenação de Extensão.
Regimento do Curso

No âmbito da UFRR cada curso possui um Núcleo Docente Estruturante – NDE formado por cinco integrantes, professores escolhidos em reunião do colegiado.

4.6 Política de Acessibilidade

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, também denominado de Lei da Inclusão no Brasil, Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, regulamenta normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. A legislação que provê essa regulamentação proporciona que no campo da Educação possamos criar e promover programas, projetos e meios físicos no espaço da universidade para que de fato a pessoa com deficiência possa usufruir do direito de estudar, se formar e também atuar como servidor.

Uma política de acessibilidade leva em conta a noção de Direitos Humanos que aquele grupo quer defender. O direito aos estudos pode incluir desde os programas sociais que providencie moradia com prédios em condições para que o deficiente físico possa ali movimentar-se, e pode também, criar condições materiais para que professores ministrem aulas na linguagem que o deficiente possa interagir ou aprender, tanto por meio das novas tecnologias ou por meio da língua mundial de sinais.

Na UFRR, temos uma política de acessibilidade levada a cabo pelo Departamento de Acessibilidade/DAC, este “...oferece diversos serviços como: bolsa incluir, encaminhamento ao serviço de psicologia, materiais didáticos em Braille, adaptação de materiais de estudo, disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e acompanhamento pedagógico”. (www.ufr.br Acesso em 01/12/2021). Criado em 2007, o DAC estende seus serviços a professores e técnicos. No Curso de História pretende-se está atinado com esse propósito do DAC, fazendo-se assim uma política de apoio e permanência aos alunos que ingressarem no curso a fim de que os mesmos possam desenvolver suas atividades e alcançar a meta de tornar-se historiador.

4.7 Políticas de Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

O ensino de História deve ser equânime quanto a abordagem sobre relações raciais. Para isso deve levar em consideração o que diz a Lei 11.645/08 que ao ser promulgada inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

É com base nessa Lei e toda uma legislação advinda desse período de reformulações sobre currículo e posturas pedagógica no interior da escola que devem ser gestadas às políticas de educação para as relações étnicas-raciais.

Desse modo, a orientação por uma educação das relações étnicas-raciais é, sem dúvida, uma perspectiva a ser alcançada. Uma educação que considere as diferenças e assuma que o conflito intercultural deve existir na perspectiva dialética, ou seja, entendendo que faz parte da história da humanidade as diferenças que constituem o modo de vida e os sistemas socioeconômicos e políticos que causam as hierarquizações entre grupos sociais e raciais.

Candau (2008) afirma que a perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação capaz de favorecer a construção de um projeto comum, onde as diferenças sejam dialeticamente integradas e sejam parte desse patrimônio comum. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

No ensino de História isso pode se fazer conhecer por meio de:

- Favorecer as relações de valorização, respeito, compreensão e enriquecimento mútuo entre diferentes grupos sociais e raciais, em especial naquilo que insere a história do Brasil na história mundial;
- Entender a diversidade como um fator de enriquecimento da qualidade educativa, que surge por meio da possibilidade de intercambiar e aprender com os outros, realizando uma releitura da História oficial;
- Estabelecer articulação entre o ensino da História local nos diferentes conteúdos dos componentes curriculares que possam focar na história da cultura dos povos indígenas e afrodescendentes, com vista a se compreender a importância desses no processo histórico de formação do estado de Roraima.

4.8 Políticas de Tecnologias de Informação e Comunicação

No curso de história a Política de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) deve ser completamente revista. O site do curso deve ser o principal meio de comunicação e informação sobre e para o curso. Uma boa política de comunicação pode proporcionar melhor visibilidade do trabalho da gestão e da relação integradora entre ensino, pesquisa e extensão.

Por meio de uma política de comunicação que se efetiva com uso das TICs será possível a coordenação: socializar documentos, repassar informativos semanais, divulgar eventos científicos e culturais que devem complementar a formação do aluno. Também, é com uma política de comunicação que se tenta dirimir as distâncias entre a pesquisa e a extensão na relação com o ensino na sala de aula.

Os espaços de comunicação também podem ser otimizados por uso das TICs como instrumento meio, para tanto se faz necessário um laboratório de informática no qual possa ser possível ministrar aulas ou servir de espaço de pesquisa aos alunos. Atualmente o curso de História utiliza o mesmo laboratório que os dois outros cursos do CCH.

V. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de História deverá ser um profissional que seja um conhecedor crítico da História, consciente que o processo de produção historiográfica se vincula ao presente, aos contextos e demandas sociais, tendo em mente o que nos diz Cavalcanti¹¹, que os embates pelos usos do passado se dão no presente, bem como no âmbito do seu ensino que demonstra que as “tensões experienciadas” nas relações sociais se apresentam por meio de interpretações e significados do passado, que configuram o “presente vivido” e o “futuro projetado”.

Sendo o historiador, nas palavras de José Carlos Reis¹², “um explorador, um experimentador, construtor/elaborador/manipulador de documentos”, nossa estrutura curricular promove uma formação que permita ao futuro profissional ter consciência do seu protagonismo no processo de construção de um conhecimento em que há a “vitória da inteligência sobre os dados”. Nesse aspecto, a sua formação requer o entendimento e a compreensão que a produção do conhecimento histórico está muito além da análise dos documentos, estando, em grande parte, nas mãos do historiador, o que requer uma preparação consistente daqueles que os recolhem e os interrogam e entregam o conhecimento resultante à sociedade.

Além disso, a estrutura do Curso de História busca formar um profissional egresso que apresente interesse pela leitura, boa redação e capacidade de síntese, análise e reflexão, espírito investigativo e senso crítico, gosto pela pesquisa, pelo debate, e pela atualização continuada.

Na atualidade, a principal área de atuação do egresso será a de educação, atuando no Ensino Fundamental e Médio. Nesse sentido, buscamos formar um profissional que seja capaz de articular a pesquisa histórica com prática em sala de aula, por meio da construção, interpretação e análise das múltiplas sociedades, indivíduos, grupos e movimentos sociais, instituições, regiões, culturas, artes, ideias e costumes. Alicerçado na concepção do professor-pesquisador, explicitada acima, nosso propósito é fomentar no futuro docente o “pensamento

¹¹ CAVALCANTI, Erinaldo. História, Ensino de História e Livro Didático: a formação docente em debate. SAECULUM – Revista de História, [38], João Pessoa, jan/jun 2018.

¹² Reis, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **RTH** (Rev. de Teoria da História), 6(2), 4-26. <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28973>.

histórico”, tomando como base o que explica Cerri¹³ que “pensar historicamente é nunca aceitar informações, ideias, dados etc. sem levar em consideração os contextos em que foram produzidos”, levando em conta na sua abordagem “seu tempo, suas peculiaridades culturais, suas vinculações com posicionamentos políticos e classes sociais, as possibilidades e limitações do conhecimento que se tinha quando se produziu o posto em análise”.

Com isso, esperamos que o professor egresso do nosso Curso esteja atento e habilitado para contribuir em todas as suas ações educacionais com a formação integral do aluno, portador de conhecimentos que devem ser respeitados e integrados ao saber escolar, tomando-o como um sujeito histórico. Por outro lado, buscamos imprimir em nosso processo formativo a perspectiva que a atuação profissional se dará no “mundo real”, ou seja, “que a produção de saberes não se dá numa escola idealizada para bem ou para mal, dá-se com sujeitos reais em condições idem, que frequentemente não são as ideais”, como bem afirmou Luiz Fernando Cerri¹⁴.

Visamos, portanto, que o egresso, seja um conhecedor crítico da História, sendo capaz de promover: um ensino/aprendizagem igualmente crítico; o acolhimento e o trato da diversidade; o exercício de atividades de enriquecimento cultural; o aprimoramento em práticas investigativas; a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; e o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Ressaltamos, ainda, que junto à habilitação em licenciatura – regulamentado pela LDB/1996 e no Artigo 4º, Inciso I da Lei Nº 14.038, de 17/08/2020, que exige a licenciatura para o exercício da docência –, nossa estrutura curricular busca preparar o egresso para o exercício de outras funções, tendo em vista que, hoje, ao profissional de História está legalmente permitido atuar em outras áreas, exercendo as seguintes atividades, segundo os Incisos II a VI do Artigo 4º, da Lei Nº 14.038, de 17/08/2020, que regulamenta a profissão de historiador: “organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História; planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica; assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica; assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins

¹³ CERRI, Luiz Fernando. Ensino de história e consciência histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 59

¹⁴ CERRI, Luiz Fernando. Os saberes escolares e o conceito de consciência histórica. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.11, p110-125, mai./ago. 2014.

de preservação; elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos”.

Ainda que tenhamos consciência que, majoritariamente, o mercado de trabalho para os historiadores formados pela UFRR está na área da educação, acreditamos que a médio prazo essas novas atividades comecem a se expandir, requerendo um profissional que demonstre habilidades para exercê-las. Assim, por meio da perspectiva de uma formação integrada entre ensino e pesquisa, objetivamos preparar um profissional que seja habilitado para o exercício da docência, mas também para a busca de fontes e dados para uma investigação rigorosa, sempre embasado nas teorias peculiares à pesquisa e à educação na área de História e, ao mesmo tempo, orientando-se por metodologias críticas que promovam a cidadania, a inclusão e a igualdade.

VI. COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com a Resolução CNE/CES 13, de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História no Brasil, em observância ao Parecer CNE/CES 492/2001, a proposta contida neste projeto visa que ao final do curso o estudante tenha desenvolvido as seguintes competências e habilidades para atuar como profissional na área de História:

1. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
2. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
3. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
4. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
5. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
6. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio;
7. Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2001, p. 8).

No que concerne a formação de professores e de acordo com a Resolução 02/2015-CNE, o egresso de um curso de Licenciatura estará apto a:

“I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

- III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos; XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério” (BRASIL, 2015, p. 7-8).

Ainda de acordo com o Parecer CNE/CES 492/2001, os formados em História podem atuar, além da Educação Básica e Superior, em várias frentes, a saber: “em institutos de pesquisa que não desenvolvem atividades de ensino; realizando pesquisas ligadas a questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural, à cultura material (associação Arqueologia/História, atuação em museus) ou a serviço dos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão etc.); funcionando em assessorias culturais e políticas também; trabalhando na constituição e gestão de bancos de dados, na organização de arquivos e em outras áreas de um modo geral ligadas à reunião e preservação da informação”. (BRASIL, 2001, p. 6)

VII. MATRIZ CURRICULAR

O Curso de História tem como modalidade de grau a Licenciatura, como modalidade de ensino o presencial, com funcionamento no turno noturno, eventualmente podendo ofertar algum componente no turno diurno. Terá tempo padrão médio de 4,5 (quatro vírgula cinco) anos, contemplando 9 (nove) semestres. O tempo mínimo será de quatro anos e o tempo máximo estabelecido é de seis anos. O percurso a ser cumprido pressupõe cinco disciplinas por semestre, sendo que o aluno deverá cursar, no mínimo, três disciplinas por semestre para atendimento de matrícula. No entanto, essa carga horária seria excepcional pois, caso não curse a quantidade de disciplinas previstas por semestre, não conseguirá integralizar no tempo padrão médio de quatro anos e meio. Excetuando o último semestre do curso onde o aluno, por força das circunstâncias, poderá cursar uma quantidade menor que o estipulado.

Formas de Ingresso: O curso de História utiliza para a seleção de seus alunos as formas de ingresso regulamentadas pela UFRR, a saber: a) **Processo Seletivo Vestibular Prova Integral (PI):** realizado uma vez por ano. b) **Processo Seletivo Seriado (PSS):** constituído por três etapas realizadas em três anos sucessivos; ao final dos três anos o candidato concorre às vagas na UFRR com o melhor desempenho obtido através da soma das etapas do PSS ou da Prova Integral PI; c) **Processo Seletivo via ENEM/SISU:** de acordo com as regras e calendário nacional; d) **Processo Seletivo de Transferência:** permite a transferência interna e externa de alunos regularmente matriculados em curso de ensino superior, utilizando para tal a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e conforme normas da UFRR. e) **Processo Seletivo para Ingresso de Graduado:** permite o ingresso de candidato que já concluiu curso de ensino superior, utilizando para tal a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e conforme normas da UFRR.

Número de Vagas: Serão ofertadas 40 vagas anuais para entrada no primeiro semestre.

Habilitação em Licenciatura: O objetivo do curso é formar profissionais que dominem os pressupostos teóricos/metodológicos da área de história, capacitados para o pleno exercício da docência e da pesquisa acadêmico-científica. Além disso, visamos à formação de um profissional habilitado e estimulado para a constante capacitação, nos diferentes níveis da pós-graduação, e para o aperfeiçoamento das suas atividades como professor.

Pré-requisitos: a estrutura curricular comporta pré-requisitos fundamentais para algumas disciplinas visando maior verticalidade no curso. Basicamente, estão concentrados em duas áreas específicas do curso: nas disciplinas teóricas e nos Estágios Supervisionado, conforme pode se perceber no Quadro referente a Estrutura Curricular.

Carga horária: Seguindo a legislação vigente, a carga horária total do curso é de 3.570 horas.

A síntese dessas informações pode ser observada no quadro que segue, referente a Matriz Curricular do Curso.

Quadro 1 – Matriz curricular do curso

Nome do Curso	História	
Modalidade de grau	Licenciatura	
Modalidade de ensino	Presencial	
Turno(s) de funcionamento	Noturno	
Carga horária total	3.570	
Duração do curso	9 semestres (quatro anos e meio)	
Número de vagas ofertadas	40 (quarenta) vagas anuais	
Ato Legal Autorizativo	Autorização: Resolução 005/2006 de 31/05/2006 Renovação: Portaria 921 de 28/12/2018	
Código do curso no E-MEC	118568	
Conceitos do MEC para o curso nos dois últimos ciclos avaliativos		
Conceito Preliminar de Curso – CPC (ano)	3 (2017)	3 (2014)
Conceito de Curso – CC (ano)	- (2017)	- (2014)

VIII. ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de História está estruturado em componentes curriculares distribuídos em nove semestres (quatro anos e meio), a maioria vinculados à Coordenação do Curso de História. Os demais componentes estão vinculados à Coordenação do Curso de Ciências Sociais (Introdução a Sociologia), à Coordenação do Curso de Pedagogia (Didática Geral), à Coordenação do Curso de Psicologia (Psicologia da Educacional e da Aprendizagem) e à Coordenação do Curso de Letras (Introdução à Libras).

Com relação aos núcleos de associação dos componentes curriculares, o curso de Licenciatura em História, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de História, compreende que o currículo deve suplantar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, fornecendo novos meios ao conhecimento no decorrer da formação do profissional de ensino em História. Neste contexto, busca-se o amparo na concepção de que este conhecimento deve ser organizado em núcleos de fundamentação da formação profissional. Tais núcleos são:

1. Núcleo de Fundamentação Histórico/historiográfico e Práticas de Pesquisa cujo conteúdo busca a definição e a problematização dos grandes recortes espaço/temporais, definições e problematizações estas que devem ser trabalhadas sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas. As disciplinas que compreendem este núcleo são: Pré-História; História Antiga; História Medieval; História Moderna; História Contemporânea I e II; História da Amazônia; História da América I e II; História de Roraima; História do Brasil I, II, III e IV; História da África e cultura afrodescendente; História dos Povos Indígenas; Educação Patrimonial e Arqueologia; História, Cultura e Diversidade; Conhecimento e Produção

Historiográfica; Filosofia da História; Fundamentos da Produção Historiográfica I e II; Metodologia da História; Historiografia Brasileira; Projeto de Pesquisa e TCC.

2. Núcleo de Fundamentação Correlativo visa incorporar conhecimentos de outras áreas à formação do profissional de História. As disciplinas que compreendem este núcleo são: Introdução à Sociologia; Introdução a LIBRAS; Atividades Acadêmicas Científicas Complementares; Extensão. Aqui se inserem as disciplinas eletivas/optativas.
3. Núcleo de Fundamentação para Formação Professor abrange questões relativas ao ensino de história, à educação básica, à didática e à pesquisa. As disciplinas que compreendem este núcleo são: Organização da Educação Brasileira; Didática; Psicologia da Educação; Ensino de História I: História do Ensino de História no Brasil; Ensino de História II: Metodologia do Ensino da História; Ensino de História III: Fontes e Novas Linguagens; Ensino de História IV: Teorias do Currículo; Estágio Supervisionado I: Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado II: Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado III: Ensino Médio; Estágio Supervisionado IV: Ensino Médio.

No entanto, este PPC também atende aos preceitos da Resolução 02/2015-CNE. E, em atendimento a essa Resolução, apresenta os seguintes núcleos:

1. Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais. As disciplinas que compreendem este núcleo são: Pré-História; História Antiga; História Medieval; História Moderna; História Contemporânea I e II; História da Amazônia; História da América I e II; História de Roraima; História do Brasil I, II, III e IV; História da África e cultura afrodescendente; História dos Povos Indígenas; Educação Patrimonial e Arqueologia; História, Cultura e Diversidade; Conhecimento e Produção Historiográfica; Filosofia da História; Fundamentos da Produção Historiográfica I e II; Metodologia da História; Historiografia Brasileira; Projeto de Pesquisa e TCC.

2. Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino. As disciplinas que compreendem este núcleo são Organização da Educação Brasileira; Didática; Psicologia da Educação; Ensino de História I: História do Ensino de História no Brasil; Ensino de História II: Metodologia do Ensino da História; Ensino de História III: Fontes e Novas Linguagens; Ensino de História IV: Teorias do Currículo; Estágio Supervisionado I: Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado II: Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado III: Ensino Médio; Estágio Supervisionado IV: Ensino Médio.

3. Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular: Introdução à Sociologia; Introdução a LIBRAS; Atividades Acadêmicas Científicas Complementares; Extensão

Pode-se perceber que há uma correlação bastante próxima entre as duas propostas, com pequenas alterações pontuais de alguns componentes curriculares, o que acredita-se não altera a configuração em se pensar a estrutura curricular do curso de Licenciatura em História. Para atender a solicitação da Resolução 013/2017 CEPE, apresentamos o quadro abaixo com os componentes associados aos núcleos em consonância a Resolução 02/2015-CNE.

Quadro 2 – Distribuição da carga horária e créditos dos componentes curriculares constantes na estrutura curricular, associados aos núcleos de conhecimento descritos nas diretrizes curriculares do curso.

COMPONENTES CURRICULARES (C.C.)	NÚMERO DE C.C.	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA (h/a)	% CH
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS				
• Núcleo de estudos de formação geral...	25	100	1.500	42,0
• Núcleo de aprofundamento e diversificação...	07	40	600	16,8
• Núcleo de estudos integradores...	02	08	120	3,4
DISCIPLINAS ELETIVAS/OPTATIVAS LIVRES	04	16	240	6,7

TOTAL PARCIAL 1	38	164	2.460	68,9
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	01	10	150	4,2
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – ECS	04	-	400	11,2
ATIVIDADES COMPLEMENTARES – AC	01	-	200	5,6
EXTENSÃO	01	-	360	10,1
TOTAL PARCIAL 2	07	10	1.110	31,1
TOTAL PARCIAL 1 + 2	45	174	3.570	

A carga horária referente às Práticas de Ensino será integralizada pelas disciplinas: Ensino de História (I, II, III e IV), com carga horária de 105 horas cada uma, sendo 60hs teóricas e 45hs práticas, distribuídas nos quatro primeiros semestres. Será objetivo das práticas de ensino intituladas Ensino de História I, II, III e IV instrumentalizar o discente para o exercício do estágio supervisionado, que será desenvolvido nos quatro semestres seguintes.

No que diz respeito a oferta das disciplinas eletivas, no curso de Licenciatura em História essas serão ofertadas em forma de Tópicos Especiais, com o objetivo de tratar dos diversos temas de interesse do próprio curso e de temas voltados para a formação complementar do aluno. Cada proposta de Tópico Especial será sugerida e organizada por um docente interessado, visando responder as necessidades dos discentes quanto ao aperfeiçoamento das habilidades voltadas à área de História e da Educação. Estes devem ser ofertados seguindo um critério pré-estabelecido pelo colegiado, a fim de que se evitem repetições consecutivas de um mesmo tópico. Desse modo, o Tópico Especial será cadastrado pelo seu respectivo título, ou seja, cada tópico terá seu próprio código no sistema. Além dos Tópicos Especiais ofertados pelo curso, os alunos poderão cursar, também, disciplina optativa livre em outros cursos, que poderão substituir os Tópicos Especiais. O importante é o discente integralizar 16 créditos/240 horas de disciplinas eletivas que poderão ser os Tópicos Especiais ofertados pelo curso e/ou disciplinas optativas livres de quaisquer cursos da UFRR.

Segue a Estrutura curricular do curso de Licenciatura em História:

Quadro 3: Estrutura Curricular

SEMESTRE 1

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
CS 100	Introdução à Sociologia	60	4	
HST 100	Conhecimento e Produção Historiográfica	60	4	
HST 110	Pré-História	60	4	
HST 150	Ensino de História I: História do Ensino de História no Brasil	105	7	
PS 0719	Psicologia Educacional e da Aprendizagem	60	4	
TOTAL		345	23	

SEMESTRE 2

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
PE 417	Organização da Educação Brasileira	60	4	
HST 200	Metodologia da História	60	4	
HST 210	História Antiga	60	4	
HST 250	Ensino de História II: Metodologia do Ensino de História	105	7	
PE 160	Didática Geral	60	4	
TOTAL		345	23	-

SEMESTRE 3

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
HST 300	Filosofia da História	60	4	HST 100
HST 310	História Medieval	60	4	
HST 320	História da América I	60	4	
HST 330	História do Brasil I	60	4	
HST 350	Ensino de História III: Fontes e Novas Linguagens	105	7	
TOTAL		345	23	

SEMESTRE 4

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
HST 400	Fundamentos da Produção Historiográfica I	60	4	HST 300

HST 410	História Moderna	60	4	
HST 420	História da América II	60	4	
HST 430	História do Brasil II	60	4	
HST 450	Ensino de História IV: Teorias do Currículo	105	7	
TOTAL		345	23	

SEMESTRE 5

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
HST 500	Fundamentos da Produção Historiográfica II	60	4	HST 400
HST 510	História Contemporânea I	60	4	
HST 530	História do Brasil III	60	4	
HST 540	Historiografia Brasileira	60	4	
HST 550	Estágio Supervisionado em Ensino de História I	100	-	HST 150; HST 250; HST 350; HST 450
TOTAL		340	16	

SEMESTRE 6

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
HST 610	História Contemporânea II	60	4	
HST 630	História do Brasil IV	60	4	
HST 640	História da Amazônia	60	4	
HST 660	Educação Patrimonial e Arqueologia	60	4	
HST 650	Estágio Supervisionado em Ensino de História II	100	-	HST 550
TOTAL		340	16	

SEMESTRE 7

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
HST 720	História de Roraima	60	4	
HST 780	História, Cultura e Diversidade	60	4	
HST 790	História dos Povos Indígenas no Brasil	60	4	

HST 770	Tópico Especial	60	4	
HST 750	Estágio Supervisionado em Ensino de História III	100	-	HST 650
TOTAL		340	16	

SEMESTRE 8

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
HST 820	Projeto de Pesquisa	60	4	
HST 830	História da África e cultura afrodescendente	60	4	
LEM 040	Introdução a LIBRAS	60	4	
HST 870	Tópico Especial	60	4	
HST 850	Estágio Supervisionado em Ensino de História IV	100	-	HST 750
TOTAL		340	16	

SEMESTRE 9

Código	Disciplina	CH	CR	Pré-Requisito
HST 900	TCC	150	10*	HST 820
HST 910	Atividades Acadêmico- Científico-Culturais	200	-	
HST 970	Tópico Especial	60	4	
HST 980	Tópico Especial	60	4	
	Extensão	360	-	
TOTAL		830	18	

* Disciplina com 30 horas/2 créditos em sala de aula com os orientadores e 120 horas de pesquisa.

IX. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Os componentes curriculares, no curso de Licenciatura em História, serão apresentados em forma de disciplinas presenciais de 4 créditos e 60 horas aulas, em sua maioria, e de 7 créditos com 60 horas teóricas e 45 práticas, correspondendo as práticas de ensino. Além dessas disciplinas, o curso oferta também o Estágio Curricular Supervisionado, TCC, e demais atividades que poderão ser melhor compreendidas no ementário dos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em História, em Apêndice nesse PPC.

XX. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO

No âmbito da UFRR, e de acordo com a Resolução 014/2012 - CEPE, as Atividades Complementares (AC) são “aquelas que aproveitam os conhecimentos adquiridos pelo discente, dentro ou fora do ambiente acadêmico, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, com a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional” (Art. 2º).

No curso de História, duzentas horas (200) serão destinadas às Atividades Complementares que incluem a participação de alunos(as) em conferências, seminários, workshops, Gincanas de história, oficinas, encontros acadêmicos, monitorias em projetos de ensino ou na organização de eventos presenciais ou nas redes de computadores, desde que chancelados por uma instituição de ensino ou de pesquisa.

Inclui-se também como possibilidades de comprovação de carga horaria complementares o estágio não-obrigatório, desde que comprovado carga horária cumprida, de acordo com a Resolução nº 012/2012-CEPE nos Art.23 e 24 que faculta ao curso decidir por essa inclusão.

As demais especificidades das Atividades Complementares estão definidas em Regulamento próprio, em apêndice nesse PPC.

XI. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A política de Estágio curricular a compor este Projeto Pedagógico de Curso deve se pautar pelos princípios e objetivos da proposta de formação de professores do Curso de História orientada pela legislação pertinente a saber: as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica e a Lei que trata do estágio, Lei nº11.788/2008.

O estágio curricular é um componente teórico-prático da formação acadêmica e não se constitui trabalho profissional, mas procedimento pedagógico-didático e pressupõe parceria estabelecida, por meio de instrumento jurídico, entre as instituições formadoras, conforme determina a legislação vigente. Tem como objetivo principal proporcionar aos estudantes a aproximação com o mundo do trabalho, visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de sua formação política, técnica, cultural, científica e pedagógica.

A prática do estágio apresentará interfaces envolvendo o projeto político pedagógico, o *locus* de prática/estágio, a especificidade do perfil profissional almejado e a participação da sociedade. Para a coordenação da prática do estágio, seja nas 400 horas que a lei reconhece como Prática de Ensino seja nas 400 horas que são os Estágios Supervisionado, deverá haver uma coordenação instituída de estágio, que deve ser escolhida em sistema de rodízio entre os professores que ministram a disciplina, sendo-lhe atribuída uma carga horária de 10 horas para esse fim.

O espaço da academia é o espaço do trabalho intelectual e o mundo do trabalho é o espaço da prática. A prática só terá sentido na formação acadêmica, se o processo pedagógico fornecer elementos teóricos para a sua leitura. Por outro lado, a teoria, por si só, não é capaz de transformar a realidade, apenas ajudar a compreendê-la e explicá-la. A realidade é transformada pela prática pensada.

Assim, o estágio se caracteriza como um espaço de prática, de estudo, pesquisa e reflexão, com vistas à construção de conhecimentos da profissão docente a partir de uma determinada realidade educacional, em que os alunos de história irão exercitar seu aprendizado desde a segunda fase da educação básica até o ensino médio nas escolas das redes pública e privada. Entretanto é facultativo ao estagiário em comum acordo com o/a professora de Estágio Supervisionado e a coordenação de estágio propor realizar sua

experiência de estágio em espaços não escolares, entende-se como tais aqueles em que há educação não-formal, como cursos promovidos por quaisquer órgãos públicos cujo projeto de ensino inclua o componente curricular da História ou das Ciências Humanas, com carga horária igual ou superior a 60hs. A proposta é exercitar a didática em uma experiência de ensino-aprendizagem.

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deve se consubstanciar da relação entre ensino e pesquisa. No ensino há a observação direta e uma atuação sob a supervisão do professor regente. Na pesquisa, entretanto, visa à produção de novos conhecimentos, mediante critérios específicos de objetividade, originalidade, validade e legitimidade, junto à comunidade científica. É a pesquisa com propósitos didáticos, a fim de propiciar acesso aos conhecimentos científicos e possibilitar ao futuro professor assumir um papel ativo no seu próprio processo de formação e a incorporar uma postura investigativa que acompanhe continuamente sua prática profissional (ANDRÉ, 1994).

Nessa perspectiva, o estágio curricular tem como objetivo criar condições para que o estudante possa vivenciar processos de ensino e pesquisa em instituição educacional, ou em outros espaços previamente aprovados; elaborar, desenvolver e avaliar projetos de ensino e aprendizagem, construindo formas de atuação pertinentes ao trabalho docente; desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes relativas à profissão, considerando o contato direto com o campo de estágio e a formação proporcionada pelo curso e; desenvolver condições e atitudes favoráveis à continuidade da formação como historiador.

O Estágio Supervisionado pode ser obrigatório - quando a ele é atribuído crédito para cumprir a Lei 11.788/08. E, estágio não-obrigatório – quando a realização deste se faz por iniciativa do aluno para enriquecer seu currículo.

O estágio curricular obrigatório, momento de maior aproximação e compreensão da realidade profissional à luz dos aportes teóricos estudados, que favorece a reflexão, a autonomia intelectual e o desenvolvimento de habilidades conexas à profissão docente, será desenvolvido a partir da segunda metade do curso, com duração de 400 horas, conforme a Lei 11.788/08.

O estágio curricular obrigatório será desenvolvido em instituições educacionais, preferencialmente públicas, que ofereçam: Ensino Fundamental – 2ª fase e Ensino Médio ou em outros espaços educativos mediante propostas previamente aprovadas pela coordenação do estágio. O Estágio tem dois momentos de organização e planejamento: Primeiro entre os

professores de estágio, a coordenação de estágio e os demais professores do curso, sendo estes professores também responsáveis por acompanhar e desenvolver o plano de trabalho dos seus alunos/orientandos de estágio. Isto pode se configurar como orientação de estágio supervisionado. Desse modo, será planejado o mesmo modelo de atuação para os quatro semestres de Estágio Supervisionado havendo assim uma sequência lógica entre as metas a serem alcançadas na regência do aluno em sala de aula da escola campo. No segundo momento de desenvolvimento e organização: o plano de ação do aluno é (re)planejado, orientado, acompanhado, avaliado e coordenado pelos professores de estágio do curso e supervisores do campo de estágio (professores das escolas campo) que acompanham os estagiários *in loco*, em todo o período de inserção no campo.

Cabe a coordenação de estágio zelar pelo campo de estágio promovendo uma boa relação institucional entre a escola campo e a universidade, realizar o contato com as escolas para efeito de aceite dos estágios semestrais e acompanhar o trabalho dos professores de estágio em suas demandas diante o estágio. As escolas campo devem ser identificadas pelo coordenador de estágio mediante critérios de: serem escolas instituídas no âmbito do ensino federal criadas também para este fim, a exemplo da EAGRO e do CAP; escolas da rede estadual.

O estágio curricular não obrigatório é realizado pelos estudantes com o intuito de ampliar a formação por meio de vivência de experiências próprias da situação profissional. Constitui-se em atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, que será desenvolvida conforme a legislação vigente. A carga horária será registrada no histórico acadêmico do estudante e seu aproveitamento seguirá as normativas da Universidade Federal de Roraima. Deverá contar com um supervisor no local do estágio e ter como orientador um professor do curso. Poderá ser realizado internamente, nas unidades acadêmicas da UFRR, e em instituições devidamente conveniadas podendo ou não ser remunerado. Sua realização será permitida a partir da matrícula no 5º semestre e seu encerramento ocorrerá com a integralização curricular, ao final do Curso.

O Estágio Supervisionado terá um Regulamento próprio, em apêndice a esse PPC.

XII. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Entendendo a formação do professor de uma forma ampla, em que a pesquisa é uma importante ferramenta para a produção de conhecimento e que o professor necessita dominar essa ferramenta, o discente do curso de Licenciatura em História deverá desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso que demonstre sua habilidade na pesquisa.

De acordo com a Resolução nº 011/2012-CEPE “o TCC tem por objetivo desenvolver a capacidade de abordagem, análise e formulação de soluções para temas das áreas dos cursos de graduação, através de uma atividade de integração de conhecimentos adquiridos ao longo do curso”.

Desse modo, o aluno apresentará, ao final do curso, sua monografia que deverá ser elaborada a partir de um projeto de pesquisa apresentado previamente na disciplina de Projeto de Pesquisa (cujo Regulamento encontra-se em apêndice a esse PPC) e deverá versar sobre um tema na área de História.

A Carga horária desse componente curricular será de 150 horas divididas em 30 horas de aulas/orientações presenciais com o professor-orientador e 120 horas destinadas a pesquisa.

O TCC observará as normas contidas em Regulamento próprio, em apêndice a esse PPC.

XIII. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Tendo como pressuposto a noção de aprendizagem ativa e o objetivo da formação de professores-pesquisadores e de profissionais de História reflexivos e críticos, as estratégias metodológicas de ensino e aprendizagem propostas para cada disciplina estarão de acordo com os objetivos de cada disciplina, levando em conta a que núcleo pertencem. Assim, estratégias consagradas, como aulas expositivas, seminários e debates, juntam-se a outras, tais como aprendizagem por meio da proposição de problemas e projetos e de recursos midiáticos e virtuais diversos, como filmes, vídeos, blogs. Neste sentido, destacamos que a experiência do ensino remoto, vivenciada durante período pandemia do COVID19, nos mostrou as possibilidades oferecidas pela internet.

O processo de ensino-aprendizagem, portanto, visa a preparação para o exercício profissional, por meio do acesso aos conhecimentos técnicos e científicos da nossa área, mas, também, a formação conectada com as questões sociais e culturais globais, nacionais e regionais, com a inclusão e o respeito a diversidade. Neste processo, a formação de um profissional capaz de se atualizar constantemente, de produzir saberes, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e com a ética, integram a formação de um cidadão atuante e crítico, consciente de sua responsabilidade como professor na formação cidadã de seus alunos.

Junto às atividades curriculares, uma série de outras atividades são fundamentais na formação do professor-pesquisador. A participação nas Atividades Complementares, cuja carga horária é requerida para a conclusão do curso, ainda que sejam de livre escolha dos discentes, devem ser orientadas pela coordenação e pelos docentes, tendo em vista o disposto na Resolução nº 014/2012-CEPE, no seu artigo 2º: “São Atividades Complementares (AC) aquelas que aproveitam os conhecimentos adquiridos pelo discente, dentro ou fora do ambiente acadêmico, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, com a finalidade de enriquecer o processo de ensino aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional”.

Neste sentido, a UFRR disponibiliza uma série de atividades, presenciais e remotas, que cumprem este papel, como aos discentes para contribuir e dinamizar os processos de ensino e aprendizagem, como ciclo de palestras, grupos de pesquisa, reuniões acadêmicas, seminários, encontros e congressos, semanas acadêmicas, dentre outras, além da participação em programas e projetos de extensão. A integração com as atividades extracurriculares desenvolvidas nos programas de pós-graduação também oferece aos graduandos a possibilidade de agregar novos conhecimentos e experiências à sua formação, além de fomentarem o interesse e o desejo de dar continuidade à formação.

Destacamos, ainda, a importância dos programas institucionais no processo ensino-aprendizagem, dos quais destacamos: o Programa de Monitoria, regulamentado pela Resolução no 016/2006-CEPE, que promove a participação do discente nas atividades de um dado componente curricular; e o Programa de Iniciação Científica (PIC/UFRR), regulamento pela Resolução no 004/2008-CEPE, que tem dentre outros objetivos, conforme o seu artigo 3º: “despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre os alunos da UFRR”; “estimular maior articulação entre os diferentes níveis de ensino da UFRR”; “contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa”; “estimular professores pesquisadores a contarem com alunos nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais”; “proporcionar aos bolsistas, orientados por professores pesquisadores qualificados, aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa”. No PIC, como na Monitoria, os estudantes podem participar por meio da concessão de bolsas e de forma voluntária.

Da mesma forma, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), de iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) se constitui como um programa permanente que visa o aperfeiçoamento da formação dos futuros professores para a Educação Básica, por meio da inserção supervisionada dos estudantes no contexto das escolas públicas. A CAPES também disponibiliza o Programa de Residência Pedagógica, que objetiva o aperfeiçoamento da formação prática dos futuros professores por meio da imersão dos licenciandos nas escolas de Educação Básica, a partir da segunda metade do curso. Neste momento, o Curso de História não integra o programa, sendo nosso intento criar condições para oferecer aos alunos mais essa possibilidade de enriquecimento da sua formação.

Enfatizamos que seguindo as diretrizes traçadas no PDI/UFRR, consubstanciadas nas várias ações afirmativas e inclusivas desenvolvidas pela UFRR, temos como norte que o processo ensino-aprendizagem se dê em um ambiente de inclusão aos alunos, de acolhimento e de respeito as diferenças, tendo em vista a diversidade de culturas, etnias, socioeconômicas, religiosas e de gênero que são o traço marcante da nossa comunidade universitária.

XIV. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso deverá ser avaliado no prazo de até três anos depois de sua implantação. A execução do processo de avaliação ficará a cargo do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso. Ao primeiro cabe a avaliação continuada do Projeto Pedagógico e seu encaminhamento no Colegiado do Curso, o qual constitui-se como instância deliberativa.

Ambas as instâncias têm como responsabilidade operacionalizar a avaliação do PPC, produzindo e fornecendo os subsídios necessários para tal. Tendo em vista a composição do Colegiado do Curso, participam da avaliação todos os segmentos que compõem o Curso de História. Não obstante, outras ações podem ser utilizadas para ampliar a participação dos integrantes do curso e qualificar a avaliação, como reuniões com todos os segmentos, interlocução com o Centro Acadêmico, realização de seminário de avaliação dentre outras.

Compõe também o processo de avaliação do PPC, os resultados produzidos por meio do Sistema de Avaliação das Atividades de Ensino – SAAE, instituído pela Resolução nº 017/2016-CEPE, que tem como objetivo “contribuir para a avaliação da qualidade do ensino oferecido na UFRR, bem como fornecer elementos para o planejamento da política didático-pedagógico institucional” (ver: Art. 2º). O SAAE fornecerá um conjunto de informações do curso como um todo, a partir da avaliação de três dimensões: avaliação dos docentes pelos discentes; dos componentes curriculares pelos discentes; e autoavaliação discente. Este conjunto de dados será sistematizado pela Comissão Própria de Avaliação-CPA/UFRR, sendo encaminhados à PROEG que procede seu encaminhamento aos cursos.

Consideramos também necessário examinarmos os resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), por ser um indicador de qualidade do desempenho dos estudantes e por ser um dos parâmetros na avaliação do curso por parte do Ministério da Educação.

XV. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO DISCENTE

O sistema de avaliação é regido pela Resolução nº 15/2006-CEPE e pela LDB, se baseando nos quesitos assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios, tendo como requisitos básicos o cumprimento do mínimo de 75% de frequência às aulas e a obtenção da média 7,0 (sete) para efeito de aprovação nas disciplinas. Destacamos que é fundamental que o aluno esteja ciente do funcionamento do sistema de avaliação, incluindo-se aí as normas referentes à segunda chamada, revisão de notas e exame de recuperação.

No processo avaliativo levamos em consideração que o desempenho do discente liga-se a duas instâncias interdependentes, sendo elas: os resultados alcançados pelos discentes em seu processo de aprendizagem; e a qualidade das atividades de ensino desenvolvidas pelos docentes. Junto a isso, deve se ter em mente no planejamento da avaliação, em nível macro, aspectos como os objetivos do curso e o perfil do egresso, e em cada componente curricular, a modalidade da disciplina (teórica, prática ou teórico-prática) e a ementa, cabendo ao docente viabilizá-la de acordo com os objetivos e o programa a ser cumprido.

O artigo 2º da Resolução nº 15/2006-CEPE prevê que “o colegiado de cada curso definirá a natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar de cada disciplina, módulo ou matriz, que poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, processos administrativos e judiciais, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno”. Neste sentido, oferece um leque de opções, deixando claro o respeito as diferenças e peculiaridade entre as áreas do conhecimento, explicitadas nos Projetos dos cursos, bem como a pluralidade que marca a composição da comunidade acadêmica da UFRR.

No entanto, alguns pressupostos devem nortear a escolha dos instrumentos avaliativos pelos professores, superando a ideia de que o processo avaliativo se constitui como um mero instrumento de atribuição de notas. Assim, entendemos que a avaliação se centre na autonomia para construção do conhecimento pelo discente, no exercício do pensamento reflexivo, tendo claro que o exercício da liberdade de pensamento e de expressão na esfera

acadêmica deve estar fundamentado no conhecimento científico. Também que o processo avaliativo tenha caráter diagnóstico, servindo tanto como instrumento de revisão das estratégias de ensino do professor, como também no entendimento por parte do aluno de seu processo de aprendizagem. Neste sentido, é fundamental que os discentes estejam perfeitamente esclarecidos sobre os instrumentos avaliativos, compreendendo assim sua função na viabilização dos objetivos previstos no plano de ensino.

Da mesma forma, entendemos que deve ser respeitada a autonomia do professor na escolha e elaboração dos instrumentos avaliativos, estando eles coerentes com sua disciplina e seus objetivos. Neste quesito, deve haver o acompanhamento sistemático dos planos de ensino pelo Colegiado do Curso, por meio da sua apresentação e discussão prévia e posterior avaliação da sua execução, ressaltando, também, que os planos de ensino são documentos que devem ser de amplo conhecimento dos participantes das disciplinas.

XVI. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS DO MEC

Quadro 4: Requisitos Legais e Normativos do MEC

DISPOSITIVO LEGAL/NORMATIVO	INDICAÇÃO DE ATENDIMENTO NO PPC
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer NE/CP Nº 3/2004.	As Diretrizes Curriculares Nacionais com temas relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena podem ser encontradas nas ementas e conteúdos programáticos das disciplinas como: História de Roraima; História da África e Afrodescendentes no Brasil; História dos Povos Indígenas, História, Cultura e Diversidade; História da Amazônia; além dos Tópicos Especiais, que são disciplinas de livre escolha do aluno no próprio curso ou em outros.
Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.	Os temas relacionados a Educação em Direitos Humanos podem ser encontrados no conteúdo de disciplinas como História Moderna; História Contemporânea I e II; História da América I e II; História do Brasil IV; além dos Tópicos Especiais do curso ou em outros.
Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	O curso conta com instâncias da UFRR que estão debruçadas sobre a questão da proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Destacamos a Divisão de Acessibilidade cujo objetivo é a promoção o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem dos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, tendo como alvo a educação especial por intermédio da adequação arquitetônica, comunicativa, informativa e curricular, eliminando os impedimentos à participação e ao desenvolvimento acadêmico e profissional. Também citamos o Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior que conta com o apoio do Programa Incluir do MEC cujo objetivo centra-se na reflexão sobre a acessibilidade e inclusão no âmbito da UFRR e da comunidade geral. Por fim, contamos com o Serviço de Atendimento Psicológico que fornece ludoterapias, psicoterapia individual e intervenção em psicologia escolar.
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº	O curso conta com a Divisão de Acessibilidade, incluindo o Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior para o atendimento dos discentes que necessitam de adaptações e mudanças estruturais em atendimento àqueles que dependem de um ambiente mais adequado às suas respectivas

6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.	necessidades especiais.
Disciplina de Libras (Dec. N° 5.626/2005) Componente obrigatório para os cursos de licenciatura e eletivos para os cursos de bacharelado e de tecnólogo.	Em consonância com outros cursos da UFRR, o curso de Licenciatura em História conta com a disciplina de 60h, Introdução à Libras (LEM 040), em modalidade Obrigatória.
Políticas de Educação Ambiental (Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002).	Temas relacionados a Políticas de Educação Ambiental estão contidos nas disciplinas do curso que tratam da abordagem sobre Amazônia, Regionalidade e povos indígenas. Também se inclui a forma transversal quando os alunos poderão complementar o estudo nesses temas através de componentes curriculares de Tópicos Especiais ofertadas no próprio curso, caso da disciplina História Ambiental, como também em outros núcleos especializados nesses temas.

XVII. GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

As instâncias que dão suporte educacional e administrativo ao curso de Licenciatura em História, por ordem de poder e gestão, são:

Colegiado do Curso

O Colegiado do curso é o órgão deliberativo e normativo maior que se responsabiliza pelo funcionamento do curso de graduação, bem como pelo seu desenvolvimento e avaliação permanente. Este colegiado é composto pelo coordenador do curso, seu presidente nato, bem como pelos docentes e um representante discente eleito por seus pares. Compete ao colegiado elaborar, aprovar e desenvolver o PPC com base na legislação vigente da UFRR; promover o perfil do profissional na área da educação com base nas características e necessidades da área do conhecimento; acompanhar e avaliar o curso, propondo e executando ações que propiciem a melhoria qualitativa a partir dos resultados; promover a integração entre docente e discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino com vistas à formação prevista no projeto pedagógico; proporcionar a melhoria do nível de ensino do curso; deliberar sobre o aproveitamento de disciplinas; deliberar, em primeira instância, sobre contratação de professores para o curso, indicando as áreas de demanda; sugerir à coordenação a composição das bancas examinadoras de concurso público para contratação de professores para o curso; elaborar seu regimento, submetendo-o à apreciação do conselho da unidade e ao CUni.

Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso é o órgão executivo responsável pelas atividades administrativas, didáticas e pedagógicas por meio do ordenamento e supervisão de todas as atividades didático pedagógicas em consonância com o Colegiado do Curso como: compra de materiais didáticos, sua organização, guarda e uso efetivo; convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias

do Colegiado do Curso; acompanhamento do desempenho acadêmico discente; apresentação da oferta de disciplinas ao Colegiado do Curso; encaminhamento ao setor de registro e controle acadêmicos, após aprovação do colegiado de curso, a oferta de disciplina ou módulos; representação no Conselho de Centro na qualidade de membro nato, bem como nos demais setores da UFRR. Já na parte administrativa, compete à coordenação supervisionar as atividades do pessoal docente e técnico-administrativo que lhe esteja vinculado, particularmente quanto à frequência e à assiduidade, respondendo pelo desempenho global no âmbito do departamento; dirigir e supervisionar as atividades dos docentes e técnicos em suas dependências; exercer ação disciplinar no âmbito do curso, instaurando sindicâncias quando houver ciência de irregularidades; decidir, em primeira instância, as questões suscitadas pelo corpo docente e administrativo; elaborar os planos de trabalho do curso, atribuindo encargos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes neles lotados; coordenar a utilização dos equipamentos e instalações sob responsabilidade da coordenação; convocar formalmente e presidir as reuniões do Colegiado do Curso; encaminhar ao diretor do CCH o relatório de atividades do curso, previamente aprovado pelo Colegiado de Curso, ao final de cada ano; cumprir e fazer cumprir as disposições do estatuto e dos regimentos geral e próprio, bem como as decisões dos órgãos deliberativos da UFRR.

Quadro 5: Coordenador de Curso

Nome	José Darcísio Pinheiro
Titulação	Graduado
Regime de Trabalho	40H DE
Experiência Docente	36 anos
Experiência Profissional	36 anos

Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é composto por cinco docentes que, sob o Colegiado do curso, obrigam-se assiduamente acompanhar o cumprimento e a atualização deste PPC, bem como desenvolver táticas que proporcionem o aprimoramento do perfil profissional do egresso do curso; também deve zelar pela integração curricular interdisciplinar das diferentes atividades de ensino constantes no currículo; proporcionar a escolha e desenvolvimento das

de linhas de pesquisa e de projetos e programas de extensão a partir de necessidades aferidas no curso por meio das políticas públicas relativas à área de conhecimento; zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação.

Quadro 6 – Núcleo Docente Estruturante

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	EXPERIÊNCIA DOCENTE	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Alfredo Ferreira de Souza	Doutorado	40H DE	28 anos	28 anos
Carla Monteiro de Souza	Doutorado	40H DE	27 anos	27 anos
Maria Luiza Fernandes	Doutorado	40H DE	28 anos	28 anos
Mariana Cunha Pereira	Doutorado	40H DE	22 anos	22 anos
Monalisa Pavonne Oliveira	Doutorado	40H DE	4 anos	4 anos
José Darcísio Pinheiro	Graduação	40H DE	35 anos	35 anos

XVIII. RECURSOS HUMANOS

18.1 Corpo Docente

Atualmente o curso conta com um quadro de dez professores efetivos, em regime de dedicação exclusiva, dos quais sete são doutores, dois são mestres e um graduado. O corpo docente, além de suas atividades didáticas na graduação e em alguns em cursos de pós-graduação, exercem também atividades administrativas, de pesquisa e de extensão no âmbito do Curso, do CCH e da UFRR.

Quadro 7: Corpo Docente

Corpo Docente	Titulação	Regime	Tempo Médio de Permanência	Componente Curricular que Ministra
Alfredo Ferreira de Souza	Doutorado	40H DE		Filosofia da História Fundamentos da Produção Historiográfica I Fundamentos da Produção Historiográfica II Metodologia da História Historiografia Brasileira
Carla Monteiro de Souza	Doutorado	40H DE		Conhecimento e Produção Histórica Fundamentos da Produção Historiográfica II Projeto de Pesquisa
Francisco de Paula Brito	Mestrado	40H DE		Educação Patrimonial e Arqueologia Pré-História História do Brasil I História Moderna
Jaci Guilherme Vieira	Doutorado	40H DE		História do Brasil III História do Brasil IV

				História dos Povos Indígenas no Brasil
José Darcísio Pinheiro	Graduação	40H DE		Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II Estágio Supervisionado III Estágio Supervisionado IV Ensino de História I Ensino de História II Ensino de História III Ensino de História IV
Márcia D´Acampora	Doutorado	40H DE		História do Brasil II História Medieval História da Amazônia Metodologia da História Fundamentos da Produção Historiográfica II História de Roraima Projeto de Pesquisa
Maria Luiza Fernandes	Doutorado	40H DE		Historiografia Brasileira História de Roraima História, Cultura e Diversidade História dos Povos Indígenas no Brasil Projeto de Pesquisa
Mariana Cunha Pereira	Doutorado	40H DE		Estágio Supervisionado III Estágio Supervisionado IV Ensino de História I Ensino de História III Ensino de História IV História, Cultura e Diversidade História da África e cultura afrodescendente

Monalisa Pavonne Oliveira	Doutorado	40H DE	História do Brasil I História Moderna Ensino de História I Ensino de História II Ensino de História III Ensino de História IV História, Cultura e Diversidade História da África e cultura afrodescendente
Orlando de Lira Carneiro	Mestrado	40H DE	História Antiga História Contemporânea I História Contemporânea II História da América I História da América II

18.2. Corpo Técnico-Administrativo

No momento, o curso de História não conta com nenhum servidor técnico-administrativo, tampouco terceirizado ou bolsista.

XIX. APOIO AOS DISCENTES

A UFRR oferece diversos setores de apoio que se apresentam como ajuda financeira, além da acadêmica e emocional. Os apoios que envolvem bolsas, a concessão é feita através de processo seletivo, convocado por editais que estabelecem as regras para concessão dos benefícios. Ressalta-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional, aprovado na Resolução 001/2017 – CUni, em muito tem contribuído para o apoio ao discente, incluindo aqueles que vivem em contexto de necessidade financeira. Portanto, descrevemos abaixo as ações nas várias Pró-Reitorias e setores decorrentes no apoio aos discentes quanto ao acompanhamento e ao desenvolvimento pleno, ações que o curso de Licenciatura em História possui acesso.

19.1 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO – PROEG

A Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, PROEG, oferece os seguintes recursos:

Programa de Monitoria: Este programa extra-classe visa a melhoria e o fortalecimento na área do ensino por meio da prática e experiência pedagógicas, resultando na cooperação mútua entre docente e discente, despertando neste último o interesse pelo ensino, pesquisa e a extensão. O monitor bolsista, que se submete a um processo seletivo, ou voluntário deve cumprir uma jornada de 12h semanais de atividades, sendo no mínimo 4h destinadas ao atendimento aos alunos matriculados na disciplina para a qual foi selecionado.

Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional: Este programa contempla o aluno regularmente matriculado nos cursos de Graduação que tenha concluído pelo menos 20% da carga horária de integralização do curso de origem e que tenha, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade acadêmica.

Assim, o aluno cursa de um a dois semestres na universidade federal receptora, podendo ser concedido, excepcionalmente, o terceiro semestre. O aluno participante terá vínculo temporário com a universidade receptora, dependendo, para isso, da existência de disponibilidade de vagas e das possibilidades de matrículas nas disciplinas pretendidas. Já no âmbito internacional existem diversos convênios internacionais de mobilidade, administrados pela Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT), como: Asociación Colombiana de Universidades (Colômbia); Universidade da Califórnia/Santa Bárbara (Estados Unidos); Universidade do Porto (Portugal); Universidade de Coimbra (Portugal); Universidade da Beira Interior (Portugal); Universidade de Granma (Cuba); além de outras instituições.

Suporte Psicológico: Ligado ao curso de Psicologia da UFRR, o Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) dispõe atendimentos por meio dos alunos do curso de Psicologia a pessoas de todas as faixas etárias. Este trabalho inclui o plantão psicológico, aconselhamento psicológico, ludoterapia e psicoterapia individual.

Atendimento Docente ao Professor-Aluno: Todos os docentes do curso de Licenciatura em História disponibilizam aos alunos um horário de atendimento extra-classe relativo aos componentes curriculares que lecionam no semestre vigente. Este tempo de acompanhamento acadêmico deve ser semanal e alcançar cada componente curricular de no mínimo 50% da carga horária semanal. Esse horário de atendimento é combinado diretamente entre o professor e o aluno da turma no início de cada semestre letivo.

19.2 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E EXTENSÃO – PRAE

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, PRAE, oferece os seguintes recursos:

Apoio a Ações de Extensão: Programa de Bolsa de Extensão, PROEXTENSÃO, que se concentra nas áreas social e cultural cujo objetivo visa o auxílio financeiro aos discentes atuantes em ações de extensão nos cursos de Graduação, Educação Básica, Técnica e Tecnológica.

Bolsa Pró-Acadêmico: Este programa possui como objetivo o auxílio financeiro a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados nos cursos de Graduação, onde

este deve cumprir a carga horária de 20h semanais nas áreas de ensino, pesquisa ou extensão, na busca de relevante contribuição no desempenho acadêmico deste discente.

Bolsa Pró-Qualifica: Este programa atua no desenvolvimento de atividades nos setores acadêmicos, administrativos e técnicos da UFRR por meio do cumprimento da carga horária de 20h semanais por parte do discente.

Bolsa Permanência: Trata-se do auxílio financeiro do Governo Federal a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas, quilombolas.

Bolsa Incluir: Programa destinado aos discentes portadores de deficiência com renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo, onde estes devem atuar 6h semanais em atividades administrativas.

Vale-Alimentação e Vale-Refeição: O Vale-Alimentação oferece almoço e janta no Restaurante Universitário com isenção total ou parcial de pagamento por parte do discente. Já o Vale-Refeição é o auxílio para complementação alimentar do discente morador na residência universitária da UFRR e que são beneficiados pelo Vale-Moradia ou residentes em casas estudantis e similares.

Vale-Transporte: Auxílio com a concessão de 58 passes destinados ao deslocamento do discente em ônibus do sistema de transporte coletivo para o Campus Paricarana.

Vale-Reprografia: Auxílio para reprodução de até 300 fotocópias mensais de material impresso sem custo ao discente.

Auxílio Pró-Ciência: Auxílio aos discentes no custo para sua participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos no âmbito regional, nacional e internacional.

Auxílio Emergencial: Este auxílio financeiro com tempo determinado possui como objetivo o discente, regularmente matriculado em componentes curriculares de cursos de graduação presencial, que esteja em dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas ou momentâneas que promovam o risco da sua permanência na Universidade.

Auxílio Pró-Pedagógico: Possibilita o auxílio para a aquisição de materiais pedagógicos ao discente devidamente matriculado no curso de graduação que esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Vale-Moradia e Moradia Universidade: O Vale Moradia auxilia no pagamento de aluguel destinado ao discente sem familiares residindo no município de Boa Vista. Já o Moradia Universitária possui caráter social e oferece infraestrutura física, com equipamentos básicos, móveis e utensílios, para alunos matriculados em cursos de graduação e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio.

Vale Pró-Atleta e Bolsa Atleta Monitor: O Vale Pró-Atleta auxilia na participação do discente em eventos esportivos em âmbito regional e nacional. Já o Bolsa Atleta Monitor destina-se ao desenvolvimento do planejamento e treinamento esportivo sob a coordenação da Divisão de Esporte e Lazer.

Vale Pró-Cultura: Trata-se do auxílio ao discente bolsista dos projetos culturais da UFRR para participação e apresentação em eventos culturais.

Núcleo Construir: Vinculado à Divisão de Acessibilidade (DAC), este núcleo busca assegurar ações e serviços de apoio especializados para garantir a inclusão e acessibilidade do discente portador de deficiência física, sensorial, mental ou intelectual e transtornos de desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação.

19.3 PROGRAMA COORDENADO PELA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – PROGESP

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, PROGESP, oferece o seguinte recurso:

Bolsa Siape: Bolsa de trabalho ao discente pelo cumprimento de 20h semanais de atividades administrativas.

19.4 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, PRPPG, oferece os seguintes recursos:

Programa de Iniciação Científica e Tecnológica: Trata-se do Programa de Iniciação Científica (PIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que se

configuram como instrumento de apoio ao discente nas práticas científicas. Conforme a Resolução n. 004/2008 - CEPE, o PIC tem como objetivos: despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre os alunos da UFRR; propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para os alunos da UFRR; estimular maior articulação entre os diferentes níveis de ensino da UFRR; contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa; contribuir para uma maior eficiência dos alunos de pós-graduação da UFRR; estimular professores pesquisadores a contarem com alunos nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais; proporcionar aos bolsistas, orientados por professores pesquisadores qualificados, aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa). Inclui-se também o Afirmativa (PIBIC – AF); e Programa Institucional e Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI).

19.5 ACESSIBILIDADE ACADÊMICA ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E OUTRAS DEFICIÊNCIAS

Além destes aportes oriundos das Pró-Reitorias da UFRR, deve-se incluir também o apoio à acessibilidade acadêmica aos alunos com transtorno do espectro autista e outras deficiências conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Conseqüentemente, os autistas passam a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas, as de educação. Da mesma maneira, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003, é necessário fornecer condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Portanto, a UFRR desenvolve uma política para atendimento dos alunos com deficiências, por meio do Divisão de Acessibilidade (DAC), que tem o objetivo de promover o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem dos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, que constituem o público-alvo da educação especial, por intermédio da eliminação das barreiras arquitetônicas,

comunicacional, informacional, atitudinal e curricular, que representam restrição à participação e ao desenvolvimento acadêmico e profissional.

Desta forma, a UFRR tem oportunizado dentro de suas possibilidades a recepção e atendimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências, estimulando a inserção e a participação de todos os discentes nas atividades acadêmicas, científicas e culturais da instituição. Entre as principais atividades destacam-se: o suporte pedagógico ao professor no trato do aluno com deficiência; a adequação de ambientes e aquisição de novos equipamentos e recursos necessários para tais atendimentos, facilitando, assim, o acesso de pessoas com deficiência; a organização de cursos de capacitação dirigidos a professores e funcionários, relacionados a questões teóricas e práticas que dizem respeito às deficiências e; o estímulo à discussão acerca da questão da deficiência frente à comunidade acadêmica, desenvolvendo projetos de iniciação científica, cursos de extensão, entre outras atividades.

Para desenvolver estas atividades, a DAC conta com o apoio e cooperação da Coordenação do curso de Licenciatura em História unido ao Centro de Ciências Humanas. O bloco do CCH, onde se concentra a administração e salas de aula do curso de Licenciatura em História, está preparado para fornecer as condições físicas de acessibilidade externas e internas ao edifício, como: reserva vagas devidamente sinalizadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção e acessos ao interior da edificação, recintos livres de barreiras ou obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade.

19.6 ACOLHIMENTO DOS ACADÊMICOS

Aos acadêmicos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima são destinadas algumas ações que visam acolhê-los de modo a colaborar com seus estudos e permanência na instituição. Dentre as ações destacam-se a Aula Magna, tendo um convidado para palestrar sobre assuntos pertinentes ao contexto da formação em nível do ensino superior. Especificamente para o curso de Licenciatura em História, há a recepção dos ingressos por parte da Coordenação. Este evento tem por objetivo realizar na sala de aula uma apresentação da estrutura do curso, tanto no seu aspecto administrativo, como acadêmico.

A Universidade Federal de Roraima, a fim de acolher e garantir qualidade de vida a toda comunidade acadêmica e seus dependentes, dispõe de serviços de saúde como: odontologia, clínica geral, psicologia e nutrição.

À comunidade externa são ofertados serviços como: pediatria, serviço social e enfermagem. Os atendimentos ocorrem na Unidade de Saúde localizada no Campus Paricarana de segunda a sexta, das 8h às 12h e 14h às 18h.

19.7 DIRETORIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Diretoria de Saúde e Assistência Social é o órgão responsável pela promoção do bem-estar bio-psico-social da comunidade acadêmica, bem como aos servidores em geral e seus dependentes.

Compete à Diretoria de Saúde e Assistência Social:

- coordenar e dirigir os serviços administrativos e as atividades de pessoal da unidade;
- planejar e coordenar as ações de assistência à saúde física, psíquica e social;
- propor estratégias de ação visando integrar as atividades da Diretoria aos planos relativos à qualidade de vida do servidor, elaborados pela Diretoria de Desenvolvimento do Servidor;
- promover em conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento do Servidor as atividades referentes à qualidade de vida do servidor da UFRR;
- executar, de ofício ou a requerimento, outras atividades correlatas.

A Diretoria de Saúde e Assistência Social da UFRR busca garantir a qualidade de vida da comunidade acadêmica, oferecendo diversos serviços de saúde para os servidores e seus dependentes, alunos e o público externo. Na Unidade de Saúde são ofertados pela equipe multiprofissional, atendimento e consultas com profissionais da enfermagem, serviço social, psicologia, nutrição, odontologia, além de especialidades médicas em cardiologia, pediatria e clínica médica.

19.8 SEGURO ESTUDANTIL

É uma política voltada para o incentivo à permanência dos alunos, em vulnerabilidade econômica e social, na UFRR. A Coordenação de Apoio à Permanência (CAPER) dispõe os

auxílios estudantis, que reduzem os índices de evasão e contribuem para que os acadêmicos terminem o curso no prazo adequado.

Contato: Sala 401, Bloco IV. Caper@ufrr.br

19.9 MORADIA UNIVERSITÁRIA

A Residência Universitária (Resu) surgiu com a finalidade de ampliar a possibilidade de permanência dos alunos em vulnerabilidade social e econômica no Ensino Superior. A ação de Moradia Estudantil oferece infraestrutura física, com equipamentos básicos, móveis e utensílios, para os acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O tempo máximo de permanência do estudante na Residência é definido pelo período de duração mínima do curso em semestres, acrescido de até no máximo 04 (quatro) semestres para acadêmicos de graduação, desde que observados os critérios de renovação.

Os candidatos selecionados à vaga na Residência recebem ainda o Vale-Refeição, desde que seja requerido no ato da inscrição e condicionado à permanência na Resu. Para solicitar uma vaga na Residência, o discente precisa participar de um processo seletivo e comprovar a carência de recursos sociais, econômicos e/ou financeiros, além de demonstrar que não tenha família morando na sede do município onde está localizado a Resu.

XX. INFRAESTRUTURA MATERIAL E TECNOLÓGICA

O curso de História se utiliza, assim como os cursos de Ciências Sociais e Relações Internacionais, da infraestrutura do Centro de Ciências Humanas, que dispõe de salas de aulas com centrais de ar e projetores, um auditório, salas dos docentes e das coordenações assim especificados: 10 Salas de aula, todas equipadas com projetor multimídias; 1 Laboratório de Informática; 2 Salas de reuniões; 19 Salas de professores, todas equipadas com computadores e impressoras; 1 Sala de estudos, com computadores; 1 Sala da Revista Texto & Debates; 1 Auditório; 1 Sala da Direção, com 1 Sala da Secretaria da Direção; 3 salas para as coordenações, sendo 1 do Curso de Ciências Sociais, 1 do Curso de História e 1 do Curso de Relações Internacionais; 2 banheiros femininos, 2 banheiros masculinos e 1 banheiro PCD.

O centro conta, como mencionado, com um laboratório de informática com 23 computadores conectados à internet, que atende aos alunos do curso de História em suas pesquisas e, também, em eventuais aulas.

O curso de Licenciatura em História possui o Núcleo de Documentação Histórica, em um prédio próprio, localizado em frente ao CCH, que dispõe de quatro salas, copa e banheiros. O Núcleo conta com computadores com conexão com a internet para a realização de pesquisas e elaboração de trabalhos. E possui um acervo de livros, jornais e outros documentos.

O acervo bibliográfico é de suma importância para as pesquisas desenvolvidas no curso. Fontes escritas constituem instrumento de pesquisa, por excelência, nas Ciências Humanas, de modo a fornecer condições adequadas de pesquisa a seus profissionais e estudantes. O acervo da Biblioteca Central da UFRR é constituído, atualmente, por bases de dados, periódicos eletrônicos, e-books e fontes impressas. Com base nas informações prestadas pela Biblioteca Central da UFRR, entre CDs, DVDs, dissertações, livros e e-books tem-se mais de dois mil títulos, com mais de quatro mil exemplares. No que concerne aos periódicos há pouco mais de cem títulos.

Na sequência se disponibiliza os quadros da Biblioteca Central da UFRR com o acervo.

Quadro 8. Acervo Físico

DESCRIMINAÇÃO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Acervo de História (lista completa em anexo)	2.015	4.257*
Acervo ÁREA DE HUMANAS		
	10.107	31.259**
Acervo bibliográfico GERAL		
	50.393	149.935**

Fonte: *SIGAA (set/2021); **SIGAA (nov/2021).

Quadro 9. Acervo Digital Geral

DESCRIMINAÇÃO	ÍTEM	TÍTULOS
Portal de Periódicos da Capes	Periódicos	45.000
	Bases de dados	130
Repositórios Institucionais (produção de todas as Universidades do Brasil)	Dissertações e Teses	948.373
	Artigo de periódicos	1.093.883
	Ebooks	30.168
Coleção perpétua (adquirida por compra) de ebooks nacionais na área de Ciências Humanas (Editora Zahar)		
	Ebooks	97

Fonte: Biblioteca Central/UFRR

XXI. TRANSIÇÃO E MIGRAÇÃO CURRICULAR

Ao ser aprovado o novo PPC do Curso de Licenciatura em História haverá um processo de transição para a nova estrutura curricular, obedecendo a Resolução 013/2017 - CEPE.

A princípio, o novo PPC será implantado para os discentes que ingressarem a partir de 2023.

Os discentes que estão no curso poderão permanecer no PPP em vigência. No entanto, somente terão possibilidade de permanecer por um determinado período, visto que, de acordo com o Inciso II do Parágrafo 1º do Artigo 41 da Resolução 013/2017 – CEPE, a migração passará a ser obrigatória “quando o componente do currículo em extinção não for mais ofertado e não houver equivalente no novo PPC; ou após trancamento de matrícula, por retorno do estudante ao curso sem ter cursado os componentes curriculares extintos, como nos casos de reintegração”. Logo, os discentes que decidirem permanecer terão que concluir o curso até o ano de 2030; depois disso o colegiado de História não terá mais a responsabilidade de ofertar componentes do PPC antigo.

Há, ainda, a possibilidade dos discentes que estão atualmente cursando migrarem para o novo PPC. Para tanto, será necessário “preencher e assinar o requerimento de migração curricular, que são obrigatórios para o processo administrativo e alteração dos dados do estudante junto ao DERCA” (Resolução 013/2017 – CEPE). Esse requerimento encontra-se em apêndice a esse PPC. Esses discentes terão um ano, a contar da implantação do novo PPC, para solicitarem a migração.

Esses discentes que optarem pela migração deverão obedecer à nova estrutura curricular utilizando a equivalência das disciplinas cursadas (conforme tabela de equivalência). Essa equivalência deverá ser automática, sem a necessidade de processos específicos para tal. No entanto, para integralizar a nova matriz curricular, o aluno necessitará cursar mais 05 (cinco) disciplinas, que são: 1) História, Cultura e Diversidade; 2) História dos

Povos Indígenas; 3) Introdução a LIBRAS; 4) História da África e cultura afrodescendente; 5) Historiografia Brasileira. Deverão, ainda, computar a carga horária de Extensão.

A coordenação do curso deverá ofertar essas disciplinas com mais constância para que os discentes não tenham que permanecer por um período muito longo no curso para integralizá-las. No caso do componente Extensão, os discentes poderão participar de projetos de professores do curso e de outros cursos da instituição, conforme especificado no tópico Extensão desse PPC, para complementar a carga horária em tempo menor.

Na sequência apresentamos o Quadro 10 em que fica mais clara a situação de equivalência dos componentes curriculares e o Quadro 11, com o planejamento da migração.

Quadro 10. Tabela de Equivalência de Componentes Curriculares entre Estruturas Curriculares do novo PPC e do PPC antigo/em extinção

Novo PPC Proposto (2022)			PPC Antigo/em extinção (2012)		
Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
CS 100	Introdução à Sociologia	60	CS 100	Introdução à Sociologia	60
HST 100	Conhecimento e Produção Historiográfica	60	HST 10	Conhecimento e Produção Historiográfica	60
HST 110	Pré-História	60	HST 11	Pré-História	60
HST 150	Ensino de História I: História do Ensino de História no Brasil	100	HST 15	Prática de Ensino I: Recursos didáticos – técnicas de ensino aprendizagem	75
PS 0719	Psicologia Educacional e da Aprendizagem	60	PS 0719	Psicologia da Educação	60
HST 210	História Antiga	60	HST 21	História Antiga	60
HST 200	Metodologia da História	60	HST 12	Metodologia da História	60
HST 250	Ensino de História II: Metodologia do Ensino de História	100	HST 24	Prática de Ensino II: Metodologia do ensino de história	75
PE 417	Organização da Educação Brasileira	60	PE 161	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio	60
PE 160	Didática Geral	60	PE 160	Didática Geral	60
HST 300	Filosofia da História	60	HST 30	Filosofia da História	60
HST 310	História Medieval	60	HST 31	História Medieval	60
HST 320	História da América I	60	HST 43	História da América I	60
HST 330	História do Brasil I	60	HST 33	História e Historiografia do Brasil I	60
HST 350	Ensino de História III: Fontes e Novas Linguagens	100	HST 34	Prática de Ensino III: o livro didático	75
HST 400	Fundamentos da Produção Historiográfica I	60	HST 22	Fundamento da Produção Historiográfica I	60
HST 410	História Moderna	60	HST 41	História Moderna	60

HST 420	História da América II	60	HST 53	História da América II	60
HST 430	História do Brasil II	60	HST 42	História e Historiografia do Brasil II	60
HST 450	Ensino de História IV: Teorias do Currículo	100	HST 44	Prática de Ensino IV: Políticas Públicas em Educação	75
HST 500	Fundamentos da Produção Historiográfica II	60	HST 63	Fundamentos da Produção Historiográfica II	60
HST 510	História Contemporânea I	60	HST 54	História Contemporânea I	60
HST 530	História do Brasil III	60	HST 52	História e Historiografia do Brasil III	60
HST 540	Historiografia Brasileira	60		NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA	
HST 550	Estágio Supervisionado em Ensino de História I	100	HST 51	Estágio Supervisionado I: Ensino Fundamental 1	125
HST 610	História Contemporânea II	60	HST 64	História Contemporânea II	60
HST 630	História do Brasil IV	60	HST 62	História e Historiografia do Brasil IV	60
HST 640	História da Amazônia	60	HST 45	História da Amazônia	60
HST 660	Educação Patrimonial e Arqueologia	60	HST 23	Introdução à Arqueologia	60
HST 650	Estágio Supervisionado em Ensino de História II	100	HST 61	Estágio Supervisionado II: Ensino Fundamental 2	125
HST 720	História de Roraima	60	HST 72	História de Roraima	60
HST 780	História, Cultura e Diversidade	60		NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA	
HST 790	História dos Povos Indígenas no Brasil	60		NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA	
HST 770	Tópico Especial	60	HST 55	Tópicos Especiais I	60
HST 750	Estágio Supervisionado em Ensino de História III	100	HST 71	Estágio Supervisionado III: Ensino Médio 1	125
HST 820	Projeto de Pesquisa	60	HST 82	Projeto de Pesquisa	60
HST 830	História da África e cultura afrodescendente	60		NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA	
LEM 040	Introdução a LIBRAS	60		NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA	
HST 870	Tópico Especial	60	HST 65	Tópicos Especiais II	60
HST 850	Estágio Supervisionado em Ensino de História IV	100	HST 81	Estágio Supervisionado III: Ensino Médio 2	125
HST 900	TCC	150	HST 92	Monografia	120
HST 910	Atividades Acadêmico- Científico- Culturais	200	HST 91	Extensão	200
HST 970	Tópico Especial	60	HST 73	Tópicos Especiais III	60
HST 980	Tópico Especial	60	HST 83	Tópicos Especiais IV	60
	Extensão			NÃO HÁ EQUIVALÊNCIA	

Quadro 11. Planejamento de Migração Curricular

Ano de Ingresso	Recomenda-se migração? Por quê?	Plano de Migração
2022	Não há a necessidade de migração, no entanto, os discentes que quiserem poderão migrar para a nova estrutura curricular que contemplará uma capacitação profissional em atendimento as bases legais em vigor.	Terão que cursar 5 disciplinas a mais que não encontram equivalência na estrutura curricular anterior, além da carga horária de Extensão.
2021	Não há a necessidade de migração, no entanto, os discentes que quiserem poderão migrar para a nova estrutura curricular que contemplará uma capacitação profissional em atendimento as bases legais em vigor.	Terão que cursar 5 disciplinas a mais que não encontram equivalência na estrutura curricular anterior, além da carga horária de Extensão.
2020	Não há a necessidade de migração, no entanto, os discentes que quiserem poderão migrar para a nova estrutura curricular que contemplará uma capacitação profissional em atendimento as bases legais em vigor.	Terão que cursar 5 disciplinas a mais que não encontram equivalência na estrutura curricular anterior, além da carga horária de Extensão.
2019	Não há a necessidade de migração, no entanto, os discentes que quiserem poderão migrar para a nova estrutura curricular que contemplará uma capacitação profissional em atendimento as bases legais em vigor.	Terão que cursar 5 disciplinas a mais que não encontram equivalência na estrutura curricular anterior, além da carga horária de Extensão.
2018 e anterior	Não há a necessidade de migração, no entanto, os discentes que quiserem poderão migrar para a nova estrutura curricular que contemplará uma capacitação profissional em atendimento as bases legais em vigor.	Terão que cursar 5 disciplinas a mais que não encontram equivalência na estrutura curricular anterior, além da carga horária de Extensão.

XXII. EXTENSÃO

A Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação, apresenta a extensão como parte do processo de formação acadêmica em toda a formação continuada do licenciado. O artigo 16 da Resolução 02/2015 institui:

Art.16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

E, no terceiro inciso do Art.17, reforça:

III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora.

O curso de História optou por estabelecer, com base na Resolução 040/2021, CEPE/UFRR, a Atividade Curricular de Extensão (ACE), sendo esta o “Componente curricular que corresponde integralmente ao reconhecimento do cumprimento de carga horária de extensão, podendo esse reconhecimento se dar em relação a uma atividade única, a um conjunto de atividades ou a parte de uma atividade”. Ainda de acordo com a Resolução, se estabelece uma carga horária de 10% da carga horária total do curso, ou seja, 360 horas de extensão aos discentes do curso de História, em forma de um “macroprojeto”.

O “Macroprojeto” de Extensão – Projeto de Extensão do Curso de Licenciatura em História – deve agregar os subprojetos dos professores. O referido Projeto deverá ser cadastrado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, PRAE, e renovado com base em relatório apresentado ao colegiado de competência do Coordenador de Extensão, e encaminhado a PRAE. Entretanto, propõe-se que os subprojetos inclusos no “macroprojeto” possam ser revistos a cada semestre letivo, não se fazendo necessário novo cadastro.

O Projeto de Extensão do Curso de Licenciatura em História deverá possibilitar a interdisciplinaridade. Nesse sentido, o referido projeto deve ser proposto ao colegiado pelo supervisor de extensão, consultando os professores do curso afim de que se desenvolvam

projetos de extensão que somem com às discussões, assuntos/temas correlatos priorizando a relação ensino-aprendizagem com ênfase em metodologias de ensino e na relação professor-aluno na sala de aula da escola campo ou em espaços educativos outros. Os referidos subprojetos devem abordar as áreas de conhecimento da História em todas as suas especificidades bem como dialogar com áreas afins que constituem o currículo proposto nesse PPC.

Deve haver uma oferta de subprojetos crescente a cada semestre de modo que os professores, de modo interdisciplinar, tornem seus subprojetos ofertas constantes e contínuas a fim de que todo professor do curso contribua com a oferta da carga horária de extensão exigida para o curso de História. É de competência de todos os docentes do curso ofertar projetos de extensão a partir da aprovação do PPC a fim de que possamos cumprir a oferta de carga Horária de 360 horas exigida pela Resolução 040/2021, CEPE/UFRR, para os quatro anos de oferta do currículo/curso.

Ao Supervisor de Extensão deve-se acrescentar 30 horas de carga horária por semestre e este deve ser escolhido em reunião do colegiado. O período à frente da coordenação de extensão será de dois anos.

Cabe ao Supervisor de Extensão:

1. incentivar e determinar aos professores do curso a produção de subprojetos de extensão;
2. ajudar e orientar os professores propositores na produção desses subprojetos e reuni-los no Projeto de Extensão do Curso, inclusive informando os documentos que são necessários para o tramite junto a PRAE;
3. reunir a cada ano relatórios parciais dos subprojetos para compor um relatório geral do Projeto de Extensão da História.

A comprovação da carga horária dos discentes ficará sob a responsabilidade do professor responsável pelo subprojeto, que deverá atestá-la em declaração. Os discentes, quando integralizadas as 360 horas de extensão, deverão dar entrada com solicitação de integralização desse componente ao supervisor de extensão (nos mesmos moldes que ocorre com a AACC), que deverá encaminhar a coordenação do curso para que registre a atividade no SIGAA.

Os discentes poderão participar de projetos de extensão de outros cursos e mesmo de outras instituições, desde que em consonância com a proposta contida nesse PPC e com anuência do supervisor de extensão.

O detalhamento e especificades dessa nova atividade formativa do curso serão apresentados em regulamentação própria.

XXIII. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Presidência da República. Casa Civil, Brasília, 25 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm Acesso em:

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil, Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em:

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil, Brasília, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em:

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Presidência da República. Casa Civil, Brasília, 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em:

BRASIL. Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil, Brasília, 17 de agosto de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14038.htm Acesso em:

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES, n. 492 de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. MEC, Brasília, DF, 3 abr. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n. 13 de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n. 2 de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aprova o Projeto Político Pedagógico do Curso de História em Licenciatura e Bacharelado. Resolução nº 005/2006-CEPE, de 31 de maio de 2006, Boa Vista, 31 mai. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelece as normas para a realização dos estágios supervisionado obrigatório e não obrigatório dos discentes dos cursos de graduação e ensino médio profissionalizante da Universidade Federal de Roraima. Resolução nº 12/2012 - CEPE, de 7 de maio de 2012, Boa Vista, 7 mai. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão dispõe sobre as normas da disciplina Trabalho de Conclusão dos Cursos de graduação oferecidos pela UFRR. Resolução nº 11/2012 - CEPE, de 7 de maio de 2012, Boa Vista, 7 mai. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão dispõe sobre as diretrizes para elaboração e alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação da UFRR. Resolução nº 13/2017 - CEPE, de 23 de outubro de 2017, Boa Vista, 23 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Dispõe sobre as normas gerais das atividades complementares como componente curricular nos cursos de graduação da UFRR. Resolução nº 14/2012 - CEPE, de 17 de maio de 2012, Boa Vista, 17 mai. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação e tecnólogos da Universidade Federal de Roraima. Resolução nº 040/2021 - CEPE, de 24 de agosto de 2021, Boa Vista, 24 ago. 2021.

CAVALCANTI, Erinaldo. História, Ensino de História e Livro Didático: a formação docente em debate. **SAECULUM** – Revista de História, [38], João Pessoa, jan/jun 2018.

CERRI, Luiz Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERRI, Luiz Fernando. Os saberes escolares e o conceito de consciência histórica. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.11, p110-125, mai./ago. 2014.

Entrevista de António Novóia, concedida em 13/09/2001, à TVE, programa Salto para Educação. Disponível em:

https://ledum.ufc.br/arquivos/didatica/3/Professor_Pesquisador_Reflexivo.pdf. Acessado em 31/10/2021

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. (Org.). **Os Professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **RTH** (Rev. de Teoria da História), 6(2), 4-26. <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28973>.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Formação do professor de história no Brasil: embates e dilaceramentos em tempos de desassossego. **Revista Educação**, Santa Maria/RS, v. 40, n. 3, 2015.

XXIV APÊNDICES

- 24.1. Apêndice A - Relação dos Componentes Curriculares do Curso**
- 24.2. Apêndice B - Conteúdo Programático dos Componentes Curriculares Obrigatórios ofertados pela Coordenação do Curso de História**
- 24.3. Apêndice C - Conteúdo Programático dos Componentes Curriculares Obrigatórios ofertados por outras coordenações/departamentos de cursos**
- 24.4. Apêndice D - Conteúdo Programático dos Componentes Curriculares Eletivos ofertados pela Coordenação do Curso de História**
- 24.5 Apêndice E – Regulamento Disciplina Projeto de Pesquisa**
- 24.6 Apêndice F – Regulamento Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso**
- 24.7 Apêndice G – Regulamento Atividades Acadêmicas-Científicas-Culturais AACC**
- 24.8 Apêndice H – Regulamento Estágio Curricular Supervisionado**
- 24.9 Apêndice I – Requerimento para Migração Curricular**

24.1. Apêndice A - Relação dos Componentes Curriculares do Curso

Relação dos Componentes Curriculares do Curso de Licenciatura em História					
Código	Componente Curricular	CH	Créd.	Mod.	Pré-requisito
CS 100	Introdução à Sociologia	60	4	Obrigatória	
HST 100	Conhecimento e Produção Historiográfica	60	4	Obrigatória	
HST 110	Pré-História	60	4	Obrigatória	
HST 150	Ensino de História I: História do Ensino de História no Brasil	105	7	Obrigatória	
PS 0719	Psicologia Educacional e da Aprendizagem	60	4	Obrigatória	
HST 210	História Antiga	60	4	Obrigatória	
HST 200	Metodologia da História	60	4	Obrigatória	
HST 250	Ensino de História II: Metodologia do Ensino de História	105	7	Obrigatória	
PE 417	Organização da Educação Brasileira	60	4	Obrigatória	
PE 160	Didática Geral	60	4	Obrigatória	
HST 300	Filosofia da História	60	4	Obrigatória	HST 100
HST 310	História Medieval	60	4	Obrigatória	
HST 320	História da América I	60	4	Obrigatória	
HST 330	História do Brasil I	60	4	Obrigatória	
HST 350	Ensino de História III: Fontes e Novas Linguagens	105	7	Obrigatória	
HST 400	Fundamentos da Produção Historiográfica I	60	4	Obrigatória	HST 300
HST 410	História Moderna	60	4	Obrigatória	
HST 420	História da América II	60	4	Obrigatória	
HST 430	História do Brasil II	60	4	Obrigatória	
HST 450	Ensino de História IV: Teorias do Currículo	105	7	Obrigatória	
HST 500	Fundamentos da Produção Historiográfica II	60	4	Obrigatória	HST 400
HST 510	História Contemporânea I	60	4	Obrigatória	
HST 530	História do Brasil III	60	4	Obrigatória	
HST 540	Historiografia Brasileira	60	4	Obrigatória	
HST 550	Estágio Supervisionado em Ensino de História I	100	-	Obrigatória	HST 150; HST 250; HST 350; HST 450
HST 610	História Contemporânea II	60	4	Obrigatória	
HST 630	História do Brasil IV	60	4	Obrigatória	
HST 640	História da Amazônia	60	4	Obrigatória	
HST 660	Educação Patrimonial e Arqueologia	60	4	Obrigatória	
HST 650	Estágio Supervisionado em Ensino de História II	100	-	Obrigatória	HST 550
HST 720	História de Roraima	60	4	Obrigatória	
HST 780	História, Cultura e Diversidade	60	4	Obrigatória	
HST 790	História dos Povos Indígenas no	60	4	Obrigatória	

	Brasil				
HST 770	Tópico Especial	60	4	Eletiva	
HST 750	Estágio Supervisionado em Ensino de História III	100	-	Obrigatória	HST 650
HST 820	Projeto de Pesquisa	60	4	Obrigatória	
HST 830	História da África e cultura afrodescendente	60	4	Obrigatória	
LEM 040	Introdução a LIBRAS	60	4	Obrigatória	
HST 870	Tópico Especial	60	4	Eletiva	
HST 850	Estágio Supervisionado em Ensino de História IV	100	-	Obrigatória	HST 750
HST 900	TCC	150	2/10	Obrigatória	HST 820
HST 910	Atividades Acadêmico- Científico-Culturais	200		Obrigatória	
HST 970	Tópico Especial	60	4	Eletiva	
HST 980	Tópico Especial	60	4	Eletiva	
HST 990	Extensão	360		Obrigatória	

24.2. Apêndice B - Conteúdo Programático dos Componentes Curriculares Obrigatórios ofertados pela Coordenação do Curso de História

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 100 - CONHECIMENTO E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			1º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITOS (S)		
Total		Teórica	Prática		
60		60	00		
OBJETIVOS					
<p>Apresentar as características gerais da disciplina histórica, em seu sentido ontológico e epistemológico. Examinar as noções estruturantes do conhecimento histórico (tempo, espaço, estrutura, sujeito). Discutir o papel de alguns elementos fundamentais na produção do conhecimento histórico, como fato, fonte, documento e memória.</p>					
EMENTA					
<p>Introdução ao estudo da constituição do campo disciplinar da História, destacando seus elementos fundamentais, objetos, métodos e fontes. Discute do ofício do historiador e sua interface com o ensino e a pesquisa historiográfica. Apresenta de forma breve noções estruturantes do conhecimento histórico, tais como tempo, espaço e sujeito.</p>					

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade 1: A História como campo disciplinar:</p> <p>a) A História e sua trajetória.</p> <p>b) História e conhecimento histórico: legitimidade; função/utilidade.</p> <p>c) Histórias, memórias, identidades e mudanças.</p> <p>Unidade 2: A História como conhecimento:</p> <p>a) As bases teóricas e metodológicas para a produção do conhecimento histórico: tempo e temporalidade; espaço; sujeito histórico; estrutura; fato histórico e história-problema; fonte e documento; tempo, cronologia e periodização.</p> <p>b) A Historiografia e a escrita da História.</p> <p>c) Conhecimento histórico: para quê e para quem?</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA</p> <p>ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica: teoria e método. Bauru/SP: EDUSC, 2006.</p> <p>BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.</p> <p>BOSCHI, Caio César. Por que estudar História? São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>PETERSEN, Sílvia R. F., LOVATO, Bárbara H. Introdução ao Estudo da História: temas e textos. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion. Um introdução à história. São Paulo: Brasiliense, 1992.</p>

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

2. COMPLEMENTAR

BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. (Vol. 1)

CARR, E. H. **O que é história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

SAMARA, Eni Mesquita; TUPY, Ismênia S.S. **História e documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 2008.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 110 - PRÉ-HISTÓRIA

Categoria

Obrigatória (X) Eletiva ()

Semestre

Modalidade

Presencial (X) Semipresencial () A distância ()

1º

Carga Horária

PRÉ-REQUISITOS (S)

Total

Teórica

Prática

60

60

-

OBJETIVOS

Oportunizar ao aluno: (1) estudar as problemáticas das pesquisas da história da hominização e sua relação com a História, a Antropologia e a Arqueologia; (2) caracterizar as transformações do ambiente Quaternário – estudo da evolução física da humanidade e as mudanças culturais acontecidas durante a hominização; (3) refletir sobre as evidências e teorias relacionadas com os processos de hominização – os primeiros humanos, os Australopitecos, os humanos antigos, o *Homo Sapiens* moderno; (4) evidenciar as diferentes culturas materiais humanas – estilos tecnotipológicos, organização socioeconômica, realizações artísticas, processos de invenção/circulação; (5) capacitar para a transposição didática a partir das propostas teórico-metodológicas da disciplina.

EMENTA

Serão analisadas as problemáticas e as diversas abordagens teórico-metodológicas da Pré-História, relativas às pesquisas paleantropológicas, genéticas e arqueológicas da história da hominização. Esse processo, cuja concomitância abrange o biológico, o psicológico, o histórico, o sociológico, o cultural e o simbólico, revela a arte da incubação da humanidade em sua profundidade, extensão e complexidade. Alguns exemplos são os estudos das transformações ambientais quaternárias, da evolução física do homem e do desenvolvimento das culturas humanas anteriores ao surgimento das sociedades urbanas, o que inclui origens e áreas de dispersão, desenvolvimento cronológico, mudanças culturais e ambientais, caracterização tecnopológica da cultura material, organização socioeconômica, realizações artísticas, crenças.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMÁTICA 01: História da Hominização e Pré-História

1.1 Pré-História: disciplinas envolvidas e conceituações

1.2 Métodos e técnicas da pesquisa Pré-Histórica

TEMÁTICA 02: As transformações do ambiente

2.1 Importância do estudo do Quaternário: Pleistoceno e Holoceno

2.2 Consequências das transformações ambientais para a hominização

2.3 Teoria da Evolução

TEMÁTICA 03: O processo de hominização

3.1 Testemunhos fósseis e suas interpretações

3.2 Grupos humanos antigos e o *Homo Sapiens* moderno.

TEMÁTICA 04: As culturas materiais da história da hominização

4.1 Origem das sociedades caçadoras-coletoras-pescadoras

4.2 Auge das sociedades caçadoras-coletoras-pescadoras

TEMÁTICA 05: O processo de neolitização

5.1 A origem das sociedades produtoras de alimentos: domesticação fauna e flora

5.2 A origem da escrita, da urbanização e das cidades-estados

TEMÁTICA 06: A ocupação humana das Américas

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA

ANDRADE, G Rebelo de (coord.). História da Humanidade: a Pré-História e o início da civilização. vol. 1 – Lisboa, Verbo, 2000.

D'AYALA VALVA, Fabrizio e DINIZ-FILHO, José A. Felizola. 2003.. A trajetória Humana. Revista Canindé, Xingo, nº 3

FOLEY, Robert. 2003. Os humanos antes da humanidade – perspectiva evolucionista. SP, UNESP

JOHANSON, D e EDEY, M. A. Lucy: os primórdios da humanidade. RJ, Bertrand do Brasil, 1997.

MITHEN, Steve. 2002. A pré-história da mente – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo, UNESP

MAYR, Ernst. 2005. Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica, São Paulo, Companhia das Letras, P: 113-132

NEVES, Walter A. e Mark Hubbe. Luzia e a saga dos primeiros americanos, 2003.

COMPLEMENTAR

ARSUAGA, J.L. e MARTINEZ, I. La especie elegida - la larga marcha de la evolución humana. Madrid, Temas de Hoy, 1998.

CUNHA, Eugenia. A colonização do globo pelo homem moderno: origem e dispersão do Homo Sapiens Sapiens

DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço – os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro, Record, 2001.

FUNARI, P.P.A. e NOELLI, F. S. 2002. Pré-História do Brasil. SP, Contexto.

JOHANSON, D. e SHREEVE, J. 1998. O filho de Lucy. Rio de Janeiro, Bertran do Brasil

LEWIS, Roy. Por que almocei meu pai. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

LONDON, Jack. Antes de Adão. Porto Alegre, LPM, 1999.

OLSON, Steve. 2003. A história da humanidade – desvendando 150 mil anos de nossa trajetória através dos genes. Rio de Janeiro, Campus.

PARFIT, Michael. O enigma dos primeiros americanos AUDEL, Jean. O Clã da Caverna do Urso. Rio de Janeiro, Record, 1995.

PELLEGRINI, Domingos. No começo de tudo. SP, Nova Alexandria, 2002.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME DA DISCIPLINA

HST 150 - ENSINO DE HISTÓRIA I: HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()	1º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)
Total	Teórica	Prática
105	60	45

OBJETIVOS

Discutir a trajetória da História da Educação e do Ensino de História, a fim de desnaturalizá-los e compreender suas construções.

EMENTA

História da Educação e do Ensino de História no Brasil. As diferentes concepções sobre o ensino, a aprendizagem e os conhecimentos históricos necessários para a história escolar. A trajetória do ensino de história na educação básica. A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Demandas sociais e ensino de história.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

História do Ensino de História no Brasil.

As diferentes concepções sobre o ensino, a aprendizagem e os conhecimentos históricos necessários para a história escolar.

A trajetória do ensino de história na educação básica.

A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Demandas sociais e ensino de história.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ABUD, Kátia Maria. “O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1932”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, 1993/1994.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Abordagens Históricas Sobre a História Escolar. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História e Ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Revista Teoria e Educação, Porto Alegre, UFRGS, n. 2, p. 177-229, 1990.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Em Revista Brasileira de História da Educação, 1, 2001, 9-43.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.

LAVILLE, Christian. A economia, a religião, a moral: novos terrenos das guerras da história escolar. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, v.36, n.1, p.173-190, jan./abr. 2011.

2. COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Circe. Pátria, civilização e trabalho. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: s/e, 1988.

LIMA, S. C. F.. A Historicidade do Ensino de História: a Pesquisa e o Fazer do Professor. Cadernos de História (UFU), v. 15, p. 161-171, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez.2012.

NASCIMENTO, Maria Isabel M. O Império e as Primeiras Tentativas de Organização da Educação Nacional (1822 – 1889). In: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html

NORONHA, Olinda Maria. História da Educação: sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro. Campinas: Alínea, 1998.

PEREIRA, Nilton M.; MARQUES, Diego Souza. Narrativa do estranhamento: ensino de História entre a identidade e diferença. Plures. Humanidades (Ribeirão Preto), v. 14, p. 83, 2014.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR
CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 200 - METODOLOGIA DA HISTÓRIA			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		2º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60	-	
OBJETIVOS			
<p>- Permitir ao aluno os primeiros contatos com a oficina do historiador, chamando sua atenção para as características da produção do conhecimento científico, para os conceitos e fontes empregados nos métodos de produção do conhecimento historiográfico.</p> <p>- Subsídios para a elaboração de trabalhos científicos (Fichamento, Resumo, Normas da ABNT).</p>			
EMENTA			
<p>Epistemologia como reflexão sobre o conhecimento. As modalidades de conhecimento: científico e senso comum. A natureza do conhecimento científico: mediação teórica, requisitos de verdade e objetividade. O processo cognitivo: relações entre sujeito e objeto. A inevitável subjetividade e os limites da objetividade no processo cognitivo. A polissemia do termo história: processo e conhecimento. Temporalidades históricas: relação passado/presente/futuro. Subsídios para a elaboração de trabalhos científicos (Fichamento, Resumo, Normas da ABNT).</p>			

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> - Do mito ao logos: nascimento da filosofia. - A história e as ciências naturais; - O humano como objeto de investigação; - O nascimento da História - A história e a História na sociedade contemporânea.
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. Mencionar outra quando existir.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA</p> <p>CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.</p> <p>FERREIRA, Marieta de Moraes. Aprendendo História: reflexões de ensino. Rio de Janeiro: FGV, 2013.</p> <p>JENKINS, Keith. A história repensada. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>MARC, Bloch. Apologia da História, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.</p> <p>FURET, A oficina da História. Lisboa: Gradiva, s/d.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>2. COMPLEMENTAR</p>

BARROS, José D` Assunção. **Teoria da História**. Vol. I. Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

____. **Teoria da História**. Vol. II. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Editora Ática: 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

____. **Escola dos Annales: a renovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E DÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 210 - HISTÓRIA ANTIGA

Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()	2º
Carga Horária	PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática
60	60	00

OBJETIVOS

Apresentar ao aluno uma breve introdução à disciplina “História Antiga”, seus conceitos fundamentais, suas fontes principais bem como as teorias e os métodos utilizados pelos historiadores em suas pesquisas

EMENTA

Estudo do processo histórico da Antiguidade tendo em vista à compreensão das estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas através da análise da produção historiográfica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1-Os povos do Oriente Próximo: sua localização e respectivas sociedades

1.1- Os diversos tipos de fontes e as críticas pertinentes: mitologia, iconografia, literatura, entre outros.

1.2- As diversas estruturas sociais

2- Sociedade e religião e seus reflexos políticos

3- A influência da religião nas sociedades da Antiguidade oriental e clássica

4- Os exemplos de escravidão, filosofia e organização social.

5- Império e a expansão.

AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ARIÈS, P., DUBY, G. (Org.). *História da vida privada. v. 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Trabalho Compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FINLEY, M.I. 1991 *História Antiga, Testemunho e modelos*. São Paulo, Martins Fontes.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Antiguidade Clássica: A História e a Cultura a partir de documentos*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

PINSK, Jaime (Org.). *Cem textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 4ªed.1988.

_____. *As Primeiras Civilizações*. São Paulo: Atual, 1987.

2. COMPLEMENTAR

ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Porto, Afrontamentos, 1976.

CARDOSO, C.F. *A cidade estado antiga*. São Paulo, Ática, 1985. (Princípios, 39

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo, Hemus, 1975

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)*. Rio de Janeiro, 2011.

FINLEY, M. I. *Uso e abuso da História*. Livraria Martins Fontes, Ed. Ltda, São Paulo, 1989.

HARTOG, François. *Os Antigos, O Passado e o Presente*. Ed. UnB, Brasília, 2003.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 250 – ENSINO DE HISTÓRIA II: METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()	2º
Carga Horária	PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática
105	60	45

OBJETIVOS

- Desenvolver o estudo acerca do processo de ensino/aprendizagem adequado às faixas etárias e suas condições de compreensão e abstração.
- Estimular a pesquisa no âmbito acadêmico tanto quanto no escolar.
- Discutir a interlocução entre a historiografia recente sua introdução em âmbito escolar.
- Perceber a importância do professor de História para o desenvolvimento cognitivo, social, político e emocional do ser humano.

EMENTA

A disciplina tem como foco a valorização do professor pesquisador enquanto historiador e professor pesquisador da sua prática, na tentativa de estimular entre docentes e discentes a autonomia e a criticidade, bem como a compreensão de que os aspectos sociais, culturais e econômicos das sociedades são historicamente construídos, a partir das ferramentas teórico-metodológicas da história, partindo do princípio de que para se ensinar História é necessário saber produzi-la.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. O Ensino de História e suas possibilidades metodológicas de acordo com estrutura da Educação Básica. 2. A consciência histórica como inerente ao ser humano e seus processos de constituição. 3. A pesquisa em âmbito escolar como forma de despertar o interesse, o diálogo e a possibilidade de autonomia. 4. Novas abordagens do Ensino de História. 5. Introdução da historiografia recente e os diálogos com o saber escolar. 6. Cidadania e cultura de respeito à diferença.
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<ol style="list-style-type: none"> 1. BÁSICA <p>ABREU; SOIHET. Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.</p> <p>BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>CAIMI, Flávia Eloísa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre Ensino, aprendizagem e formação de professores de História. In: Tempo, v. 11, n. 21, 2007, pp. 17-32.</p> <p>CERRI, Luiz Fernando. Ensino de História e Consciência Histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.</p> <p>KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>MONTEIRO; GASPARELLO; GUIMARÃES. Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.</p> 2. COMPLEMENTAR

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Ensino de História e a Incorporação das Novas Tecnologias da In-formação e Comunicação: uma reflexão In: **Revista de História Regional**, 4(2):139-157, Inverno 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAIMI, Flávia Eloísa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 65-79.

GOMES, Nilma Lino. DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS.

MONTEIRO, Ana Maria F. C.. Entre o Estranhos e o Familiar: us de Analogias no Ensino de História. In: **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, set/dez, 2005, pp. 333-347.

ROCHA; MAGALHÃES; GONTIJO. **O Ensino de História em Questão: Cultura História e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2015

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma pedagogia do conflito**. In: SILVA, Luiz Eron da. Reestruturação escolar, novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Sipione, 2009.

SILVA, Marco Antonio. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST – 300 FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre	
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()	3º	
Carga Horária	PRÉ-REQUISITO: Metodologia da História		
Total	Teórica	Prática	HST 100
60	60	-	

OBJETIVOS

Promover a reflexão quanto às construções das teorias da História desde a antiguidade grega até o século XIX estabelecendo os marcos da universalidade e do sentido da História.

EMENTA

As características da Filosofia como conhecimento. As construções teóricas fundantes da História. O sentido da História e a História Universal. A História e a Filosofia na antiguidade grega. O providencialismo medieval. A Filosofia da História na modernidade. As grandes abordagens: Hegel e Marx.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1: Do mito ao logos: a filosofia na Idade Antiga

1.1. Uma breve introdução a Filosofia;

1.2. Os pré-socráticos;

1.3. Sócrates;

1.4. Platão;

1.5. Aristóteles.

UNIDADE 2: A filosofia na Antiguidade e na Idade Média

2.1. Heródoto e a história imediata

2.2. Políbio e a História política

2.3. Os pensadores medievais e o legado antigo: Agostinho de Hipona e Gioacchino da Fiore

UNIDADE 3: Séculos XVI ao XIX: construindo uma nova visão de mundo: a modernidade

3.2. Os renascentistas;

3.3. O racionalismo cartesiano;

3.4. O empirismo inglês;

3.5. O Iluminismo;

3.6. Kant e a crítica da razão;

3.7. Hegel e a dialética idealista;

3.8. Marx e a dialética materialista.

AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a

sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

COMTE-SPONVILLE, André. A Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BODEI, Remo. A História tem um sentido? Bauru: EDUSC, 2001.

MISES, Ludwig von, Teoria e História. São Paulo: ILVM, 2014.

PECORARO, Rossana. Filosofia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

REIS, José Carlos. História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

2. COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. O marxismo de Marx. São Paulo: Benvirá, 2012.

_____. O ópio dos intelectuais. São Palo: Três Estrelas, 2016.

BODEI, Remo. A filosofia do século XX. Bauru: EDUSC, 2000.

BÖHM-BAWERK, Eugene. A teoria da exploração do Socialismo. São Paulo: Mises, 2010.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução na França. Campinas: Vide, 2017.

COMTE-SPONVILLE, André. A filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2005

FALCON, Francisco. Iluminismo. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão. São Paulo, Mises, 2010.

OAKESHOTT, Michael. Sobre a História e outros ensaios. São Paulo: Topbooks, 2003.

HIMMELFARB, Gertrude. Os caminhos para a Modernidade. São Paulo: É Realizações, 2016

INÁCIO Inês C. e LUCA Tania Regina de. O pensamento medieval. São Paulo: Ática, 1988.

MARCODES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MISES, Ludwig von. Marxismo desmascarado. Campinas: Vide, 2016.

ORTEGA Y GASSET, José. O que é Filosofia. Campinas: Vide, 2016

RÜDIGER, Francisco. Paradigmas do estudo da história: os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo. Porto Alegre: IEL/IGEL, 1991.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 310 - HISTÓRIA MEDIEVAL			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		3º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60	00	
OBJETIVOS			
Propiciar ao aluno condições para perceber as transformações pelas quais as sociedades ocidentais e orientais passaram a partir do contato com novas culturas. Compreender a relação religião/estado sob nova ótica. Entender os conceitos pertinentes ao período, como o feudalismo e a servidão			
EMENTA			
O processo de transição entre a Antiguidade e a Idade Média e a formação dos reinos romano-germânicos. Constituição e características do mundo medieval e, em particular, da sociedade feudal.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1- Periodização da Idade Média. O surgimento das concepções de Oriente e Ocidente Medievais. 2- As sociedades “bárbaras”: sua organização social no espaço de origem e no mundo romano. Os tipos de fontes e as críticas pertinentes: mitologia, iconografia, literatura, entre outros.			

<p>2.1-As diversas estruturas sociais</p> <p>3- A religião no âmbito medieval e feudal.</p> <p>4- Sociedade e religião e seus reflexos políticos</p> <p>5- Liberdade e servidão: os exemplos de escravismo e organização social.</p>
<p>AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM</p>
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
<p>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</p>
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</p>
<p>1. BÁSICA</p> <p>BRAUDEL, Fernand. Gramática das Civilizações. São Paulo: Martins Fontes, 1989.</p> <p>DUBY, Georges (Org.). História da Vida Privada, volume II. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.</p> <p>LE GOFF, Jacques. <i>Raízes(As) medievais da Europa</i>. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. (orgs) <i>Dicionário Temático do Ocidente Medieval</i>. 2 vol. Bauru, São Paulo: EDUSC - Imprensa Oficial do Estado, 2002.</p> <p>PERNOUD, Régine. <i>Idade Média: O que não nos ensinaram</i>. RJ: Agir, 1994.</p>
<p>2. COMPLEMENTAR</p> <p>ANDERSON, Perry. <i>Passagens da Antiguidade ao Feudalismo</i>. São Paulo: Brasiliense, 2000.</p> <p>DUBY, Georges. <i>A Europa na Idade Média</i>. SP: Edit. Martins Fontes, 1988.</p>

_____. *Idade Média. Idade dos Homens*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. SP: EDUSC, 2004.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. SP: Brasiliense, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HUIZINGA, J. *O Declínio da Idade Média*. 2^a ed., Ulisseia: Lousã.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*, SP: Martins Fontes, 1992.

_____. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1984, 2 vols.

_____. *Raízes(As) medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Periódicos/ revistas eletrônicas:

Revista Brathair - <http://www.brathair.com/Revista/Port/numeros.html>

Revista Mirabilia - <http://www.revistamirabilia.com/>

Revista AEDOS - <http://www6.ufrgs.br/ppghist/aedos>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 320 - HISTÓRIA DA AMÉRICA I

Categoria	Obrigatória (x) Eletiva ()	Semestre
------------------	--------------------------------------	-----------------

Modalidade	Presencial (x) Semipresencial () A distância ()	3°
-------------------	--	-----------

Carga Horária	PRÉ-REQUISITOS (S)
----------------------	---------------------------

Total	Teórica	Prática	
--------------	----------------	----------------	--

60	60	-	
----	----	---	--

OBJETIVOS

- 1- Discutir as teorias da origem do homem americano;
- 2- Apresentar um quadro das principais civilizações pré-colombianas;
- 3- Discutir a sociedade colonial e suas variadas formas;
- 4- Traçar um quadro dos movimentos sociais, processos de resistências no contexto colonial na América;
- 5- Apresentar os processos de luta pelas independências dos países latino-americanos;

EMENTA

As teorias da origem do homem no Continente Americano. O mundo pré-colombiano e o processo de conquista. A sociedade colonial e sua multiplicidade de formas. Os movimentos sociais, o processo de resistência e de questionamento do vínculo colonial. As lutas pela independência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PROGRAMA:

1- O mundo americano antes da Conquista Européia:

1.1 A ocupação Humana das Américas;

2- Sociedades anteriores aos impérios/estados:

2.2- Mundo Maia – Mundo Asteca – Mundo Inca;

3- O início da Conquista (Caribe e México)

3.1- Visões da “conquista”

3.2- A “Conquista” e as origens da globalização

4- As várias formas da colonização

4.1- Portuguesa

4.2- Espanhola

4.3- Inglesa

4.4- Francesa

5-Movimentos sociais e processos de resistência no contexto colonial

5.1- A luta contra a Metrópole

5.2- A herança colonial

6-Independência dos países latino-americanos

6.1-A participação popular (índios e negros)

6.2- A questão nacional na América Latina

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

CABEÇA DE VACA, Naufrágios e Comentários. Tradução de Jurandir Soares dos Santos e Apresentação de Henry Miller. Porto Alegre: LPM, 1987.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América – as 4 viagens e o testamento*. Porto Alegre: L & PM, 1991.

FAVRE, Henri. *A civilização Inca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004;

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*. Porto Alegre, LPM Editores,

1984.

GENDROP, Paul. *A Civilização Maia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005;

CORTÉS, Hernán. *Cartas de Relación*. México, Editorial Porrúa, S. A., 1983.

2. COMPLEMENTAR

BERNAND, Carmen & Gruzinski, Serge, *História do Novo Mundo. Da Descoberta à Conquista, Uma Experiência Européia (1492-1550)*; tradução de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *América pré-colombiana*. 7a. ed. São Paulo: Brasiliense (s.d.). (Coleção Tudo é História, 16)

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Hector Pérez. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASTRO. Therezinha de. *Nossa América – Geopolítica comparada*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

DONGHI, Túlio T. Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GRUZINSKI, Serge. "A Guerra das Imagens e a Ocidentalização da América", in R. Vainfas, org., *América em Tempo de Conquista*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, pp. 198-207.

LEÓN-PORTILLA, Miguel, org. *A Conquista da América Latina Vista pelos Índios*, Petrópolis, Vozes, 1984.

MEGGERS, Betty. J. *América pré-histórica*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NOVAES, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2a. ed. São Paulo: HUCITEC, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 330 - HISTÓRIA DO BRASIL I					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			3º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITOS (S)		
Total	Teórica	Prática			
60	60	-			
OBJETIVOS					
<p>Introduzir conhecimentos acerca das etapas e processos que constituíram o Brasil Colonial.</p> <p>Discutir as funções e funcionamentos das diversas instâncias e instituições presentes no espaço colonial e metropolitano.</p>					
EMENTA					
Formação da América portuguesa. Tráfico de Escravos. Economia Exportadora. Mercado Interno. Relações socioeconômicas. Igreja Católica e Religiosidades.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

1. Expansão marítima portuguesa.
2. Indígenas.
 - 2.1. Evangelização;
 - 2.2. Escravização;
 - 2.3. Relações Conflituosas e negociações;
- 3.. Tráfico de escravos, africanos e afrodescendentes.
 - 3.1 Mercado e portos africanos;
 - 3.2 Travessia do atlântico.
 - 3.3 Distribuição socioeconômica dos africanos escravizados;
 - 3.4 Liberdade e libertos.
4. Economia.
 - 4.1 Exportação de monocultura, ouro e drogas do sertão;
 - 4.2 Formação do mercado interno;
5. Sociedade e mobilidade social.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e**

XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOXER, Charles R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal: o paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SCHWARTZ; Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VAINFAS; Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

2. COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os Vassallos d'el Rey nos confins da Amazônia** – A colonização da Amazônia Ocidental – 1750/1798. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH – UFF, Orientador Prof^o Dr^o Ciro Flamarion S. Cardoso. Niterói, 1990.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e Poder** (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Ática, 1986.

_____. As Visitas Diocesanas e a Inquisição na Colônia. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7 n. 14, pp. 151-184, mar/ago de 1987.

FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA. **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO; GOUVÊA. **O Brasil Colonial (1443 – 1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Volume 1).

_____. **O Brasil Colonial (1580 - 1720)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Volume 2).

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 150-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO E SOUZA, Laura de. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: UNESP, 2005.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR
CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME DA DISCIPLINA			
HST 350 - ENSINO DE HISTÓRIA III: FONTES E NOVAS LINGUAGENS			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		3º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
105h	60h	45h	
OBJETIVOS			
<p>Introduzir fontes na sala de aula.</p> <p>Estimular a pesquisa em âmbito escolar.</p> <p>Propiciar o debate crítico e aprofundado acerca das diferentes fontes de informação.</p>			
EMENTA			
<p>Introduzir fontes históricas das mais variadas naturezas e períodos em sala de aula, no intuito de estimular o debate e a pesquisa em nível escolar, instrumentalizando os docentes e discentes a perceberem as informações que recebem e são veiculadas de maneira crítica e historicamente construídas.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<p>1. Importância da introdução de fontes históricas na sala de aula.</p>			

2. Discussão de como o saber histórico é construído.

3. Como trabalhar os recursos didáticos em sala de aula, como: manuscritos, jornais, literatura, música, imagens, filmes e documentários, dentre outros.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008.

CAIMI, Flávia Eloísa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008, p.129-150.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papyrus, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2015.

2. COMPLEMENTAR

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABUD, Kátia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no

ensino. In: **História**, São Paulo, 22 (1), 2003, pp. 183-193.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2019

MONTEIRO; GASPARELLO; GUIMARÃES. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. História da Amazônia e Ensino de História: Toadas dos bois Garantido e Caprichoso na sala de aula. In: **CONTEMPORARTES: REVISTA SEMANAL DE DIFUSÃO CULTURAL**, v. X, p. 1-20, 2019.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. Literatura de Cordel: possibilidades e potencialidades no ensino de História. In: **CONTEMPORARTES: REVISTA SEMANAL DE DIFUSÃO CULTURAL**, v. X, p. 1-14, 2019.

ROCHA; REZNIK; MAGALHÃES. **Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Sipione, 2009.

SILVA, Marco Antônio. **História do prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR
CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 400 - FUNDAMENTOS DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA I			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		4º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITO:	
Total	Teórica	Prática	HST 300
60	60	-	
OBJETIVOS			
<p>Promover a reflexão quanto ao debate entre as metodologias e as teorias da História no século XIX estabelecendo os marcos do cientificismo, uso das fontes e a construção dos grandes temas da História</p>			
EMENTA:			
<p>A importância da teoria no trabalho histórico. A articulação entre teoria e metodologia. As vertentes teóricas e metodológicas fundadoras do conhecimento histórico moderno com ênfase no Historicismo, na Escola Metódica e no Positivismo.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			

UNIDADE 1: Os antecedentes teóricos:

- 1.1. A tensão entre teoria e metodologia;
- 1.2. A proposta da História Universal possuidora de sentido;
- 1.3. A escatologia da fé e a utopia da razão;
- 1.4. O romantismo alemão e o culturalismo;

UNIDADE 2: O historicismo rankeano:

- 2.1. Herder, Chladenius, Semler e as bases do historicismo;
- 2.2. Ranke e a construção do método;
- 2.3. A construção da objetividade no método histórico;
- 2.4. A História eventista: O passado político e diplomático;
- 2.5. Historicismo francês: a Escola Metódica de Segnobos e Langlois;

UNIDADE 3: O Positivismo comtista:

- 3.1. A influência iluminista no pensamento de Comte;
- 3.2. O progresso histórico e a lei dos três estados;
- 3.3. A objetividade e a matematização da História;
- 3.4. O Positivismo no Brasil.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

BARROS, José D´Assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. **Antíteses**. Londrina, v. 5, n. 9, p. 391-419, jan/jul 2012

_____. Considerações sobre o paradigma positivista em história. **Historiar**. Sobral. V. 4, n. 4, p. 1-20, jan/jun 2011

BERLIN, Isaiah. As raízes do Romantismo. São Paulo, Três Estrelas: 2015.

D´ALESSIO, Márcia. Teoria e História: uma relação tensionada. **Humanidades**. Madri, v. 2, n. 1, p. 27-38, jan/jul 2013.

GAIO, Géssica Guimarães. A tarefa do Historiador no alvorecer do Historicismo. 2007. 114 p. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUC, 2007

REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. 2ª.ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

2. COMPLEMENTAR:

ANDERY, Maria Amália et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 15ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERLIN, Isaiah. Ideias políticas na era Romântica: ascensão e influência no pensamento moderno. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FONTANA, Josep. A história dos Homens. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

FURET, François. A oficina da história. Lisboa: Gradiva, s/d.

_____. História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MARCONDES, Danilo. Iniciação á história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MARTINS, Estevão de Resende. A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

RÚDIGER, Francisco. Paradigmas do estudo da história: os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo. Porto Alegre: IEL/IGEL, 1991.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 410 - HISTÓRIA MODERNA					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			4º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)			
Total	Teórica	Prática			
60	60	-			
OBJETIVOS					
<p>Analisar as transformações culturais e sociais produzidas entre os séculos XV e XVIII que abrem a possibilidade para a construção de formas de pensamento e de organização social próprias da assim chamada “Europa Clássica”.</p>					
EMENTA					
<p>Formação do mundo moderno. Sociedade, economia e cultura modernas. Renascimento. Reforma e Contrarreforma. Iluminismo. Revoluções.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

1. Renascimento.
2. Reforma e Contrarreforma.
3. Formação do mundo moderno.
4. Mundo moderno e Antigo Regime.
5. Sociedade, economia e cultura modernas.
- 6.. Tráfico de escravos no período moderno.
7. Iluminismo.
8. Revoluções.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FALCON, Francisco José Calazans. **A formação do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Esclavier, 2006.

HESPAÑA, António Manuel (Org.). **História de Portugal. Antigo Regime (Volume 4)**. Lisboa: Estampa, 1998.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Laura de Mello et alii. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

2. COMPLEMENTAR

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo. Sociedade e cultura no início da França moderna.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, 2 Vols. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1993.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**, Vols. 1 e 2. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. **Nascimento e Afirmação da Reforma.** São Paulo: Pioneira, 1989.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de uma exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARAVALL, José António. **Poder, honor y élites en el siglo XVII.** Madrid: Siglo Veintiuno Ediciones, 1989.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações até o Século XVIII (TomoI).** Lisboa: Edições Colibri, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das Luzes.** São Paulo: Barcarolla, 2008.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



UFRR

CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 420 - HISTÓRIA DA AMÉRICA II

Categoria

Obrigatória (X) Eletiva ()

Semestre

Modalidade

Presencial (X) Semipresencial () A distância ()

4°

Carga Horária

PRÉ-REQUISITOS (S)

Total

Teórica

Prática

60

60

-

OBJETIVOS

1-Entender as relações de dependência da América; 2-Compreender as transformações na virada do século XIX para o XX na América; 3-Analisar o desenvolvimento norte-americano; 4-Discutir sobre o militarismo e os movimentos sociais na América; 5-Debater sobre as grandes questões político-econômicas do Continente Americano.

EMENTA

A formação dos Estados Nacionais e a organização política e econômica e cultural das novas nações latino-americanas. Os reflexos do Capitalismo e do imperialismo norte-americano no contexto socioeconômico de toda América ao longo do século XX. As grandes questões continentais da atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. As relações de dependência;
2. Os liberais no poder e o neo-colonialismo;
3. Política neo-colonialista;
4. Ideologia e sociedade na América Latina;
5. Dependência cultural;
6. As transformações na virada do século XIX para o século XX;
7. O desenvolvimento norte-americano;
8. As relações econômicas;
9. O militarismo e os movimentos sociais;
10. As grandes questões político-econômicas do Continente Americano: a Alca, o Mercosul e o Nafta.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BRUIT, H. Revoluções na América Latina. São Paulo: Atual, 1988.

DONGHI, T. H. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. PINSKI, J. (org.) História da América através de textos. São Paulo: Contexto, 1989.

PRADO, M. L. A formação das nações latino-americanas. 9.ed. São Paulo: Atual; Campinas, Ed. da Universidade de Campinas, 1987. (Coleção Discutindo a História).

STEIN, S. e STEIN, B. A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica. 4a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

2. COMPLEMENTAR

CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina). Escravidão negra e História da Igreja na América Latina e no Caribe. Tradução de Luiz Carlos Nishiura. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARDOSO, C.F.S. A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Tudo é História: 44).

GALEANO et all. América Latina: 500 anos de conquista. São Paulo: Ícone, 1987 PRADO, M.L. O Populismo na América Latina. 5 ed. São Paulo, 1985. (Tudo é História: 04)

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. n. 0 (1981), São Paulo: EDUC, 2006.

SANTOS, J.V.T. dos (org). Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone, 1985. SANTOS, Y. L. dos. Imagem do índio: O selvagem americano na visão do homem branco. São Paulo: IBRASA, 2000.

VALADAO, V. M.; AZANHA, G. Senhores dessas terras: os povos indígenas no Brasil (Da Colônia aos dias atuais). 2 ed. São Paulo: Atual, 1991. (História em Documentos).

TREVISAN, L. O que todo cidadão brasileiro precisa saber sobre instituição militar e Estado brasileiro. São Paulo: Global, 1987 (Cadernos de educação política. Série ação política: 22).

VILLA.M.A. A Revolução Mexicana (1910-1940). São Paulo: Ática, 1993. (Princípios: 227).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



UFRR

CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 430 - HISTÓRIA DO BRASIL II

Categoria

Obrigatória (X) Eletiva ()

Semestre

Modalidade

Presencial (X) Semipresencial () A distância ()

4°

Carga Horária

PRÉ-REQUISITOS (S)

Total

Teórica

Prática

60

60

-

OBJETIVOS

Levar aos alunos subsídios para que compreendam as alterações da vida cotidiana e a formação de uma nova sociedade, bem como apreenderem de que forma os sinais insatisfação popular, com as revoltas locais, influenciam na formação da consciência da cidadania. Ajuda-los a captar o real significado das associações com os demais países, como a Inglaterra, desfazendo o sentido de dependência ainda ligado à colonização.

EMENTA

A sociedade brasileira no período monárquico. Análise da produção historiográfica sobre o período nos seus aspectos cultural e social, bem como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o processo de construção do Estado nacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Transição da colônia ao Império
 - 1.1 - A Corte no Brasil: as mudanças socioeconômicas
 - 1.2- A independência do Brasil: panorama geral
2. Os enfoques historiográficos
3. Os primeiros sinais de “brasilidade”
 - 3.1 - O Império, o cenário e a abdicação.
 - 3.2. - As revoluções provincianas
 - 3.3 - A aristocracia rural
4. A guerra do Paraguai e o fim da escravidão
- 5 A inserção do Brasil no mercado internacional

AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *O Brasil monárquico*. São Paulo: Difel, 1976.

(História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes).

IGLESIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia das Letras, 1993

MAESTRI, Mário. *Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 1997.

NOVAIS, Fernando A. *Historia da Vida Privada no Brasil: Império a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

2. COMPLEMENTAR

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo percurso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FLORENTINO, Manolo G. & MACHADO, Cacilda (org). *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.

GOMES, Angela Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

MALERBA, Jurandir (org). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR
CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 450 - ENSINO DE HISTÓRIA IV: TEORIAS DO CURRÍCULO			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		4º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITO: Projeto de Pesquisa	
Total	Teórica	Prática	
105	60	45	
OBJETIVOS			
<p>Introduzir discussão sobre currículo escolar: história e debates atuais; Ensinar os alunos a perceber as diferentes matizes teóricas que orientam a organização de um currículo; Mostrar que existem diferentes e múltiplas formas de pensar um currículo escolar.</p>			
EMENTA			
<p>Currículo – a teoria sobre currículo; O Currículo escolar como política educacional em tempos diferentes na História da Educação; Debates contemporâneos no campo do currículo; Desafios para o século XXI – currículo e multiculturalismo.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			

UNIDADE 1: CURRÍCULO – Teorias do Currículo

1.1. Teorias e concepções currículo

1.2. História do currículo a Política Educacional de Currículo;

UNIDADE 2: Debates Contemporâneos no Campo do Currículo

2.1. A relação entre cultura, educação e currículo;

2.2. A Cultura Escolar nos currículos da Educação Básica no Brasil – Atual

UNIDADE 3: Desafios para o Século XXI – currículo e multiculturalismo

3.1. O que é Multiculturalismo

3.2. Experiências Multiculturais no Campo do Currículo

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. 3ª ed. – Porto alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel G. Currículo, Território em Disputa. Introdução e Parte I. Petropolis:Vozes,2011.

SACRISTAN, José Gimeno. Cap. 1. O Currículo, uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artes Médicas,

2000,

DA MATTA, Roberto. Você tem Cultura? (On line);

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 11ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

FIMES DOCUMENTÁRIOS SOBRE (Educação e Cultura – modelos de escola).

2.COMPLEMENTAR:

ARROYO, Miguel G. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In: BRASIL. Indagações sobre currículo, Brasília: MEC/SEB. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. “Nascem os ‘estudos sobre currículo’ as teorias tradicionais” e “Onde a crítica começa: Ideologia, Reprodução e Resistência” In: Documentos de Identidade. 2ªed., 6ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. O pensamento curricular no Brasil. In: Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002, p. 13 – 54.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: Currículo, Cultura e Sociedade. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2002, p. 7 – 38.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. & GARCIA, Regina Leite. Começando uma conversa sobre Currículo. In: Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

PACHECO, José Augusto. O que se entende por currículo? In: Escritos Curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSA, E.G. & SOUZA, V.C. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A: Alternativa, 2002

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “A Sala de Traz”. In: Sala de Aula: que espaço é esse. (Org.) MORAIS, Regis de. 16ªed., Campinas/: Papyrus, 1988.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. (org.) Escola Plural: a diversidade está na sala – formação de professores em História e cultura afro-brasileira e africana. São Paulo: Cortez, 2005.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 500 - FUNDAMENTOS DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA II					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			5º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)			
Total	Teórica	Prática	HST 400		
60	60	00			
OBJETIVOS					
<p>Propiciar ao aluno condições de um estudo histórico e crítico acerca das diferentes correntes historiográficas. Refletir acerca das tendências historiográficas contemporâneas, das bases para a produção do conhecimento histórico e sobre o ofício do historiador na atualidade.</p>					
EMENTA					
<p>Estudo do pensamento histórico e de correntes historiográficas a partir do pós-guerra. A Pós-Modernidade e os rumos do conhecimento histórico na atualidade.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

UNIDADE I: As críticas à tradição historiográfica

- a) A crítica à história metódica e o neopositivismo
- b) A crítica ao marxismo e as novas leituras de Marx.

UNIDADE II: A Escola dos Annales:

- a) Os pressupostos dos Annales: “história-problema”, "longa duração", “ciência do presente”.
- b) As críticas aos Annales.
- c) Uma história em migalhas.

UNIDADE III:

- a) Os novos paradigmas e seus pressupostos.
- b) Os teóricos Modernos e Pós- Modernos e suas produções.
- c) A historiografia na atualidade.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HARTOG, François. *Evidencia da história: o que os historiadores veem*. B. Horizonte: Autentica, 2012

LE GOFF, Jacques (dir.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MALERBA, Jurandir (org.). *A História escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

2. COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *História. A arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ-Ed. FGV, 1998

CARR, Edward H.. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UnB., 1982.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



UFRR

CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 510 - HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()	5°
Carga Horária	PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática
60	60	-

OBJETIVOS

Levar conhecimentos aos alunos que os permitam a análise crítica do processo de consolidação da sociedade ocidental no século XIX, em seus aspectos sociopolíticos e culturais.

EMENTA

Estudo da sociedade industrial do século XIX, por meio de uma revisão historiografia crítica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A Europa da Restauração.
- O Ludismo e o Cartismo na Inglaterra.
- As Revoluções de 1830 e 1848.
- Nacionalismo e Cultura: As unificações alemã e italiana.
- Expansão industrial e imperialismo.
- Movimento operário e socialismo no último quartel do século XIX.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**, 5ª ed. rev., Rio de Janeiro: Campus, 1983.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios**, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RÉMOND, René. **O século XIX**: 1815-1914. São Paulo: Cultrix, s.d.

2. COMPLEMENTAR

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**, Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital**. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAYER, Arno J. **A Força da Tradição**. A persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo; Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMIS, Alexandre. **Negras tormentas**. O federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.

CHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIGEL, Jerrold. **Paris Boêmia** – cultura, política e os limites da vida burguesa: 1830-1930. Porto Alegre: L & PM, 1992.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEBER, Eugen Joseph. **França, fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



UFRR

CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 530 - HISTÓRIA DO BRASIL III

Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()	5º
Carga Horária	PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática
60	60	-

OBJETIVOS

O objetivo é conhecer e discutir as principais interpretações da historiografia sobre o período da Primeira República entre 1889 a 1930.

EMENTA

A proposta inicial deste curso é fazer um debate sobre história e historiografia do período de 1889 a 1930, modelos teóricos: As transformações do sistema capitalista na virada do século XIX para o século XX As reformas urbanas. República um projeto liberal da nova classe dominante cafeeira. Os Movimentos Sociais. A formação classe operária urbana e da nova burguesia industrial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. A Instalação da República no Brasil.

1. Conceito de Historiografia

1.2 A proclamação da República

1.3.A Consolidação do Regime Republicano. (O Fenômeno do Coronelismo e, o Novo pacto de poder de campos Salles)

1.4 A expansão do capitalismo e a divisão Internacional do trabalho no Brasil.

1.5 Reforma Urbana e Industrialização

1.6 Emigração e Migração

II Movimentos Sociais no mundo rural no Brasil Republicano: temas para seminários

2.1 A questão indígena na primeira República (Fundação do SPI)

2.2 Contestado, Canudos e a novas discussões historiográficas.

2.3 Revolta da Vacina no Rio de Janeiro e da Chibata

III. Questões econômicas sociais e políticas no mundo Urbano

3.1 Formação da Classe Operaria: sindicalismo e Partidos Políticos

3.2 Urbanização e Industrialização.

3.3 Tenentismo e as Crises políticas na primeira República.

3.4 A crise de 29

3.5 A Revolução de trinta

AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

COSTA, Emília Viotti da. “A Proclamação da República”. In **Da Monarquia à República**. Momentos Decisivos. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987.

FERREIRA, Jorge & Lucília de Almeida Delgado. (org.). **O Brasil Republicano Vol. I**, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003. (Recomendo Comprar).

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil) 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 2ª edição.

SEVCENKO, Nicolau. “A Inserção compulsória no Brasil na Belle époque” In. **Literatura como missão**. São Paulo, Brasiliense, 1985, p.25 a 77.

_____. **A Revolta da Vacina - Mentis Insanas em Corpos rebeldes**, São Paulo, Brasiliense, 1984.

SINGER, Paul. “O Brasil no Contexto Do Capitalismo Internacional. 1889 -1930”. In. **HGCB**. São Paulo, Difel, 1983. Tomo III, vol.01, p.345 a 390.

WEISTEIN, Barbara. **(RE)FORMAÇÃO DA CLASS TRABALHADORA NO BRASIL. (1920-1964)**. São Paulo. Cortez Ed., 1999.

2. COMPLEMENTAR

DE DECCA, Edgar. **1930 O Silêncio dos Vencidos**. Memória História e Revolução. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DILL, Teresa Machado da Silva. **Contestado Historiografia e Literatura (1920 2001)**. Passo Fundo: UPF, 2004.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1991.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. (10ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

HARDMAAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão**. São Paulo. Ed. Unesp.2002.

HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina” in CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **A República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

MONIZ, Edmundo. **A Guerra social de canudos**. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

PRADO, Caio Junior. **História Econômica do Brasil**.43ª ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1970.

SILVA, Sergio & Tamás Szmrecsányi (Organizadores) **História Econômica da primeira República Volume I**. São Paulo, Imprensa Oficial, Edusp, editora Hucitec, 1993.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 540 - HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			5º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)			
Total	Teórica	Prática			
60h	60h	-			
OBJETIVOS					
Compreender a produção historiográfica brasileira em suas diferentes temporalidades, referenciais e abordagens.					
EMENTA					
A produção historiográfica brasileira e a construção de uma história nacional. Preliminares da nação entre os séculos XV ao XVIII: a produção de cronistas e viajantes. Construção de uma história para a nascente nação no século XIX: IHGB e os historiadores da Corte e da República. A produção historiográfica frente às mudanças de paradigmas no século XX. A escrita nacional e seus paradigmas entre os séculos XX e XXI.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

1. A escrita da história e suas funções;
2. O período colonial e a produção de cronistas e viajantes (Caminha, Gândavo, Gabriel Soares de Sousa, Frei Vicente Salvador...);
3. A criação do IHGB e a proposta de história para a nação brasileira;
4. A historiografia do século XIX (Varnhagen e Capistrano de Abreu);
5. Mudanças de paradigmas na década de 1930 (Gilberto Freyre, Caio Prado Jr e Sérgio Buarque de Holanda);
6. Mudanças de paradigmas a partir da década de 1970;
7. Os brasilianistas;
8. A historiografia marxista;
9. Novas abordagens no século XXI.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ARRUDA, José J.; TENGARRINHA, José M. **Historiografia Luso-brasileira contemporânea**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

FREITAS, Marcos C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

REIS, José Carlos. **Identities do Brasil 3**: de Carvalho a Ribeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

REIS, José Carlos. **Identities do Brasil 2**: de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, José Carlos. **Identities do Brasil**: de Varnhagen a FHC, Rio de Janeiro: FGV, 1999.

2. COMPLEMENTAR

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

DIEHL, Astor A. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930.** Passo fundo/RS: EDIUPF, 1998.

FICO, C.; POLITO, R. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, J. (org.) **A velha historiografia: teoria, métodos e historiografia.** Campinas/SP: Papirus, 1996, p. 189-208.

GUIMARÃES, Manoel L. S. **Livro de fontes de historiografia brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

GUIMARÃES, Manoel L. S. **Historiografia e nação no Brasil.** Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOTA, Carlos Guilherme.(Org.) **Brasil em Perspectiva.** 13ª edição. São Paulo: Difel, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 38ª edição, São Paulo, 1990.

SILVA, Rogério F. **História da historiografia.** Bauru/SP: EDUSC, 2001.

RODRIGUES, José H. **História e historiografia.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 550 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE HISTÓRIA I					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			5º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)			
Total	Teórica	Prática	HST 150; HST 250; HST 350; HST 450		
100	60	40			
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar paulatinamente as barreiras tradicionais que separam a licenciatura (campo das práticas pedagógicas) do bacharelado (campo das práticas de pesquisa nas áreas específicas do conhecimento histórico). • Garantir a necessária aproximação entre teoria e prática, realizada através da articulação entre ensino e pesquisa como orientação da formação profissional. • Proporcionar ao aluno oportunidade de desenvolver atividades pedagógicas nos níveis da Educação Básica em escolas da rede pública ou privada ou ainda em projetos educacionais desenvolvidos por instituições não acadêmicas, legalmente constituídas. 					
EMENTA					
A disciplina visa contribuir para a formação do professor pesquisador de História consciente da sua prática aliando teoria e prática. Educação Básica 6º e 7º anos.					

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Formação do professor-pesquisador; • Discussão sobre profissão docente e as diferentes realidades escolares; • Educação Básica Regular; • EJA; • Educação do Campo; • Legislações.
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA</p> <p>AZEVEDO, Crislane Barbosa. A formação do professor-pesquisador de História. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 2, nov. 2012, p. 108-126.</p> <p>CALDART, Roseli. S.; FETZNER, Andréa; FREITAS, Luiz Carlos De; RODRIGUES, Romir (ORGS.). Caminhos Para Transformação Da Escola: Reflexões Desde Práticas Da Licenciatura Em Educação Do Campo. 1. ED. São Paulo: Expressão Popular, 2010. V. 1.</p> <p>FENELON, Déa Ribeiro. A Formação Do Profissional De História E A Realidade Do Ensino. In: Tempos Históricos. volume 12 - 1º semestre - 2008 - p. 23-35.</p> <p>FAZENDA [et.al.]. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. Campinas/SP: Papyrus, 1991.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (ORGS.). Educação De Jovens E Adultos: Teoria, Prática E Roposta. 12. ed. São Paulo: CORTEZ, 2011.</p> <p>LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: (Lei 9.394/96)</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. Estágio: Diferentes Concepções. In: Estágio E Docência. São Paulo: CORTEZ, 2008.</p> <p>2. COMPLEMENTAR</p>

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 2002 n° 19, pp. 20-28.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação de professores: entre demandas e projetos. *Revista História Hoje*, v. 2, n° 3, 2013, p. 19-42.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO**



UFRR

CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 610 - HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()	6°
Carga Horária	PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática
60	60	-

OBJETIVOS

Levar conhecimentos aos alunos que os permitam a análise crítica do processo de consolidação da sociedade contemporânea, século XX e XXI em seus aspectos sociopolíticos e culturais.

EMENTA

Estudo da sociedade contemporânea, por meio de uma revisão historiografia crítica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Imperialismo e as guerras mundiais
- A Revolução Russa.
- Os Fascismos.
- A Guerra Fria.
- 1968 entre a revolução e a contracultura, novos movimentos sociais.
- O processo de globalização.
- Crise cultural e pós-modernismo.

AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

HOBBSAWM, E. **A Era dos Impérios**, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos**, 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: COSACNAIFY, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

2. COMPLEMENTAR

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CASTELS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FARIAS, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. **Da Guerra Fria à nova ordem mundial**. São Paulo: Contexto, 2003.

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika**. Rio de Janeiro: Bestseller, 1987.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

RÉMOND, René. **Introdução à História do Nosso Tempo: O século XX de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 1976.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 630 - HISTÓRIA DO BRASIL IV			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		6°
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60h	60h	-	
OBJETIVOS			
O objetivo é conhecer e discutir as principais interpretações da historiografia sobre o período da			

história do Brasil mais contemporâneo entre 1930 a 1988.

EMENTA

A proposta inicial desde curso é fazer um debate sobre história e historiografia do período 1930 a 1988, modelos teóricos e marcos históricos: Revolução de Trinta. A Redemocratização em 1945. Estudo das mudanças operadas a partir desse marco e os projetos em disputas: Nacionalistas e Entreguistas. O golpe de 1964. A Nova República.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. A crise de 1929 e a “revolução de 1930”, uma análise conjuntural.
2. A Revolução Constitucionalista de 1932 (As incertezas do regime)
3. Integralismo.
4. “Intentona Comunista”

UNIDADE II

1. O Estado novo: propaganda varguista – O Super Ministério DIP
2. Economia no Governo Vargas: Política de substituição de importações
3. Fim da segunda guerra: redemocratização a queda de Getúlio Vargas e o Governo Dutra.
4. Trabalhadores, sindicatos e política – Os movimentos sociais em ascensão 1945 - 1964
5. Juscelino Kubitschek: do nacional desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964)

UNIDADE III

1. O governo Jânio Quadros, João Goulart e o golpe civil militar. Versões e controvérsias: 1964 e a ditadura militar.
2. Espionagem, polícia, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão
3. A doutrina de segurança nacional
4. O milagre Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda
5. Crise da ditadura militar: o processo de abertura política no Brasil, (1974 -1979. A Distensão Lenta, Gradual e Segura).
6. Igreja e Estado numa nova ordem política

7. O novo sindicalismo e a queda da ditadura

8. Diretas Já

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964- 1984)**. 4ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. Introdução” (pp. 19-30)

KENNETH, P. Serbin. **Diálogos na Sombra** – bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SINGER, Paul. “Interpretação do Brasil: uma experiência e histórica de desenvolvimento”. In: FAUSTO, Boris (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**.

SKIMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio e Castelo**, 8ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

_____. **Brasil: Castelo a Tancredo 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro. (Org.) **1964 Visões Críticas do Golpe: Democracia e reforma no populismo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

2. COMPLEMENTAR

DREIFUS, Renê Armam. **1964: A Conquista do Estado: Política, Poder, e Golpe de Classe**, Vozes: Rio de Janeiro, 1981.

FARIA, Antônio Augusto. **Getúlio Vargas e sua época**. São Paulo: Global ED., 1982.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano**. Volumes 3 e 4. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectiva. Rio de Janeiro: Editora de FGV, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas**: o capitalismo em construção 1906-1954. - São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GARCIA, Miliandre. **Do teatro Militante a música engajada**. A experiência do cpc da Une (1958-1964). S. P. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

GOMES, Ângela Castro. **A Invenção do trabalhismo**. São Paulo. Vértice – IUPERJ, 1988.

GOMES, Paulo Cesar. **Os Bispos católicos e a ditadura militar brasileira**. A visão da espionagem. R. J. Record, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ed. 1989.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CODIGO DA DISCIPLINA			
HST 640 - HISTÓRIA DA AMAZÔNIA			
Categoria	Obrigatória (<input checked="" type="checkbox"/>) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (<input checked="" type="checkbox"/>) Semipresencial () A distância ()		6°
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60	-	
OBJETIVOS			
<p>1-Analisar as diversas formas de produção de conhecimento sobre Amazônia.</p> <p>2-Refletir e discutir sobre os desafios teórico-metodológicos do Ensino de História da Amazônia.</p> <p>3-Evidenciar e debater o Acervo Bibliográfico sobre História da Amazônia.</p>			

EMENTA
<p>O espaço amazônico e a ocupação humana: das populações pré-colombianas. A ocupação e administração externa a partir do período colonial: a ação do Estado Nacional português e brasileiro dos séculos XVII ao XX. A região como doadora de bens naturais e seu papel nos diferentes períodos econômicos e políticos: as drogas do sertão, a borracha e os projetos de integração e desenvolvimento.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1-As diversas formas de produção e transmissão de conhecimentos sobre a ocupação da Amazônia: o período pré-colombiano. As transformações socioculturais, econômicas e geopolíticas ocorridas a partir do século XVI ao início do XVIII: os povos indígenas, os espanhóis, os holandeses, os franceses, os portugueses e os ingleses.</p> <p>2-Os projetos do Estado Nacional: luso-brasileiro, espanhol, holandês, inglês e francês e a formação sociocultural, econômica e geopolítica na região Amazônica, entre os séculos XVIII e XIX;</p> <p>3-A geopolítica nacional no século XX: a consolidação dos Estados Federados e dos Territórios Federais nos anos de 1940, passando pela integração e projetos militares de desenvolvimento nos anos de 1960 e a redemocratização, a partir da Constituição de 1988.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

HEMMING, John. **Árvore de rios: a História da Amazônia**. Capítulo 4: Do Diretório à Cabanagem. São Paulo: Ed. SENAC, 2011. pp. 127- 167.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Descobrir e Redescobrir o Grande Rio das Amazonas. As relaciones de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641). In: **Revista de História 156** (1º semestre de 2007), pp. 31-57.

MATTOS, Carlos M. **Uma geopolítica Pan-Amazônico**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1980.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Amazônia Caribenha: a regionalização, os caminhos históricos e culturais. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND. Andrea Idelga (Orgs.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname**. Boa Vista-RR: EdUFRR, 2014, pp. 13-33.

PORRO, Antonio. Índios e brancos do rio Amazonas em 1847: páginas de Castelnau inéditas em português, traduzidas e anotadas. In: **Revista do Inst. Estud. Bras.** São Paulo, N. 56, pp. 281-308, Jun. 2013.

2. COMPLEMENTAR

BECKER, Bertha. **Fronteiras amazônica**. Rio de Janeiro: Editora UnB; Editora da Universidade do Rio de

Janeiro.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de. (Orgs.) **A Amazônia dos Viajantes: história e ciência**. Manaus-Am: EDUA, 2011.

ESTEVES, Antonio R. **A ocupação da Amazônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de

Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

HULSMAN, Lodewijk. Rotas da Guiana: a fronteira entre o Suriname e o Brasil. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND. Andrea Idelga (Orgs.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname**. Boa Vista-RR: EdUFRR, 2014, pp. 35-56.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15; Editora UnB, 1999, pp. 129-176.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII: Da Costa Selvagem ao Rio Branco. In OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (Orgs.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana**. Boa Vista-RR: EdUFRR, 2011.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA

HST 660 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA

Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		6°
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60	-	
OBJETIVOS			
Possibilitar ao aluno: (1) Conhecer e apropriar-se de conceitos, noções, tipologias e metodologias do campo do patrimônio afim de refletir sobre o patrimônio cultural e suas relações com a comunidade local. (2) Promover discussões e ações de educação patrimonial no âmbito da docência e da atuação profissional no campo do turismo, arqueologia e história visando a interpretação e a revitalização dos bens culturais locais. (3) Oferecer experiências de elaboração e organização de projetos e atividades de educação para o patrimônio tendo como base os pressupostos da educação patrimonial. (4) Promover a			

reflexão e análise sobre a trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural no contexto nacional e local e as concepções atuais. (5) Aproximar os acadêmicos dos patrimônios culturais e dos lugares de memória do estado de Roraima para estudo, análise e elaboração de proposições de intervenção que possibilitem a interpretação, divulgação e salvaguarda dos bens culturais locais.
EMENTA
A disciplina aborda a educação patrimonial como um processo permanente e sistemático, de pesquisa e educação do patrimônio cultural. Neste sentido, o patrimônio cultural atua como fonte primária de pesquisa, e a educação patrimonial como objeto de trabalho do bem cultural - arquitetônico, documental e arqueológico -, cujo intuito é incentivar ações de conservação, preservação e valorização dos bens culturais e sua inclusão social.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade I - Patrimônio cultural, conceitos e abordagens: memória, identidade e patrimônio cultural</p> <p>Unidade II – Preservação do patrimônio</p> <p>2.1 O patrimônio histórico, arqueológico e cultural no Brasil</p> <p>2.2 As políticas de preservação dos bens patrimoniais: União, Estados e Município</p> <p>2.3 Educação como eixo estruturador da preservação patrimonial</p> <p>Unidade III – Educação patrimonial: subsídio para a prática</p> <p>3.1. Conceitos estruturantes das práticas da educação patrimonial;</p> <p>3.2. Manuais, guias e cartilhas de educação patrimonial: entre a orientação oficial e a diversidade local;</p> <p>3.3. Construindo novas práticas de educação, a partir da releitura dos sítios arqueológicos, dos documentos e da arquitetura.</p> <p>3.4. Oficinas e projetos dentro das escolas: experiências, perspectivas e dificuldades</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA

ABREU, Regina e DODEBEI, Vera. E o patrimônio? Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

ABREU, Regina. CHAGAS Mário (orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. ISBN 987-85-98271-59-0.

FERNANDES, José R. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino da história. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1993/1994.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. Políticas patrimoniais no Brasil: impasses e realizações. Histórico Cultural, Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006, p.43 a 60.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial In: Ciências & Letras Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n.27, jan/jun, 2000, p. 25-35.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 2003. ISBN 85-268-0615-7.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História.

COMPLEMENTARES

DINIZ, Edson Soares. Os índios macuxi do Roraima: sua instalação na sociedade nacional. Marília/SP., Ed. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Marília, 1972.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de Sítio: territorialidade e identidade no vale do Rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado e RAMOS, Francisco Régis Lopes. Futuro do Pretérito. Escrita da História e História do Museu. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. ISBN 9788575634691.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Educação em museus: sedução, riscos e ilusões". Ciência & Letras, Porto Alegre: FAPA, n. 27, 2000.

RICE, Alexander Hamilton. Exploração da Guiana Brasileira (1924-1925). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SILVA, Vandeilton Franciscano da. A festa de Nossa Senhora do Carmo em Boa Vista – Roraima: conflitos disputas e poder 1892-1927. Campina Grande, SP: EDUFCA, 2012.

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra - 1777 a 1980. 285f. 2003. Tese (Doutorado em História do Brasil). - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 650 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE HISTÓRIA II					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			6º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITOS (S)		
Total	Teórica	Prática	HST 550		
100	60	40			
OBJETIVOS					
<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar paulatinamente as barreiras tradicionais que separam a licenciatura (campo das práticas pedagógicas) do bacharelado (campo das práticas de pesquisa nas áreas específicas do conhecimento histórico). • Garantir a necessária aproximação entre teoria e prática, realizada através da articulação entre ensino e pesquisa como orientação da formação profissional. • Proporcionar ao aluno oportunidade de desenvolver atividades pedagógicas nos níveis da Educação Básica em escolas da rede pública ou privada ou ainda em projetos educacionais desenvolvidos por instituições não acadêmicas, legalmente constituídas. 					

EMENTA
<p>A disciplina visa contribuir para a formação do professor pesquisador de História consciente da sua prática aliando teoria e prática. Educação Básica 6º e 7º anos.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Formação do professor-pesquisador; • Discussão sobre profissão docente e as diferentes realidades escolares; • Educação Básica Regular; • EJA; • Educação do Campo; • Legislações.
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA</p> <p>AZEVEDO, Crislane Barbosa. A formação do professor-pesquisador de História. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 2, nov. 2012, p. 108-126.</p> <p>FENELON, Déa Ribeiro. A Formação Do Profissional De História E A Realidade Do Ensino. In: Tempos Históricos. volume 12 - 1º semestre - 2008 - p. 23-35.</p> <p>FAZENDA [et.al.]. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. Campinas/SP: Papyrus, 1991.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (ORGS.). Educação De Jovens E Adultos: Teoria, Prática E Roposta. São Paulo: CORTEZ, 2011.</p> <p>LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: (Lei 9.394/96)</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. Estágio: Diferentes Concepções. In: Estágio E Docência. São Paulo: CORTEZ, 2008.</p>

2. COMPLEMENTAR

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 2002 n° 19, pp. 20-28.

CALDART, Roseli. S.; FETZNER, Andréa; FREITAS, Luiz Carlos De; RODRIGUES, ROMIR (ORGS.). Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. 1. ED. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2010. V. 1.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação de professores: entre demandas e projetos. *Revista História Hoje*, v. 2, n° 3, 2013, p. 19-42.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 720 - HISTÓRIA DE RORAIMA			
Categoria	Obrigatória (<input checked="" type="checkbox"/>) Eletiva (<input type="checkbox"/>)		Semestre
Modalidade	Presencial (<input checked="" type="checkbox"/>) Semipresencial (<input type="checkbox"/>) A distância (<input type="checkbox"/>)		7°
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60	-	
OBJETIVOS			
<p>1-Analisar as diversas formas de produção de conhecimento sobre História de Roraima.</p> <p>2-Refletir e discutir sobre os desafios teórico-metodológicos do Ensino de História de Roraima.</p> <p>3-Evidenciar e debater o Acervo Bibliográfico sobre História de Roraima.</p>			

EMENTA
<p>O rio Branco e a expansão portuguesa: escravidão indígena e os aldeamentos pombalinos. O extrativismo, a expansão da pecuária e a formação sócio-econômica local. A geopolítica nacional: criação do território Federal do Rio Branco; as novas formas de ocupação e as tentativas de desenvolvimento.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1-As diversas formas de produção e transmissão de conhecimentos sobre a ocupação de Roraima: o período pré-pombalino. As transformações socioculturais, econômicas e geopolíticas ocorridas a partir do século XVI ao início do XVIII: os povos indígenas, os espanhóis, os holandeses, os franceses, os portugueses e os ingleses, no contexto Circum Roraima ou Escudos das Guianas.</p> <p>2-O século XIX e os projetos do Estado Nacional: luso-brasileiro, os povos indígenas e a Fazenda Boa Vista até a criação do Município de Boa Vista do Rio Branco. A formação sociocultural, econômica e geopolítica na região do rio Branco, durante o século XIX.</p> <p>3-A geopolítica de Roraima no século XX: a consolidação do Território Federal (1943) ao Estado Federado (1888). O processo de redemocratização e os desafios teórico-metodológicos para o Ensino de História de Roraima, no século XXI.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. **Ocupação humana em Roraima I.** In; Museu Paraense Emilio Goeldi, Séria Antropologia, 1994.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima, paisagens e tempo na Amazônia Setentrional.** Recife: UFPE, 1995.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas no rio Branco e a civilização. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Amazônia Caribenha: a regionalização, os caminhos históricos e culturais. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND. Andrea Idelga (Orgs.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname.** Boa Vista-RR: EdUFRR, 2014, pp. 13-33.

_____. O rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre o século XVI e o XVIII. In: MARTINS, Estevão Chaves R.; MOREIRA, Felipe Kern (Orgs.). **As relações internacionais na fronteira Norte do Brasil: coletânea de estudos.** Boa Vista-RR: EdUFRR, 2011, pp. 155-185.

2. COMPLEMENTAR

Centro de Informação da Diocese de Roraima. **Índios e brancos em Roraima.** Coleção Histórico-Antropológica, Vol I e II, 1989 e 1990.

Nelvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder:** o Estado de Roraima entre 1970 e 2000. 270 f. Tese. (Doutorado desenvolvimento Sustentável) UFPA/NAEA, 2004.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima.** São Paulo, 2003. Tese de Doutorado/USP.

_____. A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII: Da Costa Selvagem ao Rio Branco. In OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (Orgs.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana.** Boa Vista-RR: EdUFRR, 2011.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpendo a sociedade roraimense:** uma análise sócio-política. 132 f. (Dissertação Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), UFPA/NAEA. Belém, 1996. SANTOS,

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima:** a disputa pela terra – 1777 a 1980. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ UFPE, Recife, 2003.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 780 – HISTÓRIA, CULTURA E DIVERSIDADE					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			7º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITOS (S)		
Total	Teórica	Prática			
60h	60h	-			
OBJETIVOS					
<p>Apresentar uma discussão sobre diversidade, incluindo gênero, raça e etnia e a construção histórica do preconceito e do racismo, tendo como contexto social e político as relações racializadas que constituíram a história do Brasil e da América Latina.</p>					
EMENTA					
<p>A diversidade de gênero, raça e etnia no Brasil e América Latina. A construção histórica do racismo – fatos históricos que reforçam essa construção e os processos de revoltas e resistências do povo negro. Os sistemas de classificação de cor e raça em uma perspectiva comparada (Brasil e outros países da América Latina). As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil e na América Latina.</p>					

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>- A história do racismo – em suas teses constitutivas de explicar a história das diferenças entre os povos;</p> <p>- Histórias de revoltas; movimentos insurgentes e resistências outras a partir de uma historiografia crítica ou atual;</p> <p>- Sistemas de classificação de cor e raça em uma perspectiva comparada (Brasil e outros países da América Latina);</p> <p>- As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil e na América Latina– debates.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais No Brasil: uma breve discussão (39 – 60). In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /SECAD – Brasília :MEC, 2005. (Coleção Educação para todos).</p> <p>AGIÈR, Michel. Tres Estudios sobre la Cultura Del Pacífico Colombiano. In: Imágenes de las “culturas negras” del pacifico colombiano. Universidad del Vale, Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, Doc. Nº 40, Cali, Colombia, 1999.</p> <p>VIOTTI, Emília. Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Cia de Letras, 1998.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia M. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p> <p>2. COMPLEMENTAR</p>

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2008.

PEREIRA, Mariana Cunha. Border or Frontier: a discussão sobre fronteira, cultura e identidade segundo etnografias na América Latina. In: Francilene dos Santos Rodrigues; Mariana Cunha Pereira. (Org.). **Estudos transdisciplinares na Amazônia Setentrional: Fronteiras, Migração e Políticas Públicas**. 01ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, v. 01, p. 05205.

RIVIÈRE, Peter. **O Indivíduo e a Sociedade na Guiana: um estudo comparativo sobre a sociedade ameríndia**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura, São Paulo: Edusp, 2001.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME DA DISCIPLINA					
HST 790 - HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			7º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITOS (S)		
Total	Teórica	Prática			
60	60	-			
OBJETIVOS					
Repensar e reconhecer a história dos povos indígena no Brasil.					
EMENTA					
<p>Estudo das populações indígenas no Brasil, dando maior ênfase a região amazônica. As políticas indigenistas dos períodos Colônia, Império e República bem como as diferentes abordagens da produção historiográfica relativas à representação dessas populações entre os séculos XVI e XXI e suas perspectivas teóricas e de ensino.</p>					

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>*Territórios de ocupação no Brasil e estranhamentos do contato</p> <p>* Os povos indígenas na historiografia brasileira e fontes para estudo</p> <p>* A Presença Indígena na Amazônia</p> <p>* Políticas indigenistas: Diretório Pombalino, Lei de 1840, SPI e FUNAI</p> <p>* Os povos indígenas e sua luta pela homologação das suas terras.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA</p> <p>AGUIAR, Silvana Maria Brandão. Triunfo da (dês)razão: A Amazônia na segunda metade do século XVIII. 1999. Tese (Doutorado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.</p> <p>CUNHA, Manuela Carneiro (Coordenadora). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Companhia das letras, 1998.</p> <p>ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional 2003.</p>

NOVAES, Sylvia Caiuby. Jogo dos espelhos. São Paulo, Edusp, 1993.

MONTEIRO, Jonh M. Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas. Tese apresentada para concurso de livre docência. Unicamp, 2001.

VIEIRA, Jaci Guilherme. Violência contra os povos indígenas em Roraima e a luta pela homologação da Reserva Raposa Serra do Sol – 1970 a 2009. Revista Canoa do Tempo. Manaus. Vol. 05. Janeiro a Dezembro de 2012.

2. COMPLEMENTAR

SCHWADE, Egydio. 2 mil Wamiri Atroari desaparecidos na ditadura militar .

LOWY, Michael. CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO E MARXISMO DE 1960 A NOSSOS DIAS. In História do Marxismo no Brasil. Partidos e Movimentos após os anos de 1960. Vol. 06. Campinas: Ed. Unicamp. 2007.

RAMINELLI, Ronald. Imagens da colonização - A representação do Índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

RIBEIRO, Berta. O Índio na história do Brasil. São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ERTHAL, Regina de Carvalho; SAMPAIO, Patrícia Melo. Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

GOMES, Mércio Pereira. Os Índios e o Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

MELATTI, Julio César. Índios do Brasil. 3a ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1980.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 750 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE HISTÓRIA III			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		7°
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	HST 650
100	60	40	
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Eliminar paulatinamente as barreiras tradicionais que separam a licenciatura (campo das práticas pedagógicas) do bacharelado (campo das práticas de pesquisa nas áreas específicas do conhecimento histórico).• Garantir a necessária aproximação entre teoria e prática, realizada através da articulação entre ensino e pesquisa como orientação da formação profissional.• Proporcionar ao aluno oportunidade de desenvolver atividades pedagógicas nos níveis da Educação Básica em escolas da rede pública ou privada ou ainda em projetos educacionais desenvolvidos por instituições não acadêmicas, legalmente constituídas.			
EMENTA			

A disciplina visa contribuir para a formação do professor pesquisador de História consciente da sua prática aliando teoria e prática e a mesma será desenvolvida para o Ensino Médio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formação do professor-pesquisador;
- Discussão sobre profissão docente e as diferentes realidades escolares;
- Educação Básica Regular;
- EJA;
- Educação do Campo;
- Legislações.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

AZEVEDO, Crislane Barbosa. A formação do professor-pesquisador de História. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 2, nov. 2012, p. 108-126.

CALDART, Roseli. S.; FETZNER, Andréa; FREITAS, Luiz Carlos de; RODRIGUES, Romir (ORGS.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. V. 1.

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. **Tempos Históricos**. volume 12 - 1º semestre - 2008 - p. 23-35.

GADOTTI, MOACIR; ROMÃO, JOSÉ. (ORGS.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: CORTEZ, 2011.

FAZENDA, I. et.al. **Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. Campinas/SP: Papyrus, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágio: diferentes concepções. In: **Estágio e docência**. São Paulo:

CORTEZ, 2008.

2. COMPLEMENTAR

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 2002 n° 19, pp. 20-28.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação de professores: entre demandas e projetos. **Revista História Hoje**, v. 2, n° 3, 2013, p. 19-42.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 820 - PROJETO DE PESQUISA					
Categoria		Obrigatória (<input checked="" type="checkbox"/>) Eletiva (<input type="checkbox"/>)			Semestre
Modalidade		Presencial (<input checked="" type="checkbox"/>) Semipresencial (<input type="checkbox"/>) A distância (<input type="checkbox"/>)			8º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITOS (S)		
Total	Teórica	Prática			
60h	60h	00h			
OBJETIVOS					
<p>Discutir questões significativas para o conhecimento científico e para o conhecimento histórico. Explanar acerca da feitura de um Pré-projeto.</p>					
EMENTA					
<p>Instrumentalizar os discentes para a elaboração de um Pré-projeto de Pesquisa, com ênfase na delimitação temática e aportes teórico-metodológicos.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

I Parte: Delimitação Temática:

Definição do tema;

Delimitações;

Problematização.

II Parte: Referencial teórico:

Teorias;

Conceitos.

III Parte: Metodologias e fontes de pesquisa.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ALBUQUERQUE JR., D. M. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: EDUSC, 2007, p. 149-164.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. **Projeto de Pesquisa: proposta metodológica**. Petrópolis: Vozes, 2004. 127p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 387p.

LUCA, T. R. **Práticas de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.

MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C. Discussões preliminares. In: **Projetos de pesquisa**: elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005, p. 19-34.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2020.

2. COMPLEMENTAR

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialização e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004. 222 p.

BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História**. Vol. 1. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papirus, 2001.

FERREIRA, Marieta M.; FRANCO, Renato. Problemas e métodos. In: **Aprendendo história**: reflexão e ensino. São Paulo: Editora do Brasil, 2009, p. 63-71.

PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PROST, A. As questões do historiador. In: **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 75-93.

RÜSEN, Jörn. Metodologia: as regras da pesquisa histórica. In: **Reconstrução do passado**. Brasília: UnB, 2007. p. 101-118.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 830 - HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRODESCENDENTE			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		8°
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60h	60h	-	
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">- Situar os alunos nos aspectos históricos e geográficos sobre a África;- Estudar e interpretar o processo de colonização da África;- Identificar como se deram as lutas independentistas e como se estruturam alguns dos países africanos hoje;- Estabelecer relação entre a história da África e a cultura afro-brasileira.			

EMENTA
<p>A África e seus aspectos geo-políticos, importância do continente nas relações com o velho e o novo mundo. História das lutas internas e constituição das relações de poder. A consequência dessa história para a formação do povo brasileiro e da implementação do estudo da cultura afro-brasileira.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1 – Aspectos básicos da Geografia da África: conhecendo o continente africano;</p> <p>2 – História da África livre: alguns reinos – seus costumes, economia e organização social;</p> <p>3 – A partilha e ocupação da África: as ideologias coloniais;</p> <p>4 – Descolonização, afirmação cultural e blocos ideológicos;</p> <p>5 – Lutas de libertação dos países africanos – história, economia, etnicidade e poder;</p> <p>6- Relação entre a história da África e da cultura brasileira.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA</p> <p>APPIAH, Kawame Anthony. Na casa de meu pai. A África na filosofia e na cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.</p> <p>História Geral da África Volumes I a VIII. Brasília: UNESCO, 2010.</p> <p>M'BOKOLO, Elikia. África Negra: História e Civilizações até o Século XVIII (Tomo I e II). Lisboa:</p>

Edições Colibri, 2012.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental. **Em Tempo de Histórias**. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

VAINFAS, Ronaldo; MELLO E SOUZA, Marina. **Catolização e poder no tempo do tráfico**: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In: Tempo. Volume 6 - Número 12 - Dezembro 2001.

2. COMPLEMENTAR

BARBOSA, Muryatan Santana. A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (Unesco). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 211-230 - 2012

D'AMORIM, Eduardo. **África**: essa mãe quase desconhecida. 2ª ed. Recife: Edições Horizonte, 1996.

DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília (DF), junho, 2004.

HEYWOOD, LINDA M. **Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora**. Cambridge University Press, 2002.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LAMBERT, Jean-Marie. **História da África Negra**. Goiânia: editora Kelps, 2001.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. (org.) **Escola Plural**: a diversidade está na sala – formação de professores em História e cultura afro-brasileira e africana. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Maria José e PANTOJA, Selma. **Rompendo Silêncios**: História da África nos currículos da educação básica. Brasília: DP de Comunicações LTDA, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 850 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE HISTÓRIA IV			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		8º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S):	
Total	Teórica	Prática	HST 750
100h	40	60	
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Discutir sobre o espaço da atuação docente - a Escola;• Entender o Ensino Médio e a EJA diante as políticas educacionais discutindo os modelos de educação profissional, educação indígena e educação do campo;• Proporcionar ao aluno oportunidade de desenvolver atividades pedagógicas no Ensino Médio e EJA em escolas da rede pública ou privada ou ainda em projetos educacionais desenvolvidos por instituições não acadêmicas, legalmente constituídas.			
EMENTA			
Estágio Supervisionado no Ensino Médio. A escola e sua inserção social. O Estágio e sua contribuição para a unidade escolar: possibilidades de ações educativas na escola ou em ONGs.			

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • A Escola – aspectos sociais e históricos do surgimento da escola; • Discussão sobre as realidades escolares – diferentes modelos de escola no Brasil e de educação não-formal; • A Escola do Ensino Médio – alguns exemplos de estágio nesta etapa; • A Escola do Noturno – e os dilemas da educação de alunos trabalhadores;
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA:</p> <p>KUENZER, Acacia Zeneida. A Formação de Professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. Educação & Sociedade, vol. 32, núm. 116, julho-setembro, 2011, pp. 667-688 (Centro de Estudos Educação e Sociedade: Campinas, Brasil).</p> <p>CALDART, Roseli S.; FETZNER, Andreia; FREITAS, Luiz Carlos de.; RODRIGUES, Romir (Orgs.). Caminhos para Transformação da Escola: Reflexões desde Práticas da Licenciatura em Educação do Campo. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. V. 1.</p> <p>OLIVEIRA, Diana Farias. “Aula Expositiva de Novo?” Limites e Possibilidades na Aula de História” In: Docência em história [recurso eletrônico]: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador. Crislane Barbosa de Azevedo (Org.), Natal, RN: EDUFRN, 2017.</p> <p>Nova Cartilha Esclarecedora Sobre a Lei do Estágio. Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Ministério do Trabalho e Emprego. 2008, Brasília: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2008.</p>

2. COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Crislane Barbosa. A formação do professor-pesquisador de História. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 2, nov. 2012, p. 108-126.

FENELON, Déa Ribeiro. A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino. **Tempos Históricos**. V.12 - 1º semestre - 2008 - p. 23-35.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FAZENDA, I. et.al. **Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. Campinas/SP: Papyrus, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágio: diferentes concepções. In: **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2008.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 2002 nº 19, pp. 20-28.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação de professores: entre demandas e projetos. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 3, 2013, p. 19-42.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
900 - TCC					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial () Semipresencial (X) A distância ()			9º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITO: Projeto de Pesquisa			
Total	Teórica	Prática	HST 820		
150	30	120			
OBJETIVOS					
Levar o formando, por meio de encontros, a compreender a estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso incluindo sua sistematização, composição da Referência Bibliográfica e elementos introdutórios.					
EMENTA					
A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso. Técnicas de escrita. Composição da Referência Bibliográfica. Regras da ABNT.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

UNIDADE 1: A composição do Trabalho de Conclusão de Curso.

- 1.1. Composição das duplas: orientador e orientando;
- 1.2. Como escrever um Trabalho de Conclusão de Curso;
- 1.3. A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso;
- 1.4. A conexão entre o Projeto de Pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso.

UNIDADE 2: A escrita do Trabalho de Conclusão de Curso.

- 2.1. Acompanhamento à distância do formando e sua escrita final;
- 2.2. Composição da Banca de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.
- 2.3. Encaminhamento da nota final da Banca de Defesa.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será a nota atribuída pela banca de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

CAMPANA, A. O. Redação de trabalho científico. **J Pneumologia**, n. 26, p. 30-35, 2000.

CASTRO, A. A (Coord.) **Programa minha primeira pesquisa**. Maceió: Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

PITTA, G. B. B; CASTRO, A. A. A pesquisa científica. **J Vasc Bras.**, v. 5, n. 4, p. 243-244, 2006.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2010.

2. COMPLEMENTAR:

AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERREIRA, L. M. et al. **Orientação normativa para elaboração e apresentação de teses**. 1. ed. São Paulo: LMP, 2008, v. 1. 84 p. NAHAS, F. X.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. **Metodologia científica**. 5. reimp. São Paulo: Futura, 2003. 277p.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1982.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez Editora, 2000. 279 p.

24.3. Apêndice C - Conteúdo Programático dos Componentes Curriculares Obrigatórios ofertados por outras coordenações/departamentos de cursos

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
PS 719 - PSICOLOGIA EDUCACIONAL E DA APRENDIZAGEM					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			1°
Carga Horária			PRÉ-REQUISITO:		
Total	Teórica	Prática			
60	60	-			
OBJETIVOS					
EMENTA					
Estudo da psicologia educacional, priorizando as diferentes fases do desenvolvimento da personalidade					

humana. A psicologia da aprendizagem no contexto educacional. Conceituação, teorias, tipos e princípios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

6- A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA PSICOLÓGICA

7- A Psicologia e a história;

8- A Psicologia entre os gregos e na idade média;

9- A psicologia científica.

10- TEORIAS DA PERSONALIDADE

2.1 Teoria psicanalítica;

2.2 Teoria humanista de Rogers;

2.3 A personalidade e a teoria da aprendizagem.

11- DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.3 Infância e adolescência;

3.4 Vida e senilidade.

12- PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

13- Origens e evolução da psicologia da educação;

14- As concepções atuais da psicologia da educação;

15- O objeto de estudo e os conteúdos e os conteúdos da psicologia da educação;

16- Âmbito da atividade científica e profissional da psicologia da educação;

17- Nível de desenvolvimento e as relações com o ambiente físico e social: o ponto de vista de Piaget;

18- O desenvolvimento das funções psicológicas superior: o ponto de vista de Vigostsky.

19- PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

20- Evolução da Psicologia da aprendizagem;

21- Classes de comportamentos;

22- Conceitos e características da aprendizagem.

23- Produtos da aprendizagem: aprendizagem cognitiva;

- 24- Aprendizagem por automatismo;
 - 25- Aprendizagem apreciativa ou afetiva;
 - 26- Motivação da aprendizagem;
 - 27- Problemas de aprendizagem;
 - 28- Teoria da aprendizagem: do condicionamento, da gestalt, de campo, cognitiva, fenomenológica;
- 5.10 Jogos e brincadeiras no processo de ensino-aprendizagem.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

BIGGE, Morris L. *Teorias da aprendizagem para professores*. São Paulo: EPU, 1977.

CÓRIA – SABINI, Maria Aparecida. *Psicologia aplicada à educação*. São Paulo: EPU, 1986.

PILETTI, Nelson. *Psicologia Educacional*. São Paulo: Ática, 1997

RODRIGUES, Marlene. *Psicologia educacional: uma crônica do desenvolvimento humano*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

SALVADOR, César Coll et all. *Psicologia da educação*. Porto Alegre, Art Méd, 1999.

2. COMPLEMENTAR:

BATTRO, Antônio M. *O pensamento de Jean Piaget: psicologia e epistemologia*. Rio de Janeiro: forense – Universitária, 1976.

BEE, Helen. *A criança em desenvolvimento*. São Paulo: Herper e Row do Brasil, 1997.

BOCK, Ana M. Bahia. *Psicologias*. Saraiva, 1991.

CAMPOS, Jaciara Calazans, CARVALHO, Hilza Aparecida Gouveia. *Psicologia do desenvolvimento: influência da família*. São Paulo: Edicon, 1983.

FARIA, Anália Rodrigues. *O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget*. São Paulo: Ática, 1989.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico Brasileiro*. 5ª Edição. São Paulo: Ática, 1994.

PISANI, Elaine Maria. *Psicologia da Educação*. Artmed.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: EDART: EDUSP, 1974.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *Psicologia da aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1987

GROSSI, Ester P.. *Paixão de aprender*. Petrópolis: Vozes, 1995.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
PE 417 – ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			2º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITO:		
Total	Teórica	Prática			
60	60	-			
OBJETIVOS					
<p>Objetivo da disciplina: que o estudante compreenda como se dá a estruturação e a organização da Educação no Brasil e seus condicionantes no tocante às políticas educacionais. Para tanto, serão desenvolvidos os seguintes objetivos:</p> <p>20- Conceituar Sistema Escolar e compreender os condicionantes históricos da constituição do atual Sistema Escolar no Brasil;</p> <p>21- Compreender o processo de desenvolvimento histórico da educação como direito social</p> <p>22- Conhecer os documentos legais e normativos que estruturam a organização administrativa e didática da educação no Brasil, os parâmetros de financiamento e demais aspectos referentes às políticas educacionais no Brasil.</p>					

EMENTA
<p>Políticas para a Educação Básica no Brasil. As políticas educacionais e a legislação do ensino. A organização do Sistema de Ensino no Brasil. A análise da estrutura e funcionamento da Educação Básica no Brasil e em Roraima.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade I: Educação e Sistema Escolar</p> <p>2.4 Bases da estrutura e legislação de ensino</p> <p>2.5 Sistema e Sistema Escolar</p> <p>2.6 Educação como direito social: aspectos históricos e constitutivos</p> <p>Unidade II: Políticas públicas em educação</p> <p>2.1. Legislação de ensino e acordos internacionais</p> <p>2.2 A Educação na Constituição Federal</p> <p>2.3 Lei Federal 9394/1996</p> <p>2.4 – Plano Nacional de Educação</p> <p>Unidade III: Políticas públicas em educação no Brasil</p> <p>3.1. Organização Administrativa da Educação no Brasil</p> <p>3.2 Organização Didática: Níveis e modalidades na educação brasileira</p> <p>3.3 Financiamento da educação</p> <p>3.4 Educação e Formação de Professores</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, Presidência da República, 1996

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação Básica como Direito. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação como desafio na ordem jurídica in LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. e VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Sentidos da educação na Constituição Federal de 1988*. RBP AE - v. 29, n. 2, p. 195-206, mai/ago. 2013

DIAS, José Augusto. *Sistema Escolar Brasileiro*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

SILVA, Carmem Sílvia Bassoli. *S nova LDB. Do projeto coletivo progressista à legislação da aliança neoliberal*. Anais do Simpósio Internacional Multidisciplinar: “O pensamento de Milton Santos e a construção da Cidadania em tempos de Globalização” Bauru, SP, 1997.

2. COMPLEMENTAR:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988.

Haidar, M.L.M. e TANURI, L. M. *Educação Básica no Brasil: dos primórdios à primeira lei de diretrizes e bases da educação*. in MENEZES, João Gualberto et all. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1997.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
PE 160 - DIDÁTICA GERAL					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			2º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITO:		
Total	Teórica	Prática			
60	60	-			
OBJETIVOS					
EMENTA					
<p>Didática no contexto histórico-pedagógico-científico.</p> <p>Educação: processo ensino-aprendizagem. Abordagem do processo de ensino.</p> <p>Planejamento: objetivos, procedimento, recursos e avaliação.</p>					

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tendências Pedagógicas: Tecnicista, Libertadora, crítico-social dos conteúdos, Libertária, tradicional.

Processo ensino-aprendizagem: abordagem do ensino, características e princípios.

Planejamento: conceitos, fases e componentes do planejamento.

Livro didático.

Planos de ensino.

Projetos Político-pedagógico.

AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Democratização da escola pública; a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1989.

LOPES, Antonia Osima. (Org.) *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1991

MIZUKAM, Maria da Graça Nicolletti. *Ensino: as abordagens do processo*.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1994.

VIANNA, Ilca de A.. *Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador*. São Paulo: EPU, 1986

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, LETRAS E ARTES VISUAIS - CCLA					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
LEM 040 – INTRODUÇÃO À LIBRAS					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			8º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)			
Total	Teórica	Prática			
60	60	00			
OBJETIVOS					
Geral: Refletir sobre Libras como linguagem, cultura, identidade e representação simbólica e social.					
Específicos: 1. Compreender Libras como uma língua; 2. Refletir sobre Libras enquanto objeto de práticas pedagógicas; 3. Reconhecer a Libras como elemento para os processos de inclusão social.					
EMENTA					
Estudo sistemático teórico-metodológico e práticas experienciais de Língua Brasileira de Sinais, envolvendo a consciência ética da Libras como elemento para os processos de inclusão social.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
4.CONTEUDO PROGRAMATICO: 23- I. Libras em contexto:					

- 1.1 Conceitos
- 1.2 Historicidade
- 1.3 Contextos: linguagem, cultura e identidade

II.Estrutura Sistêmica:

1. Libras em situação comunicacional:

- 1.1 Códigos e sistemas alternativos de comunicação
- 1.2 Códigos e sistemas aumentativos de comunicação
- 1.3 Sistema bimodal ou idioma simbolizado
- 1.4 Dactilologia
- 1.5 Palavra complementada
- 1.6 Língua de Sinais e a Modalidade visuo-espacial

2. Libras: estrutura formal e funcional

- 2.1 Universais lingüísticos e as línguas de sinais;
- 2.2 Parâmetros da Libras
 - 2.2.1 Configuração da mão
 - 2.2.2 Ponto de articulação
 - 2.2.3 Movimento
 - 2.2.4 Orientação
 - 2.2.5 Expressões não-manuais

2.3 Estrutura da Libras

- 2.3.1 Categorias gramaticais
- 2.3.2 Universais semânticos
- 2.3.3 Universais sintáticos
- 2.3.4 Estabelecimento nominal e sistema de pronominalização

3. Prática de Libras:

- 3.1 Aprendizagem da Libras em crianças surdas

- 3.1.1 Período pré-lingüístico
- 3.1.2 Estágio de um sinal
- 3.1.3 Estágio das primeiras combinações
- 3.1.4 Estágio de múltiplas combinações
- 3.2 Libras em sala de aula
 - 4.1.1 Questão metodológica
 - 4.1.2 Considerações sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular
 - 4.1.2.1 Libras e o aluno
 - 4.1.2.2 Libras e o professor
 - 4.1.2.3 Libras e o processo ensino-aprendizagem
 - 4.1.2.4 Libras e o intérprete
- 3.3 Vivência prática da Libras: encontro entre imagens e palavras

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensino de Língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**/ Secretaria de Educação Especial. - Brasília: MEC/ SEESP, 2002.

FERNANDES, E. **Surdez e Bilingüismo**. (Org) Eulalia Fernandes – Porto Alegre: Mediação, 2005.

FERREIRA, L. **Legislação e a Língua Brasileira de Sinais**.(Org.) Lucinda Ferreira - São Paulo: ferreira & Bergoncci consultoria e publicações, 2003.

LIMA, P. A & VIEIRA, T. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. (Orgs) Priscila Augusta Lima e Therezinha Vieira – São Paulo: Avercamp, 2006.

LODI, A . C. B. ; HARRISON, K. M. P. ; CAMPOS, S. R. L.& TESKE, O **.Letramento e minorias**

(Orgs) Ana Cláudia B. Lodi, Kathryn M. P Harrison, Sandra R. L. de Campos, Ottomar Teske – Porto Alegre: Mediação, 2002.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

2. COMPLEMENTAR

LUCKESI, M.R. C. **Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

MEC, BRASIL. Recomendação nº 01/10/06.

_____. BRASIL. Decreto nº 5.625/12/05.

_____. BRASIL. Portaria nº 3.284/11/03.

_____.BRASIL. Plano Nacional de Educação -1999.

_____. BRASIL. LDBEN nº 9.394/96 .

SKLIAR, C. **Atualidade da Educação Bilíngüe da Educação de Surdos.** (Org) Carlos Skliar- Porto Alegre: Mediação, v.1,1999.

_____. **Atualidade da Educação Bilíngüe da Educação de Surdos.** (Org) Carlos Skliar- Porto Alegre: Mediação, v.2,1999.

THOMA, A. da S. & LOPES, M. C. **A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação.** (Orgs) Adriana da Silva Thoma e Maura Corcini Lopes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

24.4. Apêndice D - Conteúdo Programático dos Componentes Curriculares Eletivos ofertados pela Coordenação do Curso de História

Disciplinas Eletivas

Código	Disciplina	C.H	Créditos
HST 770	Escravidão Negra na América Latina	60	4
	História das Mulheres na América Latina Séculos XIX a XXI	60	4
	África e América Lusa: Tráfico Interno e Transatlântico de Cativos Negros e Indígenas (Séculos XVI – XIX)	60	4
	História e Patrimônio	60	4
	Metodologia científica e prática de pesquisa em História	60	4
	História Ambiental	60	4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME DA DISCIPLINA			
HST 770 - ESCRAVIDÃO NEGRA NA AMÉRICA PORTUGUESA			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		7°, 8° ou 9°
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60h	60h	-	
OBJETIVOS			
<p>Discutir o conceito de escravo.</p> <p>Conhecer a dinâmica de aprisionamento e venda de pessoas escravizadas no continente africano.</p> <p>Analisar as dinâmicas do tráfico transatlântico.</p> <p>Estudar as formas de trabalho cativo, resistência, negociação e trajetórias individuais;</p> <p>Formas de obtenção da liberdade.</p>			
EMENTA			

A disciplina tem como objetivos discutir a história e historiografia da escravidão na América portuguesa, abordando desde o tráfico negreiro, os aspectos socioeconômicos e assuntos relacionados à negociação e resistência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Tráfico transatlântico e interno;
- Diferentes formas de escravidão;
- Resistência e obtenção da liberdade.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Capítulos 1, 2 e 4 [A escravidão africana e o desencravamento da Amazônia]).

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Capítulos 1 ao 5).

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

2. COMPLEMENTAR

CARVALHO, Marcus Joaquim. João Pataca e a sua “quadrilha mais mansa” do Quilombo do Catucá. In: MELO E SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e século XVIII). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, nº 52, p. 79-114, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (Século XVIII e XIX). São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

M'BOKOLO, Elikia. África Negra. **História e Civilizações até ao Século XVIII (Tomo I)**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. (Capítulo III – II A e B; III B).

MELLO E SOUZA, Marina de. Religião e Poder no Congo e Angola, séculos XVI e XVII universo mental e organização social. In: MELO E SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. (Capítulo 1).

REIS, João José. Resistência e controle dos escravos na Bahia: a Conspiração Haussá de 1807. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colônia. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 11-50, 2001.

ZIMBA, Benigna. O Contexto da ‘exclusão’ da mulher da rota de escravos de Moçambique para o Brasil, c. 1730 – c.1830. In: FRAGOSO, João; MANOLO, Florentino; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). **Nas Rotas do Império**. Vitória: EDUFES, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME DA DISCIPLINA			
HST 770 - HISTÓRIA DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA – SEC XIX A XXI			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		7°, 8° ou 9°
Carga Horária		PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática	
60h	60h	-	
OBJETIVOS			
<p>Estudar o conceito de América Latina para fundamentar o recorte temporal da disciplina; catalogar e sistematizar uma bibliografia sobre o tema; apresentar discussões que visibilizem nos processos históricos de alguns países latino-americanos a História das Mulheres; situar os processos migratórios e a presença das mulheres na relação labor migração.</p>			
EMENTA			
<p>Conceito de América Latina – historicização; A história das Mulheres na América Latina – submissão e insurgências; Participação nos processos migratórios; A relação entre migração e trabalho feminino na América Latina – dados atuais.</p>			

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Conceito de América Latina – debate</p> <p>Histórias de rebeliões na América Latina – mulheres submissas e insurgentes</p> <p>A migração para o trabalho – participação das mulheres – dados atuais</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>3. BÁSICA</p> <p>VIOTTI, Emília da Costa. Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. Companhia das Letras, SP:1998</p> <p>PRIORE, Mary del. Ao Sul do Corpo: condição feminina, mentalidades e maternidades no Brasil, SP: Unesp, 2009.</p> <p>NAVAZ, Liliana Suárez e HERNANDEZ, Rosalva Aída (eds.) Descolonizando el Feminismo: teorias e práticas desde los margens., Edições Cátedra: Madrid, 2011.</p> <p>FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Coletivo Sicorax (Trad.). São Paulo: Elefante, 2017.</p> <p>4. COMPLEMENTAR</p> <p>LEÓN, Vicki. Mulheres Audaciosas da Antiguidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.</p> <p>PERROT, Michelle. “As Mulheres o Poder e a História” In: Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Michelle Perrot. Denise Bottmann (Tradução). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO



CENTRO/ INSTITUTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NOME DA DISCIPLINA

HST 770 - ÁFRICA E AMÉRICA LUSA: TRÁFICO INTERNO E TRANSATLÂNTICO DE
CATIVOS NEGROS E INDÍGENAS (SÉCULOS XVI – XIX)

Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()	7º, 8º ou 9º
Carga Horária	PRÉ-REQUISITOS (S)	
Total	Teórica	Prática
60h	60h	X

OBJETIVOS

- Discutir o conceito de escravidão.
- Estudar a escravidão indígena e mercado interno de mão de obra do gentio.
- Debater o apresamento de pessoas escravizadas no continente africano.
- Discutir a diáspora africana inserida numa história transatlântica.

EMENTA

A disciplina pretende discutir as formas de escravidão e mão de obra utilizada, negra e a indígena, as

formas de apresamento de cativos e o tráfico interno bem como o transatlântico, inserindo-os numa perspectiva transatlântica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceito de escravo.
2. Mão de obra escrava indígena e tráfico interno.
3. Apresamento de cativos africanos.
4. Tráfico transatlântico.
5. Tráfico interno de cativos negros e pardos.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AJAI, J. F. Ade (editor). História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). São Paulo: UNESP, 2014.

HALL, Gwendolyn Midlo. Escravidão e etnias africanas nas Américas. Petrópolis: Vozes, 2017.

KHAPOYA, Vincent. A experiência africana. Petrópolis: Vozes, 2016.

LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. África Negra: história e Civilizações até o século XVIII (Tomo I). Lisboa: Edições Colibri, 2012.

OGOT, Bethwell Allan. História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

2. Bibliografia recomendada:

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios Cristãos no Cotidiano das Colônias do Norte (séculos XVII e XVIII). REVISTA DE HISTÓRIA, SÃO PAULO, Nº 168, p. 69-99, janeiro/junho, 2013.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha; SAMPAIO, Patrícia Melo. Histórias de Joaquinas: mulheres, escravidão e liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX). Afro-Ásia, 46 (2012), 97-120.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O “Senhor Absoluto dos Sertões”. O “Capitão Preto” José Lopes, a Amazônia e o Cabo Verde. Boletín Americanista, Año LVIII, nº58, Barcelona, 2008, pp. 33 – 49.

FAUSTO, Carlos. Os Índios Antes do Brasil. Editora Zahar, 4ª edição, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. revista USP , São Paulo (28): 40-55, dez/fev., 95/96.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. Desvendando outras Franciscas: Mulheres cativas e as ações de liberdade na Amazônia Colonial Portuguesa. Portuguese Studies Review 13 (1) (2005) 1-16.

MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (ORGs). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Nas Teias da Fortuna: Acumulação Mercantil e Escravidão em Manaus, século XIX. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 03. n. 06, out./nov. de 2002.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Ponencia: Africanos e Índios na Amazônia: Experiências de Precarização da Liberdade. Asociación Española de Americanistas – AEA Simposio Internacional América: Poder, Conflicto y Política, 2011.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.39-55.

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 770 - HISTÓRIA E PATRIMÔNIO					
Categoria		Obrigatória () Eletiva (X)			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			7º, 8º ou 9º
Carga Horária			PRÉ-REQUISITO:		
Total	Teórica	Prática			
60	60	-			
OBJETIVOS					
<p>Possibilitar reflexões teóricas através dos conceitos de memória, patrimônio, monumento e identidade de modo que o discente possa interpretar o conteúdo da disciplina e sistematizar a reflexão trazida nos textos da disciplina.</p>					
EMENTA					
<p>O estudo da História, Memória e Patrimônio. Os variados significados do termo patrimônio e seus sinônimos. Relacionado com a história e a memória. O Patrimônio é entendido como uma prática social e cultural de conteúdo coletivo, mas também individual. Constituindo diferentes memórias e lugares sociais resgatando esses lugares da memória e a preservação do patrimônio.</p>					

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>I – Definição dos termos patrimônio, memória, identidade, monumento e seus significados.</p> <p>II – Patrimônio um breve histórico.</p> <p>III – Patrimônio e memórias: presente e passado.</p> <p>IV – Os lugares da memória social.</p> <p>V – O patrimônio histórico, as memórias, a pesquisa e o ensino.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.</p> <p>Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>1. BÁSICA:</p> <p>CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.</p> <p>HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice Editora, 1990.</p> <p>LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Bernardo Leitão. [et al.] -- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.</p> <p>LE MOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.</p> <p>SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Cultura; Identidade; Memória e Patrimônio. In: Dicionário de conceitos históricos. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.</p>

2. COMPLEMENTAR:

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

NORA, P. Entre memória e história, a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez.. 1993.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR
CENTRO/ INSTITUTO			
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH			
CURSO			
LICENCIATURA EM HISTÓRIA			
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA			
HST 770 - METODOLOGIA CIENTÍFICA E PRÁTICA DE PESQUISA EM HISTÓRIA			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A distância ()		7º, 8º ou 9º
Carga Horária		PRÉ-REQUISITO:	
Total	Teórica	Prática	
60	60	-	
OBJETIVOS			
<p>1) Conhecer e discutir as premissas da pesquisa acadêmica na área das Ciências Humanas e Sociais. 2) Subsidiar o uso de métodos e normas técnicas com vista à pesquisa histórica.</p> <p>3) Aperfeiçoar as habilidades pertinentes à elaboração de questões de pesquisa em História.</p> <p>4) Desenvolver a expressão escrita com vistas à prática de pesquisa e a divulgação científica na área de História.</p>			
EMENTA			
<p>O tópico especial “Metodologia científica e prática de pesquisa em História” trata da pesquisa acadêmico-científica e as especificidades das Ciências Humanas e Sociais, com ênfase nas práticas de pesquisa em História. Introduce os</p>			

elementos centrais para elaboração de uma proposta de pesquisa em História, com foco na elaboração das questões de pesquisa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- A pesquisa acadêmico-científica: 1.1. As especificidades das Ciências Humanas e Sociais; 1.2. Princípios e fundamentos na formulação da uma proposta de pesquisa em História. 2- Metodologia Científica: 2.1. Parâmetros gerais do trabalho científico; 2.2. Função e importância das Normas técnicas. 3- A pesquisa em História: 3.1. O tema e a formulação das questões; 3.2. A centralidade do problema de pesquisa.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

BARROS, José d'Assunção. O projeto de pesquisa – aspectos introdutórios. Travessias, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/search/search?simpleQuery=Jos%C3%A9+Barros&searchField=query>

CARDOSO, Ciro Flamarion. Como elaborar um projeto de pesquisa. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/files/CARDOSO_Ciro_Como_elaborar_projeto_pesquisa.pdf DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. (PDF)

NOSELLA, Paolo. Ética e pesquisa. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 255- 273, jan./abr. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

NUNES, Daniela. Pesquisa historiográfica: desafios e caminhos. Revista de Teoria da História, Ano 2, Número 5, junho/ 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28959#>

SELBACH, Jeferson Francisco. Pesquisa sem frescura. Cachoeira do Sul: Ed. Autor, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000078.pdf>

UFRR. 3ª Edição das Normas para apresentação de Trabalhos Técnicos Científicos. Disponível em: <http://www.bc.ufrr.br/index.php/organogramas>

2. COMPLEMENTAR:

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 25/08/2020.

BARROS, José d'Assunção. Teoria e Metodologia da História: antigas e novas interdisciplinaridades. (2013) Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321151485_Teoria_e_Metodologia_da_Historia_antigas_e_novas_interdisciplinaridades/link/5a10ab77458515cc5aa804db/download

BARROS, José d'Assunção. O projeto de pesquisa em história. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

CALDAS, Pedro Spinola P. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática. Revista de Teoria da História, Ano 1, Número 3, junho/ 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28628>

DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. Sociedade e Estado, Brasília, v. 17, n. 2, p. 333-348, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v17n2/v17n2a07.pdf>

DEMO, Pedro. Metodologia Científica das Ciências Sociais. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LUCHESE, Cipriano. Apreensão do conhecimento como fazer da universidade. In: Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortês, 1985. (Cap. 1, 2 e 3) (PDF)

PETERSEN, Sílvia R. F., LOVATO, Bárbara H. Introdução ao Estudo da História: temas e textos. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013. (Cap. 4, item 4.1)

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		 UFRR	
CENTRO/ INSTITUTO					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH					
CURSO					
LICENCIATURA EM HISTÓRIA					
NOME E CÓDIGO DA DISCIPLINA					
HST 770 - HST HISTÓRIA AMBIENTAL					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A distância ()			7°, 8° ou 9°
Carga Horária			PRÉ-REQUISITO:		
Total	Teórica	Prática			
60	60	-			
OBJETIVOS					
<p>Discutir a relevância da História Ambiental como campo de trabalho para os historiadores;</p> <p>Debater aspectos socioculturais e econômicos de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esses ambientes;</p> <p>Analisar o processo de devastação no meio ambiente na História do Brasil;</p> <p>Discutir a relação do homem com a natureza através de fontes audiovisuais;</p> <p>Promover discussões de estudos historiográficos, métodos e fontes da História Ambiental numa perspectiva interdisciplinar relacionando o passado e presente com o homem e a natureza.</p>					

Considerar a interação constante entre ecossistemas, modos de produção e culturas.
EMENTA
A disciplina se propõe discutir os principais temas relacionados aos conceitos de natureza e ambiente, enquanto objeto da História. Bem como, trabalhar o instrumental teórico e metodológico da história ambiental na análise de alguns macroprocessos de formação do espaço geográfico e histórico brasileiro, em especial a Amazônia.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>UNIDADE 1-</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os fundamentos teóricos da História Ambiental • A história ambiental como objeto da História • História Ambiental: Historiografia, Campo de Pesquisa, Métodos e Fontes <p>UNIDADE 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • História do ambientalismo no Brasil • A história da devastação da Mata Atlântica brasileira • A história dos movimentos ambientalistas no Brasil • História dos complexos socioambientais da extração de borracha e suas interações com a floresta amazônica • A história da exploração dos recursos hídricos e minerais na Amazônia e seus impactos ambientais. • A história do extrativismo vegetal na Amazônia e suas repercussões socioambientais. <p>UNIDADE 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A história ambiental de Roraima: as unidades de preservação Estação Ecológica de Caracará, Floresta Nacional de Roraima, Floresta Nacional de Anauá, Parque Nacional do Viruá, a reserva biológica Ilha de Maracá e a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi; • Natureza e território: um histórico da devastação ambiental (desmatamento) e exploração mineral em Roraima. • Cultura e ambiente: um debate sobre etnodesenvolvimento e os aspectos culturais dos povos indígenas em Roraima
AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliação continuada: por meio de atividades realizadas em sala de aula, tais como leitura e discussão de textos; produção de textos e sua exposição oral, visando desenvolver a capacidade de leitura e promover a sistematização dos conhecimentos.

Avaliação formal: apresentação de trabalho escrito (individual ou em grupo) e/ou prova escrita.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme consta na Resolução nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA:

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, 1996.

DIAS, Maria das Graças Santos dias. Repercussões socioambientais do extrativismo vegetal na floresta Amazônica: a mesorregião sul de Roraima. In: DIAS, Maria das Graças Santos dias. **Amazônia. O extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

DRUMMOND, J. A. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos

Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. Disponível em

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>

_____ **Por que estudar História Ambiental no Brasil?** Ensaio temático. In: **Varia História**, Vol. 26, janeiro de 2003.

_____ **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói, Eduff, 1977.

LEONARDI, Victor. P. B. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados, v. 24, n. 68. 2010.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

2. COMPLEMENTAR:

CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções do sistema econômico mundial: a preocupação obsessiva com a extração do excedente. In: LAPA, José do Amaral (org.), **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900 - 1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. Ed., São Paulo: HUCITEC, 2008. 199p.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3a ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.

LEFF, Enrique. **Construindo a História Ambiental da América Latina**. Esboços, Florianópolis v. 12, n.13, p. 11-30, 2005. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/283/9913>

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PRESTES, Maria Elice de Brzezinski. A Investigação da Natureza no Brasil - Colônia. In: JACOBI Pedro Roberto (org.). **Ciência Ambiental: os desafios da interdisciplinaridade**. São Paulo: Annablume, FaPesp, 2000, p. 177-202.

SOFFIATI, Arthur. **O Nativo e o exótico: perspectivas para a história ambiental na ecorregião Norte-Noroeste fluminense entre os séculos XVII e XX**. Rio de Janeiro, IFCS/UF RJ, 1996.

_____. **Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história**. Disponível em </A:\Destruição%20e%20proteção%20da.htm>

_____. **A Ausência da Natureza nos Livros Didáticos de História**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9 n° 19, setembro de 1989 a fevereiro de 1990, pp. 43-56.

24.5 Apêndice E – Regulamento Disciplina Projeto de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE
HISTÓRIA



Regulamento-CHIS

Normatiza o funcionamento da disciplina de Projeto de Pesquisa em História.

O Colegiado do Curso de História, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Regimento Geral da UFRR, o Regimento do Centro de Ciências Humanas e o Regimento do Curso de História, e de acordo com o novo Projeto Pedagógico do Curso,

RESOLVE

Artigo 1º A disciplina Projeto de Pesquisa tem como objetivos:

- I. instrumentalizar o aluno para a elaboração de um projeto de pesquisa em História;
- II. apresentar orientações metodológicas acerca da elaboração de projeto;
- III. coordenar a elaboração de projetos de trabalho de conclusão do Curso de História.

Artigo 2º A carga horária da disciplina é de 60 horas/aula, assim distribuídas:

- I. até 20% da carga horária, ou seja, doze aulas, para a apresentação de orientações metodológicas para elaboração dos projetos dos alunos;
- II. até 70% da carga horária para elaboração dos projetos, cumpridas conjuntamente com o professor orientador;
- III. até 10% da carga horária para avaliação dos projetos.

Artigo 3º A disciplina contará com um professor coordenador e com a participação dos demais docentes do curso na qualidade de orientadores dos projetos.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, poderá contar com professores de outros cursos da UFRR.

Artigo 4º São atribuições do professor coordenador da disciplina:

I. ministrar o conteúdo relativo aos parâmetros técnicos para a elaboração dos projetos;

II. elaborar um calendário para as atividades da disciplina, constante basicamente de: período das aulas presenciais; data limite para apresentação dos memoriais temáticos e dos projetos prontos; período das avaliações;

III. orientar os alunos na elaboração de um breve memorial, quando necessário, no qual seja apresentada a temática pretendida para o projeto;

IV. encaminhar os memoriais dos alunos sem orientação definida para possíveis orientadores, junto com a coordenação do Curso;

VI. solicitar à coordenação reunião do Colegiado para definir e formalizar as orientações dos projetos;

VII. acompanhar a elaboração dos projetos;

VIII. organizar e participar da avaliação dos projetos.

Artigo 5º São atribuições dos alunos matriculados na disciplina:

I. cumprir o cronograma apresentado pelo professor coordenador;

II. cumprir os compromissos assumidos com o professor orientador;

III. entregar o memorial temático bem como o projeto pronto nos prazos estipulados no cronograma;

IV. informar ao professor coordenador sobre o andamento da elaboração do projeto;

VI. comunicar a coordenação e ao professor da disciplina o orientador escolhido; as possíveis mudanças de orientação; a desistência da disciplina e seus motivos.

Artigo 6º Sobre o memorial temático:

I. constitui-se de um texto de no mínimo uma e no máximo duas laudas, no qual o aluno apresenta brevemente a temática que pretende explorar em seu projeto;

II. tem como função nortear a definição das orientações, àqueles que ainda não tiverem essa definição, entre os professores do curso e justificar a inclusão de orientadores externos;

III. como um texto norteador, sua apresentação não impede que haja modificações e adequações à ideia original, desde que sejam formuladas em conjunto com o professor orientador e informadas ao professor coordenador.

Artigo 7º Sobre as orientações;

I. todos os professores do Curso de História estão habilitados à orientar os projetos;

II. no caso do aluno indicar um orientador de fora do Curso de História, o professor coordenador da disciplina se encarregará de estabelecer os procedimentos junto a este orientador.

Artigo 8º Quanto a avaliação do projeto de pesquisa, essa será realizada pelo professor coordenador da disciplina conjuntamente com o professor orientador, os quais atribuirão uma nota que será a nota final da disciplina.

Parágrafo Único: Quando o professor coordenador da disciplina for o orientador, esse deverá convidar outro docente do curso para atuar como avaliador.

Artigo 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo professor coordenador da disciplina e pela Coordenação do Curso de História.

24.6 Apêndice F – Regulamento Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso

Regulamento Trabalho de Conclusão de Curso/História

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente regulamento normatiza as atividades e os procedimentos relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no âmbito do curso de graduação em História da Universidade Federal de Roraima.

Art. 2º - O TCC, constante do PPC de História é condição *sine qua non* e parte dos requisitos para obtenção do título de licenciado e do diploma em História.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 3º - O TCC tem por finalidade garantir ao aluno o aprofundamento de seus estudos em temática de seu interesse, além de objetivar, ainda, despertar o interesse pela pesquisa e ensino, com base na articulação teórico-prática, pautada na ética, no planejamento, na organização e na redação do trabalho em moldes científicos, buscando ampliar os conhecimentos construídos ao longo do curso.

CAPÍTULO III DA CONCEPÇÃO

Art. 4º - O TCC consiste na elaboração, pelo aluno, de um texto escrito oriundo de pesquisa de campo ou bibliográfica, em forma monográfica, cujo objeto e/ou problemática estejam relacionados à área de História, desenvolvido mediante as normas que regem a pesquisa científica.

Parágrafo único – O TCC consiste em atividade individual do aluno.

CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO

Art. 5º - O TCC será desenvolvido pelo aluno regularmente matriculado em atividade própria da estrutura curricular do curso de História.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DA ORIENTAÇÃO, APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

Seção I – Da Orientação

Art. 6º - Para o desenvolvimento do TCC, será obrigatória a orientação de um docente vinculado a Universidade Federal de Roraima.

Art. 7º - A oficialização do orientador deverá ocorrer no transcorrer da disciplina Projeto de Pesquisa, mediante documento próprio, assinado pelo orientador e pelo orientando e protocolado na coordenação do curso de História.

Art. 8º - Poderá ser indicado um coorientador, de comum acordo entre orientador e orientando.

Art. 9º - Cabe ao orientador:

- a) orientar cientificamente o aluno durante todas as etapas de desenvolvimento do documento do TCC, desde a elaboração do projeto até a entrega da versão final do texto;
- b) informar o aluno quanto à entrega de documentos e cumprimento dos prazos estipulados;
- c) avaliar se o aluno está cumprindo o cronograma previsto no projeto de TCC;
- d) comunicar à Coordenação do Curso, por escrito, eventuais problemas relacionados à frequência do aluno às atividades de orientação e ao seu desempenho na elaboração do TCC, se assim julgar necessário;
- e) coordenar os trabalhos da banca de defesa do TCC.

Seção II – Da apresentação

Art. 10º - O TCC compreende a entrega de trabalho escrito que será avaliado por banca composta por três examinadores, com exceção do caso previsto no parágrafo 1º do Art. 12º.

Art. 11º - O aluno deverá entregar para seu orientador a versão do TCC a ser submetida à banca de examinadores em conformidade com as normas da ABNT, respeitando a data estabelecida no calendário universitário.

§ 1º - O prazo para defesa do TCC pelo aluno devidamente matriculado no componente curricular expira no final do semestre letivo. Assim, o TCC deverá ser defendido até o último dia do calendário universitário.

§ 2º - O aluno que não depositar o TCC dentro do prazo estipulado será reprovado, devendo, no semestre subsequente, efetuar novamente matrícula no referido componente.

Seção III - Da composição da Banca

Art. 12º - A Banca examinadora será composta pelo orientador, que coordenará os trabalhos e por dois examinadores.

§ 1º - Quando da existência do coorientador, este também poderá compor a banca de examinadores, que passará a contar com quatro membros.

§ 2º - A banca examinadora será composta por pelo menos dois membros vinculados ao Curso de História da UFRR.

§ 3º - Somente poderão fazer parte da Banca como membros professores vinculados ou aposentados de Instituições de Ensino ou pesquisadores vinculados ou aposentados de Instituições de Pesquisa reconhecidas pelas instâncias competentes.

§ 4º - A banca examinadora se reunirá em local e horário designado pela Coordenação de Curso de História, no prazo mínimo de dez dias úteis após a convocação.

§ 5º - O aluno terá 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e os membros da banca disporão de igual tempo para a arguição.

Seção IV - Da Avaliação

Art. 13º - O TCC será aprovado se obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 14º - A avaliação do TCC compreende os seguintes critérios:

- a) o cumprimento das exigências formais e metodológicas do TCC;
- b) clareza na definição do problema de pesquisa e dos objetivos da investigação;
- c) desenvolvimento coerente do trabalho, apresentação da fundamentação teórica, adequação dos procedimentos metodológicos;
- d) relevância dos resultados da pesquisa para o campo dos estudos históricos.
- e) o domínio do tema do TCC, incluindo a organização da apresentação, capacidade de articular, argumentar e comunicar as ideias.

Art. 15º - Os membros da banca de examinadores se reunirão em separado do público e candidato e deliberarão sobre a aprovação ou reprovação do TCC apresentado, comunicando a decisão, em seguida, ao aluno. Todos os procedimentos devem ser registrados em ata própria, que após será encaminhada à Coordenação do Curso.

Art. 16º - Após a avaliação pelos membros da banca, se o TCC for aprovado, o aluno deve enviar à Coordenação do curso de História, via e-mail, a versão em formato PDF, contendo as correções indicadas pelos examinadores e a ficha catalográfica de acordo com a Biblioteca Central/UFRR.

§ 1º - O aluno estará apto para colar grau somente após parecer favorável da coordenação, mediante a entrega do TCC em versão final.

§ 2º - O prazo para o depósito da versão final do TCC é de 15 (quinze) dias, a contar do dia da defesa.

CAPÍTULO V

DA COORDENAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR TCC

Art.17º - A coordenação do componente curricular TCC caberá ao professor orientador, que abrirá matrículas ao componente sempre que houver orientandos a serem matriculados no semestre específico.

Parágrafo único: O professor orientador terá a carga horária de 30 horas para desenvolver com seus orientandos em sala de aula.

Art.18º - Cabe ao professor/orientador do componente curricular:

- a) Acompanhar as atividades do TCC;
- b) Contribuir para o aprimoramento do ambiente acadêmico e de pesquisa no âmbito do curso;
- c) Fazer gestões junto à Coordenação e ao CCH para que sejam proporcionadas condições físicas e materiais aos seus orientandos a fim de que possam desenvolver as atividades de TCC com qualidade;
- d) Elaborar e divulgar o calendário de defesa de seus orientandos com data e local, comunicando oficialmente aos participantes da Banca Examinadora, ao orientando e à Coordenação do Curso.
- e) Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento desta Resolução.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 19º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de História.

Artigo 20º - O presente regulamento para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito do curso de História da UFRR, em consonância com o PPC, entra em vigor a partir da data da aprovação do PPC.

24.7 Apêndice G – Regulamento Atividades Acadêmicas-Científicas-Culturais AACC

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACC DO CURSO DE HISTÓRIA

O presente Regulamento estabelece normas e procedimentos para a integralização das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC do Curso de Licenciatura em História, conforme as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, Cursos de Licenciatura de graduação plena – Resoluções CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, e CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, Resolução nº 14/2012 do CEPE e o Projeto Pedagógico do Curso de História.

Art. 1º. As AACCs se constituem como aquelas que aproveitam os conhecimentos adquiridos pelo discente, dentro ou fora do ambiente acadêmico, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância, com a finalidade de enriquecer o processo ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional.

Art. 2º. Os alunos precisaram cumprir uma carga de 200 horas de AACC.

Art. 3º. Serão reconhecidas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais aquelas que:

- I. Atendam aos objetivos do Curso e da UFRR;
- II. Sejam certificadas por órgão, instituição, entidade, empresa ou pessoa institucionalmente reconhecida;
- III. Forem realizadas durante o período efetivo do Curso, não sendo consideradas aquelas realizadas durante período de trancamento de matrícula ou de licenças.

Parágrafo Único: os discentes que cursarem outras atividades não elencadas no Anexo dessa resolução deverão submetê-las a apreciação da Comissão de Avaliação de AACC, que deliberará sobre sua pertinência.

Art. 4º. As AACCs poderão ser desenvolvidas em seis categorias:

- I. Atividades de Ensino;
- II. Atividades de Pesquisa;
- III. Atividades de Extensão;

- IV. Atividades Sociais, Culturais e Esportivas;
- V. Atividades de Representação Acadêmica;
- VI. Atividades Profissionais.

Art. 5º. As AACCs devem ser integralizadas contemplando, no mínimo, duas categorias distintas.

Parágrafo único: a pontuação máxima para cada categoria será de 150 horas.

Art. 6º. Quanto a comprovação do cumprimento da carga horária das AACCs :

- I. No último ano de Curso os alunos devem submeter suas Atividades Complementares para avaliação perante a comissão constituída pela Coordenação do Curso para este fim.
- II. Os documentos, originais e fotocopiados, deverão ser apresentados à coordenação do Curso de História juntamente com o formulário próprio (Anexo) devidamente preenchido e assinado pelo aluno, mediante protocolo de recebimento, em envelope lacrado, segundo calendário próprio divulgado no início do semestre letivo.

Art. 7º. Semestralmente a Coordenação do Curso constituirá comissão responsável pela análise das Atividades Complementares dos alunos. A referida Comissão elaborará o Calendário das Atividades, fará a avaliação e comunicará a Coordenação os resultados.

Art. 8º. Os casos omissões neste Regulamento serão deliberados pelo Colegiado do Curso de História.

Art. 9º. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA



Anexo

**FORMULÁRIO PARA INTEGRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
COMPLEMENTARES**

Nome do aluno:	
Matrícula:	Tel: Celular:
Endereço:	
E-mail:	
Data: / /	Assinatura:

TABELA DE EQUIVALÊNCIA

ATIVIDADES DE ENSINO	Carga horária atribuída	Quant.	Carga horária total	Número do Doc.
Disciplinas optativas livres/isoladas – disciplina não prevista na matriz curricular do curso	60h			
Disciplinas optativas eletivas – disciplinas que fazem parte da matriz curricular do curso, cursadas além do número de créditos e da carga horária prevista no PPC do curso	60h			
Grupo de estudo dirigido independente – discussão temática, sob a responsabilidade de um docente, com a finalidade de complementação ou aprofundamento do aprendizado e de exercícios de aplicação de conhecimento dos alunos de graduação (por semestre)	60h			
Cursos e afins com certificação (atualização, aperfeiçoamento, complementação, aprofundamento de estudo ou outros) que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando.	Conforme certificado			

Exercício de monitoria (bolsista ou voluntário) em disciplinas do curso (por semestre)	100h			
Participação como bolsista ou não bolsista no Programa de Educação Tutorial e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (por período de vigência)	100h			
ATIVIDADES DE PESQUISA	Carga horária atribuída	Quant.	Carga horária total	Número de Doc.
Publicação de resumo/resumo expandido em anais de eventos técnico-científico – como autor ou coautor	30h			
Publicação de trabalho completo em anais de eventos técnico-científico – como autor ou coautor	50h			
Artigo publicado em periódico indexado (revista especializada) – como autor ou coautor	80h			
Livro e Capítulo de livro – como autor ou coautor	100h			
Participação como bolsista do Programa de Iniciação Científica. (período de vigência)	100h			
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	Carga horária atribuída	Quant.	Carga horária total	Número de Doc.
Participação em eventos relacionados com o curso e áreas afins como monitor, ouvinte, palestrante ou membro de comissão organizadora	Conforme certificado			
Participação como bolsista ou voluntário em atividade de extensão com relatório de avaliação e/ou declaração (período de vigência da atividade/projeto)	100h			
Participação em projetos institucionais de extensão comunitária (período da ação)	100h			
Viagem e visita técnica extracurricular	20h			
ATIVIDADES SOCIAIS, CULTURAIS E ESPORTIVAS	Carga horária atribuída	Quant.	Carga horária total	Número de Doc.
Produção e participação em eventos culturais, artísticos, esportivos, recreativos entre outros, não oriundos de atividades de disciplinas curriculares	30h			
Participação como voluntário em ações sociais e comunitárias, inclusive de prestação de serviços técnicos	80h			
Participação em restauração de obras, documentos e similares	60h			
ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ACADÊMICA	Carga horária atribuída	Quant.	Carga horária total	Número de Doc.
Representação estudantil no Conselho de Curso e Conselho de Centro (por mandato)	50h			
Representação estudantil nos Conselhos Superiores da UFRR (CEPE, CUni) (por mandato)	50h			
apresentação em comissões, no âmbito de setores acadêmicos e administrativos da UFRR (por mandato)	30h			

Participação na diretoria entidades estudantis (CA, DCE)(por mandato)	80h			
ATIVIDADES PROFISSIONAIS	Carga horária atribuída	Quant.	Carga horária total	Número Doc.
Estágio extracurricular, reconhecido pelo Conselho de Curso	100h			
Publicação de artigos afins ao curso em periódicos não científicos, jornais, sites científicos e institucionais	20h			

24.8 Apêndice H – Regulamento Estágio Curricular Supervisionado

REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA UFRR

Tem como objetivo definir o regulamento para as ações que compete a cada um dos estágios supervisionados que compõem as 400 horas, conforme delibera a Lei 11.788/08 para os cursos de Licenciatura.

CAPÍTULO I

DAS MODALIDADES DO ESTÁGIO:

I- Das modalidades do estágio

Art. 1 - Há duas modalidades de estágio curricular supervisionado: o estágio curricular obrigatório e o estágio curricular não obrigatório:

I - O estágio curricular obrigatório é componente da matriz do curso de História e participam dele todos os alunos matriculados.

II – O estágio curricular não obrigatório é atividade opcional para o aluno, podendo ser ou não remunerado.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIOS

I -Da organização

Art. 2 - São responsáveis pelo estágio curricular na UFRR:

I – obrigatório - a coordenação geral de estágio da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG), a coordenação do curso de História e os professores orientadores das disciplinas de estágio do curso;

II – não obrigatório - a Coordenação de Assunto Educacionais da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG) e a coordenação do curso de História,

§1º Professores orientadores de estágio são professores das disciplinas de estágio obrigatório e professores do curso que orientem estágio não obrigatório.

CAPÍTULO III DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

I- Da natureza

Art. 3 - O estágio obrigatório, componente da formação acadêmica, de caráter teórico-prático, se organiza no curso de História em quatro disciplinas semestrais. Sendo duas desenvolvidas nos anos finais do ensino fundamental – 2ª fase, e duas desenvolvidas no Ensino Médio. Também, é facultativo ao aluno desenvolver seu estágio nas mesmas etapas do Ensino Fundamental – 2ª fase e Ensino Média com a Educação de Jovens e Adultos/EJA. Com carga horária total de 400 horas ao longo do curso.

Art. 4 – Para a realização do estágio obrigatório é necessária a celebração de termo de compromisso entre a parte concedente do estágio, a instituição formadora e o estagiário, conforme Lei nº11.788/2008;

Parágrafo único – o estágio obrigatório é desenvolvido preferencialmente em escolas/instituições públicas, mas poderá ser desenvolvido em instituições não escolares ou privadas, conveniadas com a UFRR, desde que autorizadas pela coordenação de estágio do curso.

II - Da Documentação

Art. 5 - Para a realização de cada disciplina de estágio, o professor responsável pela turma deverá apresentar à Coordenação de Estágio:

I - Termo de Compromisso celebrado entre a parte concedente do estágio, a instituição formadora e o estagiário (Lei 11.788, art. 3º, inciso II e RGCG, 2013, art.19);

II - Plano de atividades com anuência do supervisor de estágio e do estagiário;

III - Relatório de Atividades no modelo exigido pela Coordenação de Estágios Supervisionado de História;

Art.6 – Toda a documentação referente ao estágio obrigatório será de responsabilidade do professor orientador da disciplina, que deverá organizá-la junto a seus alunos e ao campo de estágio.

III – Dos Objetivos

Art. 7 - São objetivos do estágio curricular obrigatório:

I – A formação teórico-prática do profissional docente para o magistério na área do Ensino Fundamental – 2ª fase e Ensino Médio, inclui-se aí a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como para a atuação em outros espaços educativos;

II – A vivência de processos de ensino e atitude investigativa nas instituições-campo;

III – A elaboração, o desenvolvimento e a avaliação de projetos de ensino e aprendizagem, a partir de estudo crítico da realidade das instituições-campo;

IV – O desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas à profissão docente, considerando o contato direto com o campo de estágio e a formação teórica proporcionada pelo curso.

IV–Do acompanhamento:

Art. 08 - O estágio obrigatório do curso de História é supervisionado *in loco* pelo professor orientador da disciplina de estágio e pelo professor supervisor da instituição campo.

Art. 09 - A atividade de estágio será desenvolvida conforme estabelecido no Projeto Político Pedagógico do curso e de acordo com Resolução CEPE Nº 012/2012-CEPE, que prevê as seguintes etapas:

I. apreensão e estudo das discussões teóricas acerca do campo didático, dilemas e perspectivas da teoria educacional sobre do estágio;

II. apresentação e discussão sobre realidade das instituição-campo - compreensão, descrição e análise do cotidiano institucional/escolar elaboração do projeto de ensino e aprendizagem - problematização de situações apreendidas da realidade e definição do tema do projeto de ensino e aprendizagem a ser apresentado no final do semestre;

III. Desenvolvimento do projeto de ensino e aprendizagem – as aulas de observação e regenciais devem levar o aluno a construir um projeto de ensino no campo de estágio a ser

apresentado ao supervisor por meio dos: planos de aula, planejamento de atividades similares para as turmas da escola campo relativas ao trabalho docente;

IV. Relatório final – apresentação do processo de aprendizagem em cada uma das disciplinas de estágio, no qual o aluno deve mostrar seu projeto de ensino e o resultado da aplicação deste na escola campo;

Art. 10 – O Projeto de Ensino será constituído das seguintes partes: Introdução: apresentação de uma discussão sobre o campo do estágio apresentando a realidade da escola e a rede básica onde está inserida a escola campo incluindo dados sobre a mesma; Proposta de ensino distribuída em planos de aula por conteúdos trabalhados; Análise crítica do processo de ensino-aprendizagem evidenciando a compreensão da realidade e as contribuições desse processo para a construção pessoal e coletiva da formação e do trabalho docente; referências bibliográficas consultadas incluindo a lista dos materiais utilizados no planejamento de ensino;

Art. 11 - O número de alunos estagiários por professor será, no máximo, de vinte (20), conforme Resolução nº 012/2012-CEPE.

§ as escolas campo para o estágio devem ser escolhidas pelos professores de estágio em comum acordo para não sobrecarregar nenhuma escola, mas, tendo como entendimento que as escolas ligadas a UFRR (EAGRO e CAP) são espaços inequívocos para a realização desses estágios, sendo complementados com pelo menos mais três escolas da rede básica estadual de ensino do estado de Roraima.

Art.12 – O estágio obrigatório é desenvolvido em formato de disciplina e acompanhado *in loco* pelos professores orientadores das disciplinas de Estágio Supervisionado do curso. Entretanto, para os alunos haverá um professor do curso responsável por acompanhar a regência na escola campo. Cada turma de estágio, composta com o número de alunos definido no art. 11, estabelecerá parceria com uma instituição campo, para garantir o rigor no acompanhamento dos estudantes e favorecer o diálogo da universidade com as instituições parceiras.

V - Do Período de Realização

Art. 13 - A realização do estágio obrigatório no curso de História será iniciada no quinto período e finalizada no oitavo período do curso, caso não haja reprovação, entretanto, deverá ser sequencial, ou seja, com pré-requisito.

VI - Dos locais de Estágio

Art. 14– O estágio obrigatório será realizado em instituições-campo que podem ser escolas, preferencialmente públicas, ou outros espaços educativos previamente aprovados pela coordenação do curso de História em comum acordo com a coordenação de Estágio;

Art. 15 – As instituições-campo deverão ser conveniadas com a Universidade Federal de Roraima mediante convênio com a Secretaria de Educação do Estado.

VII – Das atribuições

Art. 16 - No que se refere ao estágio obrigatório cabe:

I - A Coordenação do curso:

- a) Solicitar à PROEG a assinatura de convênios para cadastrar os locais de estágio;
- b) Indicar o coordenador de estágio, conforme Resolução nº 012/2012-CEPE Art. Nº 11, §1º O coordenador de estágio é um professor do quadro efetivo da UFRR nomeado pela coordenação de curso, responsável pela administração dessa atividade no âmbito do curso, cujas funções didático-pedagógicas estão estabelecidas nos regimentos internos de ECS de cada curso da UFRR;

II – A Coordenação de Estágio:

- a) Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio, em reuniões periódicas com os professores orientadores;
- b) Promover o debate e a troca de experiências no próprio curso e nas instituições-campo;
- c) Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) no respectivo curso observando a entrega da frequência do seguro;
- d) Dialogar com o professor e a coordenação pedagógica da escola campo a fim de projetar e viabilizar a participação dos alunos discutindo e apresentando a proposta de estágio da instituição UFRR;
- e) Disponibilizar-se a elaborar propostas, desenvolver ações e/ou coordenar ações de formação continuada em parceria com as instituições-campo a partir de demandas dessa última;

III - Ao professor orientador (responsável pela disciplina)

a) Proceder, em conjunto com o coordenador de Estágio Supervisionado à escolha dos locais de estágio;

b) Planejar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades de estágio juntamente com os estagiários e os professores supervisores das instituições-campo;

c) Participar de reuniões na escola campo para avaliar o desenvolvimento do estágio obrigatório;

d) Manter atualizada a lista de estagiários com os respectivos campos de estágio;

e) Assinar e carimbar os documentos relativos ao estágio no curso, de acordo com as orientações do Coordenador de Estágio mediante a Resolução do CEPE N° 012/2012.

IV - Ao professor supervisor de estágio

a) Conhecer a proposta de estágio do curso de História;

b) Assinar a documentação referente ao estágio e aos estagiários que for acompanhar ao longo do semestre;

c) Receber os estagiários e apresentá-los à instituição-campo, favorecendo a aproximação destes com o universo da instituição;

d) Reconhecer e se dispor a discutir o papel do estagiário e do professor supervisor do campo no estágio;

e) Acompanhar o estagiário, quando for o caso, na observação e participação na sala de aula e na realização de regências.

Parágrafo único – Cabe ao professor supervisor responder formalmente pelo estágio junto à coordenação do curso e a outras instâncias competentes. A supervisão nos campos de estágio poderá ser exercida pelo professor de sala de aula, pelo diretor ou pelo coordenador pedagógico, conforme decisão da instituição-campo.

V - Ao estagiário

a) Frequentar o estágio com assiduidade, pontualidade e compromisso ético-moral, a carga horária deve ser obedecida em sua integralidade 100%;

b) Participar do planejamento e desenvolvimento das atividades e do processo de avaliação de seu desempenho;

c) Elaborar e entregar: projeto de ensino e aprendizagem no início do estágio e, no final, relatório de estágio, na forma e no prazo solicitados. Devidamente construído sob a orientação do professor de estágio e revisado pelo supervisor de campo ao longo do estágio;

e) Atender ao estabelecido no termo de compromisso de estágio;

f) Solicitar orientações e acompanhamento do professor orientador, do professor supervisor e/ou de outro profissional colaborador do local do estágio sempre que isso se fizer necessário;

g) Participar do Seminário de Estágio a ser planejado e executado na carga horária da disciplina de Estágio, apresentando reflexões sobre o trabalho desenvolvido, conforme orientações do professor orientador;

h) Solicitar à coordenação de estágio a mudança de local de estágio, mediante justificativa, quando as normas estabelecidas e o planejamento do estágio não estiverem sendo seguidos.

V – Da Avaliação

Art.17 – A avaliação do estágio será formativa e processual, tendo em vista a aprendizagem individual e coletiva dos alunos em relação aos objetivos e conteúdos trabalhados na disciplina, bem como as habilidades e atitudes próprias da profissão docente (compromisso, assiduidade, pontualidade, participação, capacidade de cooperação e de reflexão). Portanto, um dos itens da avaliação é a frequência que deve ser de 100%. Os professores-orientadores utilizarão como referência para avaliação: a produção de um texto sobre as discussões no campo do estágio (este virá a constituir a primeira parte do relatório) e será exigido após a carga horária desenvolvidas com as aulas universidade (30hs), o projeto de ensino e aprendizagem, a atuação na docência, o relatório final do estágio (60hs) e a participação em atividade acadêmica de socialização dos resultados do estágio em formato de Seminário de Estágio ou equivalente (10hs).

24.9 Apêndice I – Requerimento para Migração Curricular

REQUERIMENTO PARA MIGRAÇÃO CURRICULAR

Eu, _____, matrícula N° _____, RG n° _____, expedido por _____, CPF n° _____, ingressante na Universidade Federal de Roraima (UFRR), Campus Paricarana, no ano de _____, no Curso de História, solicito migrar para o novo Projeto Pedagógico de _____ Curso – 2023, a partir de _____.

Boa Vista – RR, ___ de ___ de _____.

(Nome completo)

N° de matrícula e assinatura do/a Discente da UFRR

De acordo,

Coordenador do Curso

25.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em História

**CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CÂMARA DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO CNE/CES 13, DE 13 DE MARÇO DE
2002.^(*)**

**Estabelece as Diretrizes Curriculares para
os cursos de História.**

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de História, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de História deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências e habilidades – gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura
- d) a estrutura do curso, bem como os critérios para o estabelecimento de disciplinas obrigatórias e optativas do bacharelado e da licenciatura;
- e) os conteúdos curriculares básicos e conteúdos complementares;
- f) o formato dos estágios;
- g) as características das atividades complementares;
- h) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de História, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 28/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)
Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham
Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente
Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE HISTÓRIA

Introdução

Este texto apresenta-se como proposta cuja finalidade é substituir o currículo mínimo dos cursos de Graduação em História, que fornecia os parâmetros básicos a sua organização curricular no contexto da antiga Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.

Para os profissionais que integram a área de conhecimento da História, a substituição do currículo mínimo por instrumento diferente não é necessidade que decorra unicamente da aprovação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: ela se impunha, há já bastante tempo, pelas transformações ocorridas desde a década de 1960 na mencionada área de conhecimento, como configurada no Brasil. Com efeito, quando do estabelecimento do antigo currículo mínimo, na década de 1960, os cursos de Graduação em História apresentavam quase todos, neste país, baixo grau de profissionalização e uma presença muito limitada (quando não a simples ausência) de atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes e, com maior razão, por estudantes. Os professores universitários trabalhavam em condições difíceis, marcadas quase sempre pela ausência do regime de dedicação exclusiva; inexistia um sistema de bolsas de pesquisa para docentes e discentes. A época inaugurada pela década seguinte, entretanto, em função de mudanças que se davam no seio da área de conhecimento e de transformações institucionais importantes - surgimento e expansão do regime de dedicação exclusiva, implantação progressiva de um sistema nacional de Pós- Graduação em História, aparecimento de um sistema consistente e permanente de bolsas de pesquisa para professores e alunos, mais tardiamente uma proliferação das revistas e outras publicações especializadas -, foi marcada por passos muito importantes no sentido da profissionalização dos historiadores e da consciência da necessária indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade, ponto posteriormente transformado em preceito constitucional. Eis aí algumas das razões que explicam ter-se transformado o antigo currículo mínimo em instrumento arcaico, acanhado e em descompasso com os progressos do setor.

Outrossim, as mudanças foram ainda mais gerais, no campo da História e para os historiadores. Com efeito, nos anos que vão de 1968 a 1980 apareceram, em diferentes cronologias segundo os países (por exemplo já claramente em 1974 no caso da França, em 1980 nos Estados Unidos, bem mais tarde entre nós, pelo menos como consciência de rupturas radicais), questões que levavam à nova e mais complexa configuração do quadro em que se desenvolviam os estudos históricos. Se houve querelas epistemológicas e teóricas às vezes acirradas, o que mais interessa a nosso assunto é a formidável ampliação ocorrida nos objetos e enfoques disponíveis para os historiadores. Diante dela, o currículo mínimo passou a ser mais do que nunca uma camisa de força; e a solução não seria a simples inclusão de novas áreas de conhecimento histórico e disciplinas afins em sua lista, já que a mencionada ampliação foi de tal ordem que, de fato, impunha a introdução de escolhas: não seria possível, obviamente, tentar esgotar a totalidade do campo percebido para os estudos da História no âmbito de um curso de Graduação, cuja duração deve obedecer a limites de ordem prática e relativos aos custos aceitáveis na formação de especialistas.

A mesma ampliação se dava quanto às ocupações funcionais dos profissionais formados

em História no Brasil. Se a tradicional dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura parecia bastar no começo da década de 1960, ela parece cada vez mais limitada ou acanhada numa época como a nossa, quando, além das tradicionais destinações (ensino de primeiro e segundo grau, por um lado; ensino universitário ao qual se vinculava a pesquisa, por outro), pessoas formadas em História atuam, crescentemente (e a lista a seguir é seletiva, incompleta): em institutos de pesquisa que não desenvolvem atividades de ensino; realizando pesquisas ligadas a questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural, à cultura material (associação Arqueologia/História, atuação em museus) ou a serviço dos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão etc.); funcionando em assessorias culturais e políticas também; trabalhando na constituição e gestão de bancos de dados, na organização de arquivos e em outras áreas de um modo geral ligadas à reunião e preservação da informação.

Note-se que a esta ampliação das áreas de atuação corresponde outra, relativa às linguagens cujo manejo pelos profissionais formados em História tornou-se corrente. Se a forma discursiva continua sendo o meio mais usual de expressão entre historiadores, o domínio de técnicas de análise semântica ou semiótica aplicadas a diferentes linguagens (textual, iconográfica, audiovisual etc.), a possibilidade de elaborar vídeos e CD-ROMs ao lado dos textos tradicionais, em certos casos (como por exemplo em História Econômica e em Demografia Histórica) o manejo da estatística e de simulações complexas utilizando o computador, vieram a ser corriqueiros. Tornava-se cada vez mais urgente, portanto, um *aggiornamento* na formação de Graduação em História.

Observe-se que, com todas estas novidades e em especial com sua busca de contatos interdisciplinares e transdisciplinares em proporções nunca vistas, a História sempre manteve sua especificidade como área do conhecimento. Especificidade esta que não tem a ver tanto com o objeto - em termos gerais, comum a todas as ciências humanas e sociais - mas, sim, com uma forma particular de lidar com as temporalidades e com a exigência de uma formação específica que habilite o profissional de História a um trabalho com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época.

Ao mesmo tempo, não é possível deixar de considerar a enorme diversidade, sob vários pontos de vista, das regiões do Brasil e, mais especificamente, nelas (ou mesmo no interior de cada região), dos programas de História existentes. Se nos limitarmos exclusivamente ao que é específico, uma grande diferença existe, por exemplo, entre os programas de História que oferecem exclusivamente formação na Graduação e aqueles - em número muito minoritário ainda - que possuem a Pós-Graduação *stricto sensu*.

De início, nos tempos pioneiros da expansão do ensino de Pós-Graduação, mais de um quarto de século atrás, notava-se certa hostilidade, muitas vezes não de todo aberta ou explícita, entre uma Pós-Graduação ainda e docentes ainda não titulados como doutores (e que portanto não desempenhavam tarefas de ensino e orientação na Pós-Graduação) cujo trabalho se desenvolvia numa Graduação eivada de problemas, a começar pela matrícula de alunos cada vez mais numerosos. Com o tempo, entretanto, bem como com os progressos consideráveis ocorridos na titulação dos profissionais e a ampliação das atividades de pesquisa mesmo entre os estudantes da Graduação, tendeu-se, pelo contrário, a uma crescente integração entre Graduação e Pós-Graduação nos programas de História: a qual, não achando, nas estruturas derivadas do antigo currículo mínimo de Graduação e da legislação específica (pensamos nas leis nacionais mas também nas regras de organização

interna das universidades) relativa à Pós-Graduação, bases institucionais suficientes, buscou soluções diversas, a exemplo dos laboratórios que integravam docentes e discentes do programa na sua totalidade (Graduação e Pós-Graduação). Tais soluções tinham a desvantagem de uma falta de sanção suficiente às suas atividades: em muitos casos, as atividades dos laboratórios ou das outras formas pensadas para promover a integração Graduação/Pós-Graduação não podiam, por exemplo, ser computadas no regime de horas de trabalho semanais dos docentes, ou como créditos para os discentes. Aos poucos surgiram tentativas mais ambiciosas no sentido da integração - o programa PROIN/CAPES, por exemplo, tem resultado por vezes em práticas e produtos de grande interesse - mas sem dúvida é necessário que a própria organização curricular contribua para tal integração e a favoreça.

É preciso reconhecer, entretanto, que numerosos programas de História no país, além de não disporem ainda de uma pós-graduação *stricto sensu*, estão longe de estabelecê-la. Por mais que tais programas, por vezes, criem cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de enorme interesse e da maior importância, por exemplo, na formação continuada dos profissionais que atuam no ensino fundamental e no ensino médio e nas necessárias atividades de extensão que inserem as instituições de ensino superior em suas respectivas regiões e contextos sociais, continua sendo verdadeiro que grandes diferenças constata-se segundo esteja ausente ou presente a formação pós-graduada *stricto sensu* num dado programa.

Razões diversas podem, também, levar alguns programas a reforçar setores que, em outras instituições de ensino superior, encontram-se muito menos desenvolvidos. Assim, a História da África Negra, por exemplo, que sem dúvida deveria estar mais presente entre nós, em alguns casos de fato está, enquanto em outros não conseguiu ainda estabelecer-se minimamente por falta de meios suficientes para tal. Setores como a História Antiga e Medieval, de difícil desenvolvimento devido à necessidade de aprendizagem de línguas ditas "mortas" ou da associação Arqueologia/História, assumem dimensões e importância relativamente grandes em alguns programas, em que abrem opções específicas para os alunos já na Graduação, mas não em outros, onde existem só minimamente.

Muitos programas de formação em História manifestam preocupação especial com a História Regional, por exemplo em áreas do país em que a produção de obras históricas a elas relativa é ainda pequena, sendo desejável reforçar desde a Graduação o interesse pelos assuntos regionais numa perspectiva histórica. Por razões que são extremamente variáveis, certas especialidades em História do Brasil estão muito mais presentes em alguns programas de Graduação (e Pós-Graduação) do que em outros. E estes são somente uns poucos exemplos tomados ao acaso.

Estes e outros fatores de diversidade, bem como a vontade de abrir escolhas flexíveis numa época em que o campo possível de atuação dos profissionais formados em história se ampliou muito, conduzem à necessidade de diretrizes curriculares bem mais abertas do que as do antigo currículo mínimo.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das

práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc.

2. Competências e Habilidades

A) Gerais

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- f. competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

3. Estruturação dos Cursos

Os colegiados das instituições deverão estruturar seus cursos, programas, disciplinas, áreas, setores ou outras modalidades, de acordo com seus objetivos específicos, assegurada a plena formação do historiador. Deverão incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado. O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

4. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos básicos e complementares da área de História se organizam em torno de:

1. Conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa que, sob diferentes matizes e concepções teórico- metodológicas, definem e problematizam os grandes recortes espaço-temporais.
2. Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada instituição e dos profissionais que nelas atuam. As instituições devem assegurar que o graduando possa realizar atividades acadêmicas optativas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras

áreas de conhecimento.

3.

4. Conteúdos complementares que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio.

No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

5. Estágios e Atividades Complementares

1. As atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente.

2. As atividades acadêmicas complementares (estágios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários extra-classe, participação em eventos científicos) poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades que deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos Colegiados/Coordenações dos Cursos.

6. Conexão com a Avaliação Institucional

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem.



Emitido em 13/05/2022

PROJETO Nº 22/29.0/2022-0/2022 - CCHIST (11.03.03)
(Nº do Documento: 13)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/05/2022 18:23)

JOSE DARCISIO PINHEIRO
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
CCHIST (11.03.03)
Matrícula: 388114

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufrr.br/documentos/> informando seu número: **13**,
ano: **2022**, tipo: **PROJETO**, data de emissão: **13/05/2022** e o código de verificação: **fcf506e3d9**